

CLEUSA GOMES DA SILVA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

MODERNIZANDO O CASAMENTO:

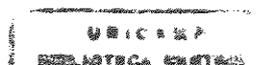
**A leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil
moderno (1900-1940)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profª Drª Luzia Margareth
Rago

CAMPINAS

Junho/2001



CLEUSA GOMES DA SILVA

MODERNIZANDO O CASAMENTO:

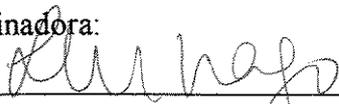
**A leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil
moderno (1900-1940)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós
Graduação em História, do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em História.

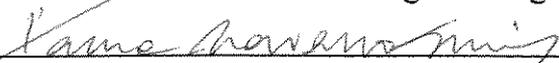
Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela Co-
missão Julgadora em 28/06/01

Orientadora: Prof^a Dr^a Luzia Margareth
Rago

Banca examinadora:



Orientadora: Prof^a Dr^a Luzia Margareth Rago



Prof^a Dr^a Tânia Navarro Swain



Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Soares

CAMPINAS

Junho/2001

UNIVERSIDADE	BC
CHAMADA	T/UNICAMP
Ex.	Si 38 m
UNIBO BC	46058
ROC.	16-392/01
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
REC#	R 11,00
DATA	16-08-01
CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

CM00158631-7

Silva, Cleusa Gomes da

Si 38 m - Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil moderno (1900-1940) / Cleusa Gomes da Silva. Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: ^{Lucia} Margareth Rago.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Identidade sexual. 2. Médicos. 3. Sociabilidade.
4. Modernismo. 5. Escritoras. 6. Casamento. 7. Mulheres.
8. Literatura. I. Rago, ^{Lucia} Margareth. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

O presente trabalho visa recortar a temática do casamento no discurso médico - jurídico e na escrita literária feminina, entre 1900-1940, no Brasil. E recuperar o modo diferenciado de perceber o vínculo amoroso nos escritos das mulheres em relação à fala masculina, ressaltando a interferência do feminino na cultura da época.

ABSTRACT

The presente work tends to divide the marriage theme in the medical -juridical speech and in literary feminine writing between 1900-1940, in Brazil. And recover the varied way to notice the loving manner in women's writings regarding to male speech, strengthening the female interference at that culture age.

AGRADECIMENTOS

À Margareth Rago, agradeço a orientação segura no desenvolvimento da pesquisa e o apoio decisivo nos momentos cruciais de sua elaboração, além de brindar-me com o seu modo particular de clarificar a existência humana por meio do seu ofício de historiadora.

Aos professores da UFPR, Ana Paula, Francisco Paz, Marcos Napolitano, aos quais devo minha formação intelectual.

Aos amigos, Eliane, Marisa, Ilário, Nádia, João, Josi, Lena, agradeço o ombro amigo e o conforto dado em todos os momentos de dificuldades inerentes a um mestrado.

À minha família pelo apoio afetivo que me propicia incondicionalmente.

Ao Lúcio que me desperta à viagem da sonoridade e à arte dos sentidos.

Ao povo brasileiro sou grata pela bolsa, paga através da FAPESP, sem a qual meu mestrado teria sido inviabilizado.

Ao meu irmão Antonio
(com saudades)

*Antes de mais nada, pinto pintura. E
antes de mais nada, te escrevo dura
escritura. Quero como poder pegar
com a mão a palavra.*

Clarice Lispector

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. CAPÍTULO I - A MODERNIZAÇÃO DA MULHER E A REATUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL - 1900-1940	13
2.1 A visibilidade feminina no espaço público brasileiro (1900-1940)	13
2.2 Ameaças femininas: delineando a mulher moderna	19
2.3 Figura da mulher fútil: a melindrosa	26
2.4. O temor masculino diante da modernização feminina	38
3. CAPÍTULO II - A CRÍTICA FEMININA AO CASAMENTO	43
3.1 A problematização do casamento	43
3.2 A desmoralização pública do casamento	60
4. CAPÍTULO III - A TEMATIZAÇÃO DO CASAMENTO NO DISCURSO MASCULINO	87
4.1 Reformando o casamento	87
4.1 Civilizar o amor.....	97
4.2 Higienizar o sexo no casamento	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas nota-se uma crescente interferência do feminino na cultura, decorrente de uma maior inserção das mulheres na esfera pública a partir dos anos 1970/80 e da incorporação das idéias, atitudes e concepções especificamente femininas pelo mundo masculino, marcando um processo de feminização da cultura em muitos âmbitos.

Um dos espaços nitidamente visíveis de como a valorização da cultura feminina tem afetado nosso mundo contemporâneo, entre outros, tem se dado no âmbito da ciência. Como demonstra Margareth Rago, em "feminizar é preciso. Por uma cultura filógina", texto em que discute o tema, a constituição de uma área de "estudos feministas" em quase todas as universidades do mundo ocidental permitiu inovar profundamente não apenas no reconhecimento da participação das mulheres nos processos históricos, mas na crítica à própria narrativa histórica, vista agora como produção sexuada ou "genirificada" (gendered)¹.

Heloísa Buarque de Holanda reitera que, especificamente nestas últimas décadas, o pensamento feminista surgiu como novidade no meio acadêmico e impôs-se como uma tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político. Justamente no momento em que o quadro epistemológico apresenta-se marcado por crises e pela evidência do progressivo desprestígio das narrativas mestras que vinham consolidando os projetos da modernidade, que vê-se um interesse crescente em relação às teorias feministas e à identificação recorrente de uma "insistente presença da voz feminina", como um dos traços mais saliente da cultura pós-moderna².

A incorporação da experiência feminina na ciência a partir da formulação de um campo epistemológico feminista tem sido marcada por uma profunda crítica aos paradigmas com que operavam o conhecimento científico, aproxima-se das teorias pós-estruturalistas que, insurgindo

¹ RAGO, Margareth. "Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina". São Paulo, São Paulo em Perspectiva - Revista do Seade, 03 de junho de 2001.

² HOLLANDA, Heloisa Buarque. (org.) "Introdução - Feminismo em tempos modernos". In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 7-19.

contra as metanarrativas históricas e filosóficas afirmam entre outros pontos a dissolução do sujeito racional e unitário.

Aqui, a epistemologia feminista de fato se encontra com o pensamento dos "filósofos da diferença", isto é, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guatarri, que formula uma crítica ao sujeito clássico moderno³, já que as ciências humanas tem trabalhado ainda com conceitos identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-civilizado-masculino, deixando de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência, hierarquizando as práticas masculinas em detrimento das práticas femininas⁴.

Os "estudos feministas" apontam a necessidade de inclusão das mulheres no processo de construção cultural, antes excluídas do discurso histórico pela lógica falocêntrica que conferia somente a um sexo a participação nas práticas sociais, passou-se a considerar as experiências e as práticas femininas na constituição da cultura e na dimensão da vida humana. A lógica do pensamento e das relações sociais registrado apenas no masculino deslocou-se para o registro também no feminino, incluindo no modo de produzir e narrar a história a outra metade da população mundial.

Neste sentido, a teoria feminista participou da formulação de um pensamento pós-moderno de "crítica ao sujeito", ao revelar o caráter particular de categorias dominantes do conhecimento científico, que se apresentavam como universais, e ao propor a crítica da racionalidade burguesa ocidental, que não se pensa sua dimensão sexualizada. Portanto, denuncia o saber que opera no interior da lógica da identidade - masculina e excludente - e que não dá conta de pensar a diferença⁵.

É neste campo epistemológico que os estudos feministas passam a incorporar a categoria relacional do **gênero** e se afastam de uma idéia de sujeito único. A exemplo da história cultural,

³FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

⁴RAGO, Margareth. "Epistemologia feminista, gênero e história". In: PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pilar. (org.). *Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis*. 1998. p. 21-41 e GERGEN, Mary Mac Carney (ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/EdUNB, 1993.

⁵ Op. cit., p. 25.

deixa-se de lado a preocupação com a centralidade do sujeito e o fortalecimento da identidade mulher para focalizar a análise sobre as relações sociais de gênero⁶.

Com uma ampla repercussão internacional desde 1970 em sua definição de gênero a historiadora americana Joan Scott, num claro movimento de auto-reflexão, procurou dar alguns passos na direção de um projeto feminista mais múltiplo, na busca da construção de uma ferramenta conceitual útil para os impasses colocados pelos próprios estudos e pela prática política.

A argumentação de Scott moveu-se para a ressignificação da teoria feminista a despeito das discussões em torno de uma definição precisa do gênero, conceituado como: *o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder*⁷.

Seguindo esta proposta epistemológica, o pensamento feminista evita as oposições binárias, naturalizadas e dicotômicas de identidades sexuais para pensar dentro de um campo conceitual formado por relações sociais, em que é possível perceber através dos procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos conceituais e relações de poder, o modo como nossas referências culturais são sexualmente produzidas.

Nesta perspectiva, as diferenças sexuais são percebidas enquanto construções culturais, desmontando e sexualizando conceitualizações que fixam e enquadram os indivíduos, suas condutas e representações. Nega-se que se parta de uma realidade dita objetiva, na qual os sujeitos

⁶ A formulação teórica sobre o campo conceitual dos estudos feministas é vastíssimo, citarei apenas alguns trabalhos de referência obrigatória: SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil da análise histórica". In: *Educação e Realidade*, Vol. 15, nº2, julho/dezembro de 1990; BUTLER, Judith, *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge, 1991 e *Bodies that matter*. New York, Routledge, 1993 e "variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault". In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. (org.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991; HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. I, nº1, 1993; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós - modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991 e *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994; GERGEN, Mary Mac Canney (ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/EdUNB, 1993; LAURETIS, Teresa. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Op. cit., p. 206-243; SHOWALTER, Elaine. *A crítica feminista no território selvagem*. In: HOLLANDA, Op. cit., p. 23-58; HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*. Campinas, nº 5, 1995; BRUSCHINI, Cristina & COSTA, Albertina. (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

⁷ SCOTT, Op. cit.

localizados em "classes sociais" ou "identidade coletiva"(mulher) entrariam em cena, seguindo um procedimento metodológico e totalizante.

Logo, propõe-se pensar as relações de gênero enquanto relações de poder, sendo que a dominação não se localiza num ponto fixo, num outro masculino, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituídos⁸.

De forte potencial analítico, a categoria de gênero além de ter dado resposta aos impasses teóricos colocados pelos estudos feministas, quando se questionava a lógica da identidade e se decretava o estilhaçamento do sujeito, foi revigorado pelas mudanças das referências teóricas vigentes nas ciências humanas, em que a dimensão da cultura passava a ser privilegiada sobre as determinações da sociedade. Assim, como outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais.

No caso do Brasil, a constituição da área de pesquisa e estudos feministas no campo teórico, bastante renovado e inovador, tem influenciado e redimensionado a forma de produção do conhecimento. Os estudos históricos, que giram em torno da incorporação da categoria do gênero não somente investiram na desconstrução dos temas e interpretações masculinas apontando para a sexualização da experiência humana no discurso, mas questionaram a exclusão das práticas femininas do processo cultural e da narrativa histórica⁹.

A historiografia, que problematiza as relações entre os gêneros no Brasil, tem se preocupado em mostrar o papel de destaque ocupado pelos médicos e juristas na redefinição dos

⁸ Op. cit.

⁹ Sem dúvida os resultados das inúmeras perspectivas abertas com a formulação de um campo epistemológico feminista no Brasil tem sido dos mais criativos e instigantes. Cabe destacar o estudo da historiadora Tânia Navarro Swain, entre outros, que ao reler a história da colonização no Brasil, procurou desconstruir as imagens e representações construídas pelos viajantes sobre a sexualidade das mulheres, supostamente promíscuas, instituindo sua amoralidade. Sua argumentação moveu-se numa análise genealógica ao revelar como os documentos foram apropriados e interpretados pela historiografia masculina, através de conceitos extremamente misóginos e autoritários, construindo imagens profundamente negativas dos primeiros habitantes da terra, considerados como incivilizados. Ver SWAIN, Tânia Navarro. "Feminino-Masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico". In: *História no Plural*. Brasília, UnB, 1997 e "Por Mares Nunca Dantes Navegados..." Construção do gênero nos discursos do descobrimento do novo mundo. In: ALMEIDA, Jaime. (org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília, ANPHLAC, 1998, p. 243-258.

códigos de sexualidade feminina e a interferência deste saber na constituição do imaginário social e sexual produzidos no contexto das discussões em torno da construção da nação brasileira.

Neste sentido, essas pesquisas buscam denunciar as dominações do gênero feminino e revelar o caráter autoritário e misógino dos discursos médicos científicos ao reforçar a ideologia da domesticidade no processo de reajustamento das relações de gênero na modernização brasileira, permitindo justificar a exclusão das mulheres de inúmeros espaços públicos.

Esses estudos, produzidos em grande parte nas décadas de 1980/90, representaram um marco na produção historiográfica no país, no sentido de focalizar a análise nos dispositivos específicos do poder médico sobre o sexo feminino. Partiram da premissa teórica desenvolvida por Michel Foucault, de que a noção do sexo é fundadora de uma ordem de significação universal, constituindo-se em um significado onipresente, chave na construção da subjetividade moderna¹⁰.

Para o filósofo, em vez da repressão sexual, vivemos, a partir do século XVIII, uma intensa proliferação discursiva a respeito dos corpos que produzem a sexualidade, através da produção de verdades e do disciplinamento das condutas sociais. Esses dispositivos desenvolveram tecnologias específicas de saber e poder sobre o sexo e, assim, disciplinaram os corpos e as mentes, construindo subjetividades masculinas e femininas, normais e desviantes.

Logo, a leitura foucaultiana tornou-se um potente instrumento conceitual aos pesquisadores no Brasil para pensar a sexualização do corpo feminino, que tem sido, com efeito, uma das figuras ou objeto de conhecimento central nos discursos da ciência médica e jurídica ao longo da história moderna.

Esses trabalhos, que se tornaram referências importantes, tiveram como preocupação principal fazer a denúncia dos processos normativos e das formas de dominação do gênero feminino, pois mostravam os dispositivos estratégicos da regulamentação da mulher a partir da constituição de saberes médicos misóginos sobre o corpo feminino no processo de modernização do país. Os temas envolvidos focalizavam a construção da identidade da mulher a partir do

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1979; *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1992; *História da sexualidade - a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1994.

casamento e da maternidade, confinada ao recôndito do lar, o sexo higienizado no vínculo conjugal, a higiene do amor e a civilização das paixões¹¹.

A análise dos padrões de sujeição impostos pela normatização dos saberes modernos, focalizados por esses trabalhos, é de fundamental relevância para compreendermos de que forma as normas morais buscam definir determinadas condutas e comportamentos no cotidiano da vida social, marcada por uma experiência des-subjetivante dos indivíduos.

Mas, por outro lado, também se faz necessário desconfiar da pretensa abrangência das prescrições coercitivas que querem definir (vigiar) comportamentos e atitudes normais às relações sociais. Os discursos proibitivos representam imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o "dever - ser" do que para "o ser". O ideal da moral normativa existe como imposição política, mas isso não significa que os indivíduos agem em conformidade com os preceitos ditados pela moral estabelecida.

¹¹ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979; NUNES, Silvia Alexim. *Medicina social e regulação do corpo feminino*. Dissertação de mestrado, Instituto de Medicina da UERJ, Rio de Janeiro, 1982; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro. 1840-1890*. São Paulo, Brasiliense, 1988; ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana -1890-1920*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989; D' INCAO, Maria Angela (org.) *Amor e família no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1989; MEZZOMO, D. *Médicos e educadores: a disciplinarização da família curitibana 1890-1930*. Dissertação de mestrado, Curitiba, UFPR, 1990; GONÇALVES, Diana. "Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930". In: SOUZA, Cynthia Pereira de. (org). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo, Escrituras, 1998, p. 53-74; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000; ABREU, Marta & CAULFIELD, Sueann. "50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890 - 1940)". In: *Espaço Feminino*, Revista do Núcleo de estudos de gênero e pesquisas sobre a mulher, UFU, Vol.2, nº1/2, 1995; SWAIN, Tânia Navarro. "Feminino-Masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico". In: *História no Plural*. Brasília, UnB, 1997 e "Por Mares Nunca Dantes Navegados..." Construção do gênero nos discursos do descobrimento do novo mundo. In: ALMEIDA, Jaime. (org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília, ANPHLAC, 1998, p. 243-258; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira república*. Curitiba, Farol do Saber, 1996. MARTINS, Ana Paula Vosne & TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. (orgs) *Mulheres na História: Paraná séculos 19 e 20*. Curitiba, UFPR, 1997; SOARES, Carmen. *Educação Física: Raízes européias e Brasil*. Campinas, Editora Autores Associados, 1994. DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997. DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas, Unicamp, 1999, MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da Obstetrícia e da Ginecologia do século XIX*. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp, Campinas, 2000.

Ao assujeitamento individual e coletivo impostos pelos efeitos do poder médico, existe a possibilidade de pensar os indivíduos como constituidores de uma subjetividade que escapa das redes produtoras do sujeito racionalizado. Os indivíduos não são somente efeitos do poder, eles podem instaurar-se num movimento de reelaboração, desvio e recriação em relação às condutas valorizados pelos saberes constituídos.

Nesta perspectiva, a leitura de Foucault propiciou um deslocamento do sujeito constituído apenas pelo poder regulatório, para um processo de subjetivação dos indivíduos, através da transposição da norma¹². Esta análise permite conceder uma determinada autonomia e uma possibilidade de reelaboração dos códigos pelos indivíduos a um tipo de subjetividade tematizada negativamente desde o início da modernidade como um produto do bio-poder.

Este deslocamento teórico realizado pelo filósofo a partir dos anos 80 possibilitou localizar pontos de recriação presentes no jogo de forças das relações sociais e, assim, conceder voz à resistência e à criatividade¹³.

Para o filósofo Francisco Ortega, um deslocamento no eixo do poder operado por Foucault tem como resultado a (des)dobra da analítica do poder: a noção de poder, de cunhagem nietzschiana, como relações de forças será substituída por uma idéia de poder como governo, orientada para uma "teoria da ação". Trata-se de focalizar os pontos onde a experiência humana é capaz de rebelar-se/desviar-se contra formas estabelecidas de subjetividades e investir na recriação de outros modos de vida¹⁴.

O deslocamento no eixo do sujeito, conduz ao desligamento de uma teoria do sujeito a uma análise das modalidades e técnicas da relação consigo ou à história das diferentes formas de

¹²A idéia de um tipo de subjetividade surgido na modernidade como objeto de um poder disciplinar e um bio - poder aparecia na obra *Vigiar e Punir* e na *Vontade de Saber* de Michel Foucault na década de 70. Porém a localização dos pontos de resistência na recusa do tipo de subjetividade imposta e na criação de novas formas de individualidade constitui uma novidade dos últimos anos no pensamento foucaultiano.

¹³Segundo Foucault não existe nenhum ponto de resistência mais útil e com mais prioridade que o consistente numa relação consigo. "O cuidado de si" aparece como uma "conversão do poder", uma forma de manter o poder sobre o controle.

¹⁴Esta passagem do poder disciplinado para um poder como governo (como possibilidade de resistência ao poder político instituído) inicia-se a partir de 1976 nos cursos do Collège de France mas é melhor explicitado em 1983 na obra de Foucault, *História da sexualidade. O cuidado de si*. vol. 3, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

subjetivação dos indivíduos¹⁵. Assim, Foucault pode passar do governo dos outros ao governo de si a fim de introduzir a temática da "autoconstituição". A análise das práticas de governo permite relacionar as "técnicas de poder" com as "técnicas de si". Isto significa que o mesmo poder que constituía em 1970, o sujeito como seu objeto (na forma de sujeição), é aplicado pelo indivíduo sobre si na autoconstituição (subjetivação) e nas formas de subjetivação.

Na direção destas problematizações, a maioria dos estudos historiográficos, que objetivavam desconstruir os discursos dos médicos, os quais já forneceram representações misóginas das relações entre os sexos, se preocuparam muito mais em denunciar os mecanismos de sujeição do gênero feminino do que em dar destaque às outras possibilidades da experiência subjetiva das mulheres.

No entanto, é a partir desses estudos que é possível visualizar um deslocamento na historiografia sobre as relações de gênero no Brasil: uma produção passa a dar voz às singularidades das experiências das mulheres, ressaltando os modos de fazer pelos quais os sujeitos se relacionam entre si e consigo, não só reiterando, mas reelaborando, transgredindo, rejeitando e escapando à nomatividade¹⁶.

¹⁵Francisco Ortega afirma que nos anos 60 Foucault concentrou-se mais no eixo da verdade (ou do saber), nos anos 70 no eixo do poder e nos anos 80 no sujeito. Porém estes deslocamentos não acontecem na passagem de um eixo para outro, mas dos deslocamentos dentro de um mesmo eixo. A passagem dentro de um eixo constitui a condição de possibilidade do deslocamento teórico para um outro eixo, ou seja sem o deslocamento no eixo do poder, o qual conduz à questão do governo, não seria possível a passagem para outro eixo - o sujeito e das técnicas de si. ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

¹⁶RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil (1900-32). *Revista Brasileira de História, Espaço Plural*, vol. 5, nº 28, ANPUH- Marco Zero, São Paulo, 1995 e *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*, São Paulo, Unesp, 2001; HOLLANDA, Heloisa Buarque. "A roupa da Raquel", *Revista de Estudos Feministas*, V.0, nº0/92. CIEC/ECO/UFRJ; VARIKAS, Eleni. *Gênese d'une conscience féministe en Grèce*, tese de doutorado, Paris, 1986; TELLES, Norma. *Encantações. Escritoras e imaginação literária feminina no século XIX*, tese de doutorado, PUC/SP, 1986; MASIELLO, Francine. *Between Civilization And Barbarism: women, nation and literary culture in modern Argentina*. Nebraska University Press, 1992; RAMALHO, Christina.(org.). *Literatura e Feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Elo, 1999; BRANCO, Lúcia Castelo & BRANDÃO, Rute Silvão. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro, Ed. LTC,1989; BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina?* São Paulo, Brasiliense, 1991. CASTANHEIRA, Cláudia. Literatura, mulher e subjetividade: Clarice Lispector. In: RAMALHO, Op. cit., p. 183-194; ENGELMANN, Magda Shirley C. *O jogo elocucional feminino*, Goiânia, Ed.UFG, 1996.

Neste sentido, o estudo ao qual me proponho se direciona para um deslocamento em relação àquela produção historiográfica, uma vez que não pretendo apenas perceber as experiências femininas e masculinas no processo de modernização do casamento, sob o viés da normatização. Esta leitura tende, em certa medida, a mostrar o nosso passado de forma negativa, incapaz de enxergar a presença ativa das mulheres no projeto de reformulação do casamento, entre 1900-1940, na sociedade brasileira.

É o caso do estudo de Susan Besse, situado dentro de uma proposta de resgate das experiências de gênero no processo de construção da modernidade brasileira¹⁷, a autora, ao debruçar-se sobre o exaustivo discurso masculino normativo em detrimento do resgate da experiência feminina, acabou não enxergando rupturas nos novos modelos de identidades sexuais produzidos pelos discursos modernizantes. As mulheres são vistas por Besse como passivas/vitimizadas sem interferência substancial no projeto de modernização conservadora das relações de gêneros no país.

Viso perceber as diferenças entre homens e mulheres no casamento, enquanto efeitos de processos de materialização das normas regulatórias produzidas pelos discursos médicos e jurídicos; entretanto investigo também a possibilidade de haver entre a imposição das normas e a sua reiteração pelos indivíduos, um espaço de autonomia e liberdade, na qual esses a reelaboram, recriam ou desviam num processo simultâneo no jogo de forças das relações sociais.

Neste caso, além de observar os processos normativos e os mecanismos de dominação de gênero na leitura médica e jurídica sobre o casamento, proponho recuperar a singularidade da experiência literária feminina, cujos textos literários tematizavam o casamento no período. Isto significa que localizado na não conformidade completa à normatização há um espaço de construção capaz de transformar e reelaborar as normas pelas quais sua materialização é imposta.

Na oscilação entre o espaço das proibições e das permissões, vêm - se possibilidades de muitas mulheres escritoras estimularem reflexões em seus escritos literários, desencadearem

¹⁷ BESSE, Susan. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*, São Paulo, Edusp, 1999.

polêmicas e reelaborações a respeito das normas reguladoras do casamento nas décadas iniciais do século XX, provocando instabilidades entre os códigos prescritos e a moralidade masculina vigente.

A possibilidade de apontar a dissonância da normatização do casamento difundidos pelos discursos de alguns homens e o questionamento das normas masculinas pelas mulheres foi encontrado nos textos literários de autoria feminina. O contraponto ao discurso científico dos médicos, que insistiam em reforçar a ideologia da domesticidade no processo de modernização do casamento, deu-se no espaço da literatura, na qual algumas escritoras puderam manifestar em seus escritos a crítica ao vínculo conjugal.

Ao direcionar a análise às ações de muitas mulheres dando destaque às possibilidades diferenciadas e singulares da experiência feminina é possível visualizar o modo diferenciador de perceber o casamento nos escritos literários femininos, construído e produzido por um registro que não o masculino e assim, ressaltar a interferência e a participação das mulheres na construção cultural do período.

Ao trabalhar com escritoras que escreveram textos literários, cujos personagens tematizam o casamento pretendo nesta proposta resgatar o modo de escrever feminino e a contribuição de algumas literatas no processo de ampliação da temática do vínculo amoroso na esfera pública da época. Pretendo recuperar as maneiras de fazer/escrever femininas numa construção cultural, onde homens e mulheres interagem sendo igualmente produtores de sentidos nas relações sociais, refutando atribuir o caráter de unilateralidade à produção de cultura.

A categoria do gênero é fundamental para desenvolver esta pesquisa, operacionalizando a proposta metodologicamente, pois analisa as construções culturais de forma relacional. Logo, não aceita a oposição binária que confere somente a um sexo a participação no processo de elaboração, recriação e de produção cultural na sociedade, objetivando deslocar hierarquias e desconstruir a ordem "natural" de organização da cultura a partir de uma única visão (masculina) de mundo, excludente e dicotômica.

A construção da cultura é focalizada sob outro prisma, isto é, visa-se perceber formas possíveis de interferência das mulheres, formas de participação e influência, recuperando os diferentes modos de subjetivação que aparecem a partir da análise de gênero.

Para efetivar o objetivo proposto, a dissertação foi estruturada em três capítulos. O capítulo I, intitulado "A modernização da mulher e a reatualização das relações de gênero no Brasil, entre 1900-1940", visa mostrar, através dos discursos masculinos e femininos, as transformações que desestabilizavam as relações entre homens e mulheres decorrentes das crescentes reivindicações feministas pela ampliação dos espaços de atuação na esfera pública e da modernização feminina.

O capítulo II, intitulado "A crítica feminina ao casamento", concentra-se na análise dos textos literários femininos, cujos personagens apresentam um discurso crítico ao casamento nas décadas iniciais do século XX. Pretendo, neste capítulo, recuperar o modo diferenciador da leitura/escrita feminina sobre o casamento e visualizar a interferência das mulheres na esfera pública ao tematizar o vínculo amoroso, no momento em que suas reivindicações feministas, contribuíram para uma feminização da cultura e possibilitaram espaços para as manifestações de descontentamento de muitas mulheres com as relações conjugais.

No capítulo III, intitulado "A tematização do casamento no discurso masculino", focalizo a leitura médico - jurídica masculina sobre o casamento nas três primeiras décadas do século XX. Neste capítulo, objetivo observar de que forma o discurso masculino propôs um reajuste nos vínculos conjugais e fortaleceu a ideologia da domesticidade no processo de modernização das relações entre os sexos e verificar se os discursos dos homens se modificaram em relação às mudanças operadas por algumas mulheres, que fizeram uma leitura crítica do casamento em seus escritos no período.

CAPÍTULO I

A MODERNIZAÇÃO DA MULHER E A REATUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL (1900-1940)

2.1 A visibilidade feminina no espaço público brasileiro (1900-1940)

Não há dúvida de que os tempos eram outros, as transformações drásticas nas rotinas diárias, nos modos de ser e nos costumes sociais ocorriam de modo apressado, marcando a entrada do Brasil na era industrial moderna, capaz de causar espanto e temor aos menos empolgados com a visibilidade crescente das mulheres nos espaços públicos, somadas às conquistas que elas obtinham em sua luta pelos direitos políticos, civis e profissionais.

As instituições de ensino superior foram abertas às mulheres em 1879, e a medida em que as famílias de classe média buscavam mais educação para suas filhas, não só preocupadas em prepará-las para papéis familiares, mas que, eventualmente, pudessem ganhar honradamente a vida, quando se fizesse necessário, cresciam também as aspirações das mulheres em se elevar profissionalmente.

As mulheres de elite foram as pioneiras no ingresso em cursos de nível superior. Em 1887, a primeira mulher foi diplomada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; em 1888, as Faculdades de Direito começaram igualmente a atrair o sexo feminino. Quatro pernambucanas haviam se bacharelado, entre 1888 e 1894, na Faculdade de Direito de Recife. Em 1907, as primeiras mulheres do Rio de Janeiro obtiveram o título de bacharel em Ciências e Letras através de aprovação dos exames locais. Um pouco mais tarde, em 1917, após os pareceres de Rui Barbosa e Clóvis Beviláquia, foi aceita a inscrição feminina para um concurso das Relações Exteriores, onde uma mulher obteve a primeira colocação¹⁸.

¹⁸ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995, p. 69-73.

Os intelectuais defendiam, desde 1870, unanimemente, a melhoria do ensino público como meio de garantir o progresso do Brasil, embora definissem como adequada às mulheres a educação que as tornasse boas esposas e mães competentes¹⁹. E o historiador Ricardo Oliveira reitera que as primeiras feministas também justificavam a educação feminina como preparação para a maternidade, mas exigiam cada vez mais a admissão em instituições de ensino superior e o acesso às profissões da elite, de modo que pudessem contribuir para o desenvolvimento do país, sustentar-se independentemente e realizar seu próprio potencial humano²⁰.

As mulheres não se intimidavam e tomavam seus lugares ao lado dos homens como médicas, advogadas, engenheiras, escritoras, além das profissões ditas femininas como professoras, enfermeiras, embora, sendo mais censuradas do que aplaudidas. Suas realizações deram-lhes a credibilidade e a influência que lhes permitiram exigir o sufrágio feminino logo depois do desmoramento da Monarquia, em 1889.

Conforme informa Besse, por mérito das primeiras defensoras dos direitos das mulheres, o sufrágio feminino foi discutido no Congresso Constituinte de 1891, mesmo que tivesse sido completamente derrotado, vindo somente a ser aprovado pelo Congresso Brasileiro em 1932²¹.

As vitórias femininas vinham sendo registradas pela imprensa feminina desde a *A Mensageira*, entre 1897-1900, revista literária dedicada à mulher brasileira, fundada e dirigida pela escritora Presciliana Duarte de Almeida em São Paulo²². De forte difusão e prestígio entre a comunidade feminina, reunia, entre as suas colaboradoras, as principais escritoras naquele período, como Júlia Lopes de Almeida, Anália Franco, Francisca Júlia da Silva, Zalina Rolim, Júlia Cortines, Josefina Alvares de Azevedo, Georgina Teixeira, Maria Clara da Cunha Santos, Aurea Pires, Elvira Gama, Amelia de Oliveira, Maria Emília Vaz de Carvalho, Maria Jucá, Francisca Clotilde, Narcisa Amalia e outras.

¹⁹ BESSE. Op. cit., p. 19.

²⁰ OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. *Educação, maternidade e Progresso. Uma análise sobre a educação das mulheres, entre 1870 e 1910*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995.

²¹ BESSE, Op. cit., p.19.

²² A escritora Presciliana Duarte de Almeida é autora do livro de poesias *Rumorejos e Páginas infantis* e a primeira mulher a ingressar na Academia Paulista de Letras. Ver Rago, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo, Rio de Janeiro, 1991, Op. cit., p. 68 e BITTENCOURT, Adalzira, *Mulheres e livros*. Rio de Janeiro, Catálogo da Biblioteca Pública Feminina Brasileira, 1948.

Maria Emilia, colaboradora da revista, comemorava a conquista da advogada Myrthes de Campos ao ter subido à tribuna judiciária, em primeiro de outubro de 1899 e ter feito a defesa de um réu. Diante de sua brilhante defesa a doutora fora aplaudida e cumprimentada pelo juiz, pelo promotor e o réu absolvido, mesmo não sendo permitido pela legislação vigente, nesse momento à mulher brasileira o exercício da advocacia. Nesse momento, a colaboradora da revista levantava a questão da contradição entre a mulher ter conquistado nas academias um diploma científico, e ficar privada de exercer este diploma, tão duramente conquistado²³.

Em 15 de dezembro de 1899, novamente *A Mensageira* retomava essa questão condenando a decisão do Tribunal do Júri de ter negado, a uma senhora, o direito de defender um réu e exigia do Congresso Nacional uma decisão rápida em vistas de regulamentar o direito da mulher ao exercício da advocacia²⁴. Exatamente um mês depois, em 15 de janeiro de 1900, no alvorecer do novo século, a revista comemorava a decisão do Supremo Tribunal Federal em reconhecer à mulher brasileira o exercício da profissão de advocacia²⁵.

Um pouco depois apareceu outra revista destinada ao público feminino: a *Revista Feminina*, onde era aplaudida, em seus inúmeros artigos, cada vitória do feminismo em outros países e, ainda mais, das brasileiras, como a obtenção do voto pelas mulheres.

Não é por acaso que a *Revista Feminina* tornou-se um espaço privilegiado de debate e difusão dessas mudanças que estavam sendo operadas gradualmente no comportamento e nas atitudes femininas. Revista fundada em 1914, por Virgilina de Souza Salles em São Paulo foi transferida, em 1924, para o Rio de Janeiro.

Esta revista foi a primeira publicação feminina bem-sucedida comercialmente no Brasil, chegando a uma tiragem de 30 mil exemplares e, mesmo após a morte da diretora e fundadora da revista, em maio de 1918, continuou a ser publicada até 1936. O êxito da publicação da *Revista*

²³ EMILIA, Maria. "Com ares de chronica". *A Mensageira*. São Paulo, Anno II, nº 33, 15 de outubro de 1899.

²⁴ *A Mensageira*. Direitos da mulher. São Paulo, ano II, nº 35, 15 de dezembro de 1899.

²⁵ *A Mensageira*. Direitos da mulher. São Paulo, ano II, nº 36, 15 de janeiro de 1900.

Feminina estava intimamente ligada à ampliação do público consumidor feminino e correspondia às necessidades da sociedade industrial em expansão²⁶.

Além de importantes juristas e médicos (as), escritoras eminentes do período formavam o quadro de colaborador (as) da revista, tais como Júlia Lopes de Almeida, Francisca Júlia da Silva, Odete Donais, Bebé Mendonça Lima, Cecília Bandeira de Melo (Chrysanthème) Presciliana Duarte de Almeida, Iracema, Laurita de Lacerda e Anna Cesar, Dra. Alzira Reis, Albina Pires de Campos, Alzira Fonseca, Elisabeth Bastos, B. Dangennes, Rosa Barbara e outras (os).

As colaboradoras da revista discutiam em seus artigos múltiplos temas: o amor, casamento, caráter feminino, saúde, educação, trabalho feminino, feminismo e vida doméstica. Expressavam e elaboravam em seus escritos concepções diversas a respeito da constituição de uma nova subjetividade da mulher moderna que exauria ares de liberdade e autonomia.

A mulher e o magisterio superior: mais uma victoria da mulher brasileira: esta era uma das chamadas da Revista Feminina, em 1924, anunciando a vitória da senhorita Beatriz Gonzaga, que há três anos vinha exercendo o cargo de preparadora da cadeira de microbiologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após um brilhantíssimo concurso prestado perante a Congregação daquela faculdade, no qual obteve, em voto unânime o exercício da livre docência daquela mesma cadeira²⁷. Em setembro do mesmo ano, a Revista Feminina comemorava a entrada da Sra. Ibrantina Cardona na Academia Fluminense de Letras²⁸, além das escriturárias que haviam conseguido entrar na Estrada de Ferro Central Do Brasil, em 1919, e de Bertha Lutz que vencera o Concurso para a direção do Museu Nacional do Rio de Janeiro, disputado por homens e mulheres.

²⁶Sobre a imprensa feminina ver o interessante trabalho de BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel, a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1980 e *Imprensa feminina*. São Paulo, Ática, 1986.

²⁷*Revista Feminina*. A mulher e o magisterio superior: mais uma victoria da mulher brasileira. São Paulo, ano XI, n.º 122 e 123, julho e agosto de 1924.

²⁸*Revista Feminina*. A Sra. Ibrantina Cardona e sua entrada para a Academia Brasileira de Letras. São Paulo, ano XII, setembro de 1924.

Mais tarde, em 1934, a Revista Feminina não se furtava em denunciar a exclusão das mulheres nos concursos do Banco do Brasil, refutando a alegação absurda de que as moças não podiam separar-se de suas famílias, *nos dias que passam. Esse convencionalismo ruiu e as jovens estão em condições de competir com os homens nas lutas modernas*²⁹. Talvez como reação ao avanço das mulheres mediante concursos públicos, no final da década de 1930 e início de 1940, o Banco do Brasil, o Ministério da Marinha e das Relações Exteriores fecharam certas funções a eventuais candidatas.

Por outro lado, a doutora Francisca Fróes, médica baiana, membro da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e defensora do direito ao voto feminino, em 1922, escrevia à Revista Feminina, refutando a posição dos opositores de que as obrigações políticas das mulheres podiam desviá-las das ocupações domésticas:

a subordinação legal do sexo feminino é talvez a origem das desaharmonias matrimoniais; é, effectivamente, ridicula a ironia o conjugar seres que se não podem a absolutamente ligar, desde que ao predomínio intensivo do direito da mais forte se há de curvar necessariamente o mais indefeso³⁰.

Francisca Fróes dizia que os conflitos conjugais resultavam da subordinação legal das mulheres, que não possuíam o direito ao voto e acreditava que a conquista deste e a admissão das mulheres às profissões liberais, em vez de afastá-las do lar as tornava mais preparadas para exercer o papel de esposas livres, mães e educadoras, cientes de seus direitos e deveres.

Em setembro de 1921, Maurício Lacerda somando esforços na luta pela ampliação dos direitos políticos às mulheres, escrevia à Revista Feminina e, de forma enfática, defendia o direito ao voto feminino, pois na sociedade civil e política, as mulheres só tinham deveres, nunca direitos, sugerindo uma medida prática e eficiente a elas: *é a propaganda do prolongado sono em ella jaz*

²⁹Revista Feminina. A mulher e os direitos que têm conquistado: a proposito da exclusão feminina nos concursos do Banco do Brasil. São Paulo, ano XXI, nº 238, março de 1934.

³⁰FRÓES, Francisca Prager. "Em prol do voto feminino". Revista Feminina. São Paulo, ano IX, nº 93, fevereiro de 1922.

*immersa porque urge fazer de toda mulher uma consciente defensora de seus direitos, para que ela se torne a consciente cumpridora de seus deveres*³¹.

Embora, como assinalou Ricardo S. R. Oliveira ao analisar as falas masculinas e femininas em relação à emancipação feminina (1870-1910), eram perceptíveis as diferenças entre os discursos de homens e mulheres. Para o discurso feminino, a noção de emancipação feminina estava diretamente ligada ao conceito de liberdade individual, que deveria ser garantida através da aquisição de direitos civis e eleitorais. A emancipação passava pela luta pelo direito de voto, pelo direito de ingressar na academia e pelo direito de ser reconhecida como um indivíduo autônomo, estendendo a ação das mulheres ao espaço público³².

Ao tratar do discurso dos homens, Oliveira salientou que a visão que estes tinham da emancipação feminina era bastante restritiva. A mulher deveria ser emancipada da posição de escrava dentro do lar, mas a sua esfera de atuação estaria circunscrita a este espaço como esposa e como mãe. Ao homem, o exterior; à mulher o interior³³.

Enfim, a inserção das mulheres na esfera pública e a expansão de oportunidades na área profissional ampliaram-se consideravelmente nas décadas de 1910-1930. As necessidades econômicas e as normas sociais em mudança possibilitavam cada vez mais às mulheres das classes altas e médias novas oportunidades de educação superior e emprego remunerado.

Sendo que as mais instruídas e ousadas ingressavam em muitas profissões ditas masculinas (médicas, advogadas, engenheiras, cientistas) e prestigiadas, mesmo a contragosto de muitos críticos, ficando as mais pobres fora destas possibilidades pela exclusão a que eram submetidas num país fortemente marcado pela desigualdade de classe.

Um número maior de mulheres assumia cargos bastante bons de escritório, que iam sendo criados pela rápida expansão de serviços. O desenvolvimento de novas tecnologias e a expansão

³¹ LACERDA, Maurício. "Os direitos da mulher". *Revista Feminina*. São Paulo, ano VIII, n.º 88, setembro de 1921.

³² OLIVEIRA, Op. cit., p. 110-114.

³³ Op.cit., p. 108.

de órgãos do governo, empresas comerciais, serviços financeiros e comunicações proporcionou um número crescente de cargos de escritório às mulheres de boa instrução³⁴.

2.2 Ameaças femininas: delineando a mulher moderna

As novas maneiras femininas de ser e de se comportar das mulheres no início do século XX, acompanhadas das grandes transformações que o país vinha vivendo desde o final do século XIX, no Brasil, geraram uma certa ansiedade nos segmentos mais conservadores da sociedade. Afinal, ainda era recente a presença das moças das camadas médias e altas, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou em busca de lazer e tornou-se rapidamente comum em menos de duas décadas.

Além da crescente visibilidade da mulher no espaço público marcadamente representada nos discursos de homens e mulheres da época, outras inovações na rotina das mulheres iam aparecendo, como as novas modas do vestir. Abandonando os trajes antigos, as jovens aventuravam-se em novos estilos. Como lembra Susan Besse, enquanto a moda do século XIX havia acentuado a diferença entre os sexos, refletindo seus distintos papéis sociais e a aplicação rígida de um duplo padrão de moralidade, no pós-guerra apagaram-se subitamente estas distinções³⁵.

Na década de 20, roupas mais leves davam maior liberdade de movimento ao "sexo frágil", ao mesmo tempo que também desafiavam a imagem tradicional de timidez e recato virtuoso. A altura da barra das saias foi subindo gradativamente e a introdução das meias de seda e dos saltos altos chamavam a atenção para as pernas, que agora, eram mostradas. Os novos guarda-roupas incluíam roupas de cores mais ousadas. Os espartilhos rígidos foram substituídos pelos sutiãs e calcinhas mais leves e apertadas³⁶.

³⁴ BESSE, Op. cit., p.144-181.

³⁵ Op. cit., p. 31-32.

³⁶ Op. cit., p. 31-32.

Em junho de 1924, a Revista Feminina se perguntava se o *cabelo curto constitue, um syntoma de emancipação do bello sexo*³⁷ e assinalava o desaparecimento das grandes cabeleiras e a tendência das mulheres em cortar os cabelos à *la garçonne*. A própria revista identificava pelo corte dos cabelos, a escultora, a coquette, a poetisa, a literata, a estudante, a datilógrafa, a sportswoman³⁸, associando a imagem da mulher moderna aos de cabelos curtos.

A maquilagem deixava de ser apenas o pó-de-arroz, agora, elas passavam rouge nas faces, usavam batons vermelho forte e mudavam a cor dos esmaltes das unhas para combinar com os diferentes trajes e acessórios, pintavam as sobrancelhas e escureciam os cílios³⁹.

E o que era ainda mais escandaloso é que as moças iam tomar banho de sol na praia "quase nuas", em seus maiôs sem mangas e de cores extravagantes, deixando braços e pernas expostos, como afirmavam os memorialistas da época. A romancista Lola de Oliveira no livro de contos, *Na cidade das praias*, publicado em 1931, caracterizava a transição das modas modernas entre as gerações⁴⁰. Suas crônicas e os seus romances são reveladores desse movimento de construção da moderna sensibilidade.

Escritora de repercussão nacional, Lola de Oliveira, natural de Porto Alegre colaborou em várias revistas de seu estado, do Rio de Janeiro e São Paulo, secretariou a Revista *Escrínio* e tornou-se membro da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Escreveu livros de contos como *Na Cidade das Praias e No Cafezal*, em 1931; *Passadismo e Modernismo* e o romance *Alma Branca*, em 1932. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 1965.

No conto intitulado *A banhista*, publicado no livro *Na cidade das praias*, a autora mostrava os novos hábitos femininos de ir banhar-se nas praias e o uso dos maiôs curtos, através da conversa de duas amigas:

Mas como você está queimada! São os banhos de sol. Não gosto de ser clara e então fico aqui, na praia, horas e horas me tostando. Que pena Beatriz! Você era tão alva, tão linda que parecia um jasmim do Cabo. Hoje as morenas estão na moda, meteram as claras no chinello. Eu quero ser

³⁷ Revista *Feminina*. São Paulo, ano XI, n.º 121, junho de 1924.

³⁸ Revista *Feminina*. São Paulo, ano XI, n.º 128, dezembro de 1924.

³⁹ OLIVEIRA, Lola de. *Na cidade das praias*. São Paulo, Graphico Rossolillo, 1931, p.19-21 e 32-36.

⁴⁰ Op. cit.

morena á força. (...) Você já começou a tomar banhos de mar? Ainda não. Andei procurando maillots. Os que encontrei não me agradaram: eram vulgares e me parecem até antigos. Os calções compridos, jécas. Ah! mas isso tem remedio. O meu tambem era assim. Eu cortei, reformei mesmo, copiando um modelo que vi numa revista americana. Fiz mais curto vinte centímetros. De que côr é o seu? Vermelho, e a toquinha e os sapatos também. Então você é revolucionária?.. E'a côr da moda ! o vermelho vae bem a todas ás mulheres. E' por isso que pegou⁴¹.

O roupão que cobria até os pés, considerado "esquisitice passadista" era substituído pelos maiôs curtos, vermelhos, identificando a modernidade de suas portadoras e tornava-as responsáveis por introduzir, na agitada vida moderna, hábitos mais ousados e nada virtuosos nos modos de ser das mulheres. Conforme descrevia uma personagem de Lola de Oliveira no referido conto.

O que eu comprei era um pouco afogado. Enfiei nelle a tezoura e degotei bem. Pois sim! Fui tomar banho e fiz sucesso! Depois do banho joguei péteca com uns rapazes conhecidos. A estreia do maillot foi o assunto da tarde. Muita gente ficou admirada com a minha ousadia. As minhas amigas roeram de inveja, porque a rapaziada só fez caso de mim. Metteram-me a tezoura na praia, mas d'ahi uns dias muitas dellas meteram, tambem, a tezoura nos maillots⁴².

Estas novas posturas, que acompanhavam a nova moda no vestir, levavam as mulheres a abandonar as velhas regras de comportamento educado, e passaram a tomar banho na praia, a falar gíria e a fumar em público. Os filmes e as capas de revistas popularizavam a imagem da mulher que fumava: moderna, elegante, ousada, voluptuosa, sedutora e misteriosa⁴³. E mais ainda, defendia o integralista Plínio Salgado, a mulher do século XX, deveria ser saudável, isto é, a antípoda da mulher fraca e doente do passado.

deve ser saudável e enérgica, desenvolvendo as suas faculdades intelectuais, aprimorando a sua resistência e a sua beleza corporal. (...) Desenvolta, esportiva, semeadora do optismo, deve ter a consciência de haver superado os tipos de meninas cloróticas da primeira fase romântica (...) Ultrapassadas as ingénuas Margaridas e as pálidas Mimis, que encheram o mundo de suspiros, desde os fins do século XVIII aos meados do século XIX; deixados para trás os figurinos

⁴¹ Op. cit., p. 9-12.

⁴² Op. cit., p. 11.

⁴³ *Revista Feminina*. São Paulo, ano VIII, n.º 81, fevereiro de 1921. OLIVEIRA, Lola de. op. cit., p. 28-36 e *Passadismo e Modernismo*, 2ª. Edição, São Paulo, Estab. Graphico Rossolillo, 1932.

estampados pelos escritores realistas, em cujas páginas o devaneio psicológico transformou-se no devaneio fisiológico⁴⁴.

O novo século valorizava um novo padrão de beleza feminina. As mocinhas frágeis e românticas que tocavam piano e desmaiavam-se à menor provocação foram declaradas obsoletas. Em seu lugar emergiram imagens de mulheres ativas, racionais, livres, que se valorizavam a energia, a força, a delgadez, a agilidade.

O médico baiano Heitor Fróes, em julho de 1923, na Revista Feminina defendia a necessidade da educação física, sem distinção de sexos, como meio de alcançar corpos robustos e sadios e refutava a idéia de que a mulher *é um organismo delicado e nervoso e não pode suportar os exercícios musculares necessários ao seu desenvolvimento*.⁴⁵ Recomendava ao sexo feminino a prática dos esportes como *a natação*, o remo, o basket-ball, o waterpolo e o tennis, advertindo que, *não basta, entretanto apenas, a pratica de diversos esportes para assegurar o desenvolvimento adquirido, cremos indispensavel, a titulo de corretivo, a gymnastica racional, executada preferencialmente pela manhã e seguida de um rapido banho frio*⁴⁶.

No livro de contos *Passadismo e Modernismo*, Lola de Oliveira desfilava em suas crônicas as formas elegantes e esbeltas das esportistas. As mulheres trocavam o piano e o crochê pela competições e anunciavam que os tempos eram outros, época do nudismo e do esportismo. A personagem da autora do conto A banhista lembrava: *hoje ninguém toca para se divertir. Temos os radios e as vitrolas que nos enchem de música de manhã à noite. Antes de ser uma boa nadadora do que ser uma pessima pianista*⁴⁷.

Defensora da educação física, a autora acreditava como o médico Heitor Fróes, que a ginástica e os esportes revigoravam as raças. Incorporando os ideais eugênicos que enfatizavam a

⁴⁴ SALGADO, Plínio. *A mulher no século XX*. São Paulo, Editorial Guanumby, 1946.

⁴⁵ FRÓES, Heitor Prager. "Na evolução da mulher normal: o di-morphismo sexual em face da cultura physica- orientação racional da educação physica feminina". *Revista Feminina*. São Paulo, ano X, n.º 110, julho de 1923.

⁴⁶ Op. cit.,

⁴⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 81-82.

importância da perfeição física⁴⁸, bem como o moderno culto da juventude e da beleza, as utopias femininas e masculinas das primeiras décadas do século XX traziam em sua acepção o ideal de um corpo saudável, uma fisionomia bela e uma raça vigorosa.

É importante lembrar que a modernização da mulher exaltada pelo discurso feminino e masculino no Brasil, nos anos iniciais do século XX, também propôs atividades físicas às mulheres. Carmen Soares, no livro *Educação Física: raízes européias e Brasil*, observou que essas preocupações em relação à saúde física da mulher, particularmente com sua função reprodutora, estavam marcadamente presentes nos discursos e nas propostas de intelectuais brasileiros desde o final do século XIX. Tanto Rui Barbosa quanto Fernando Azevedo, em momentos distintos, articulados, porém, ao nível ideológico, não pouparam esforços em seus trabalhos para enaltecer os efeitos higiênicos dos exercícios físicos sobre "as formas feminis", construindo daquele modo, boas condições físicas para uma maternidade futura⁴⁹.

Nos anais da Sociedade Eugênica de São Paulo, primeira instituição de eugenia fundada no país e na América do Sul, em 15 de janeiro de 1918, no salão nobre da Casa de Misericórdia, sob a presidência do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho e tendo Renato Kehl como Secretário geral, constava do médico Dr. Luis Pereira Barreto, um artigo chamado "Meninas Feias e Meninas Bonitas"⁵⁰.

O médico, logo no início do artigo, perguntava-se: *o que podem a medicina e a cirurgia em prol da esthetica da nossa raça?*⁵¹. No momento em que a eugenia começava a ganhar

⁴⁸ Carmen Soares ao assinalar a influência decisiva do pensamento médico higienista no referencial de conhecimentos necessários para o desenvolvimento da Educação Física (conhecimento sobre o corpo biológico) no Brasil a partir da metade do século XIX, lembra que, no caso brasileiro, a educação física aparecerá colada aos ideais eugênicos (teoria racial que se pretendeu ciência), de regeneração e embranquecimento da raça figurando em congressos médicos, em propostas pedagógicas e em discursos parlamentares. Ver, SOARES, Carmen. *Educação Física: Raízes européias e Brasil*. Campinas, Editora Autores Associados, 1994.

⁴⁹ Op. cit., p. 81 e 146.

⁵⁰ BARRETO, Luis Pereira. "Meninas Feias e Meninas Bonitas: eugenina e esthetica". *Annaes de Eugenia*, São Paulo, Edição da Revista do Brasil, 1919, p.137-147. Este artigo também foi publicado na Revista Feminina em maio de 1918, com o seguinte título: "Eugenia: meninas feias e meninas bonitas". *Revista Feminina*. São Paulo, ano Vol. nº 48, maio de 1918.

⁵¹ Op. cit., p.139.

repercussão na sociedade brasileira⁵² e enfatizava a importância da perfeição física e o culto da beleza feminina, os cirurgiões plásticos eram cada vez mais requisitados, pois não só corrigiam defeitos reais ou imaginários de fisionomia mas, muito frequentemente, realizavam operações faciais em mulheres que queriam eliminar rugas.

Adepto da estética física o cirurgião eugenista Luis P. Barreto entendia que a fealdade feminina era facilmente resolvida pela cirurgia plástica e pelas medidas profiláticas da eugenia.

Escrevia o médico:

Com pleno direito podem em regra as meninas feias acusar os seus paes de negligentes, porquanto os fatores da sua fealdade eram na maior parte dos casos incidentes morbidos perfeitamente removíveis pela medicina ou pela cirurgia. Em nome da physiologia normal, toda a menina e toda moça podem reclamar o direito de serem bonitas. E só por negligencia dos paes, é só por culpa das organizações sociaes, se tantas meninas feias vagam pelas nossas ruas ou pejam as nossas escolas⁵³.

O educador Fernando de Azevedo publicou um texto com o mesmo nome do artigo de Barreto, "Meninas Feias e Meninas Bonitas: eugenia e plástica" nos anais de Eugenia da Sociedade Eugênica de São Paulo⁵⁴, lembrando, por ocasião de sua fundação, que dentre as suas principais iniciativas estava a divulgação da:

pratica da criação entre nós dessas utilissimas sociedades de educação physica para mocas, já muito em voga nos Estados Unidos, chamadas Camp-fire, que têm como um de seus intuitos primaciaes, desenvolver por meio da hygiene e trabalho de campo, corpos sadios e bem talhados, nervos postos a prova para a realização do proposito do amor e do papel bio-educativo que lhes é destinado⁵⁵.

⁵² Vera Regina Beltrão Marques em *A Medicalização da Raça: Médicos, Educadores e discurso eugênico*, desenvolveu uma discussão mais detalhada acerca do significado histórico das teorias raciais - particularmente a eugenia no decorrer dos anos 20 na cidade de São Paulo, explorando as falas dos médicos higienistas que lidavam com a eugenia como técnica de saber e poder, utilizando-a como intervenção social para a depuração da raça e regulamentação dos hábitos das populações, cujo objetivo era a construção do indivíduo moderno saudável e higienizado. Ver MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994.

⁵³ BARRETO. Op. cit., p. 141.

⁵⁴ Este mesmo artigo foi publicado no jornal Correio Paulistano em 20 de maio de 1919. AZEVEDO, Fernando. "Meninas feias e Meninas Bonitas : Eugenia e Plástica". *Anaes de Eugenia*, Op. cit., p.147-157. Azevedo ocupou o cargo de 1º. Secretário da Sociedade Eugénica de São Paulo.

⁵⁵ Op. cit., p. 151.

A prática dos esportes e da educação física esculpia corpos talhados e com maior desenvoltura, conforme a construção de imagens de alguns intelectuais masculinos e das escritoras. As mulheres circulavam com mais liberdade, assumiam o cuidado com o corpo e tornavam-se mais agressivas em suas atitudes, não se furtando, inclusive, de criticar as suas avós matronas corpulentas, ociosas e doentes.

A esportista do conto de Lola de Oliveira era uma legítima representante desta nova mulher do mundo moderno, ao ridicularizar os antigos hábitos e afirmar sua impetuosidade e o tom mais agressivo de comportamento feminino.

Vovó foi criada á moda antiga. No seu tempo as mulheres só faziam crochê e viviam socadas em casa que nem galinhas chocas. Ella se escandalizou quando soube que eu me fizera esportista. Poz as mãos na cabeça horrorizada. Queria que eu desistisse. Passou um sermão sobre a moralidade e o recato das moças de família. Mas perdeu o seu latim porque eu fiz ouvidos de mercador. Ninguem manda na minha cabeça. Já completei vinte e um anos e faço tudo que me vier á cachola⁵⁶.

Conforme assinalou Margareth Rago, em oposição ao modelo de feminilidade fundado na passividade e abnegação, Lola de Oliveira apresentava em seus contos outra figura feminina: a "mulher emancipada". Economicamente independente, ativa e esportista, já não esperava saídas no casamento e contrapunha-se em parte a um outro perfil feminino, que embora mais fútil, também era extremamente moderno e não dependia da proteção masculina para ser feliz: a melindrosa. Esta fazia par com o "almofadinha", ou com o "dândi". Nas caricaturas publicadas nas revistas do período eram freqüentes as referências satíricas a esses tipos urbanos, que circulavam abundantemente nos contos de Lola⁵⁷.

⁵⁶ OLIVEIRA. *Passadismo e Modernismo*. op. cit., p. 82.

⁵⁷ RAGO, Margareth. "A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral e cultura literária feminina no Brasil. 1900-1932". *Revista Brasileira de História. Espaço Plural*. vol.5, nº 28, ANPUH - Marco Zero, São Paulo, 1995.

2.3 A figura da mulher fútil: a melindrosa

Não obstante as mudanças na moda e no modo de se vestir, ou mesmo nas atitudes mais agressivas e independentes das mulheres resultaram num mal-estar generalizado da parte dos intelectuais. As mulheres eram acusadas de se masculinizarem e os homens de se feminizarem.

O integralista Plínio Salgado reserva todo um capítulo no seu livro, *A mulher do século XX*, para tratar desta questão. Com o título "Mulheres masculinizadas e homens efeminados"⁵⁸, o autor lamentava que na modernidade não havia mais distinção entre ambos. Em suas palavras: *uma das mais lamentáveis, conseqüências do facto de não estabelecer distinção entre o homem e a mulher, nos atos, maneiras, costumes, está em que a identidade de funções na vida social transfere-se ao ambiente doméstico e traz ao homem a convicção de que não precisa da mulher no lar*⁵⁹.

Para ele, a liberação feminina que vinha acontecendo era fruto da falta de espiritualidade vigente da sociedade capitalista. Nas palavras de Salgado, o desvio teria começado por esta,

forma romantica que se batizou de feminismo e que antes deveria chamar-se masculinismo⁶⁰. Isto porque as mulheres, trabalhando fora de casa, estavam se masculinizando, enquanto os homens estavam se efeminando, tendo o homem que exercer certos serviços de ménage, como é hoje comum em certas metrópoles dos arranha céus⁶¹.

A inversão dos papéis sociais de gênero e a suposta tendência rumo à unissexualidade, tão temorizados por alguns homens cultos era registrado pela Revista Feminina ao publicar uma sátira sobre a confusão entre os sexos, intitulada "O senhor ou a senhora? Scenas da vida actual".

De forma bastante caricata a revista traçava o perfil de um casal moderno. Ambos usavam pijamas, fumavam e cortavam o cabelo a *la garconne*, ficando bastante difícil a diferença entre eles:

⁵⁸ SALGADO. Op. cit., p. 105-117.

⁵⁹ Op. cit., p. 105.

⁶⁰ Op. cit., p. 109.

⁶¹ Op. cit., p. 105.

Quando pela manhã ambos de pyjama e cigarro nos lábios, se dirigem para a sala de jantar, o primeiro criado que lhe surge a frente vê-se na necessidade de perguntar: E' a senhora ou senhor a quem tenho a honra de dar os bons dias. Sou eu. Pela voz reconhece o criado, e torna a cumprimentar, e dirigindo-se à cozinha pede o lanche da senhora ou senhor. E as vezes até se equivoca⁶².

Conforme o artigo da Revista, enquanto a personagem conversava sobre esportes com as amigas, ele discutia moda com os amigos e quando nasceu o primeiro filho, o médico não sabia a quem entregá-lo, a ele ou a ela.

As novas modas, símbolo de rebeldia e possível identificação dos novos valores de uma geração moderna eram constantemente repudiadas e consideradas imorais. Menotti Del Picchia, em 1920, ao escrever na Revista Feminina, manifestava o sentimento de afronta que as modas modernas repercutiam naquele momento entre alguns críticos masculinos.

Hoje em dia as coisas estão mudadas. As liberdades bolchevistas revolucionaram a ethica e as modas. As saias actuaes escalam o joelho, na ansia de se evadirem da toilette. Os decotes descem às costas e ao ventre e em materia de mangas há a simples ilusão de terem outr'ora existido ... Por ultimo, um decreto das modistas aboliu as mãos. Nesse andar, brevemente Moema e Paraguassú ditarão à moda e em vez de saias curtas, sem blusa teremos a tanga estylizada⁶³.

A articulista e colaboradora da Revista Feminina, Iracema, no livro de contos, *Cartas de Mulher*, retratava o incômodo suscitado entre os homens diante dos vestuários sensuais e provocantes introduzidos pelos novos modos de vestir das mulheres.

No conto *O traje de Eva*, a autora traduziu às suas leitoras um depoimento de um jovem americano universitário publicado na revista *Physical Culture*, de protesto contra a tentação do traje feminino na modernidade. Segundo o texto feminino, o estudante americano declarava:

que o seu corpo, como o seu sentimento são puros, mas mentalmente é um pecador. E elle atribui ao modo como as mulheres se vestem essa imperfeição moral. São muitas as tentações que attraheem o pensamento humano para a obcessão sexual. O que é impossível é afastar da

⁶² Revista Feminina. O senhor ou a senhora? Scenas da vida actual. São Paulo, ano XII, n.º 139, dezembro de 1925.

⁶³ PICCHIA. Menotti Del. "Caso ou não caso?" . Revista Feminina.. São Paulo, ano II, n.º 68, janeiro de 1920.

convivência do homem o outro sexo; e a mulher mesma a mais inocente, pelo modo como se veste, parece só ter uma preocupação: a de exercer sobre o homem a sedução irresistível e atração misteriosa do seu encanto⁶⁴.

É incompatível, no entender do jovem, que as mulheres acordem o instinto dos homens através da exposição crescente dos seus corpos, quase obscenas, e ao mesmo tempo exigem que o sexo oposto as encare sem maldade e as respeite sem hipocrisia.

Além da moda ser considerada um elemento perigosíssimo à mulher moderna, o primeiro passo para derrocada de sua moral, era vista por alguns críticos de ambos os sexos, como sinal de artificialidade e frivolidade, geralmente associadas às imagens das "melindrosas sensuais", descritas como frívolas, interesseiras e extremamente vaidosas, adeptas da última moda copiada do cinema americano ou das modas de Paris.

Para o médico Renato Kehl, "as melindrosas" eram consideradas as antípodas das moças virtuosas candidatas a boa esposa. Assumindo um discurso nitidamente crítico ao modelo da mulher fútil, ele as define como: *criaturas futeis, damas artificiais, multifformes, que têm um coração para cada homem, uma sensibilidade para cada palavra, um trejeito para cada sentimento, assim, como um vestido para cada baile, uma paixão para cada polca, um amor para cada valsa*⁶⁵.

Como já mostramos acima, as "melindrosas" e o seu par, os "almofadinhas", figuras típicas das classes médias e altas da sociedade urbana dos tempos modernos desfilavam nos contos de Lola de Oliveira. Em *Passadismo e Modernismo*, o personagem "almofadinha" era um rapaz rico, pouco interessado nos estudos, cuja preocupação era apenas em ser elegante. Escrevia a autora, o *ideal desses almofadinhas de fortuna e guiar uma baratinha de luxo e terem uma garota melindrosa para passarem o tempo. Nada mais*⁶⁶.

Em contraposição à esportista, mulher livre, racional e prática que buscava na profissão e na educação uma forma de adquirir autonomia individual, a autora apresentava a "melindrosa",

⁶⁴ Iracema. *Cartas de mulher*. Lisboa, Rio de Janeiro, Sociedade Editora & Livraria Francisco Alves, s/d. p. 219-223.

⁶⁵ KEHL, Renato. *Como escolher um bom marido*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 2ª edição, 1935, p.23. A primeira edição desta obra foi publicada em 1925.

⁶⁶ OLIVEIRA. Op. cit., p. 13-14.

cuja maior preocupação residia no cultivo das aparências, no uso de roupas elegantes e da moda, nos passeios pelo centro urbano das cidades dentro das "baratinhas" de luxo e nas casas de chás. Num diálogo entre duas amigas, em meio às compras de sábado na Casa Mappin, a cronista registrava as supostas futilidades de uma "melindrosa" e de um "almofadinha".

E depois, as minhas perfumarias; os sapatos, os vestidos, os chapéus, as luvas, as meias, os enfeites. Eu tenho minhas necessidades; sempre andei na moda e não abduco dos meus hábitos de mulher chic. O Petronio por sua vez, é um almofadinha; gosta do luxo, cultiva a elegância. Veste-se, sempre, pelo último figurino de Londres. É um dos rapazes que mais chama atenção pela variedade de ternos que manda fazer no Carnicelli⁶⁷.

Fascinantes, ainda que assustadoras, as moças modernas eram exibidas nos escritos masculinos, nos romances, crônicas femininas e nas revistas, tanto as moças independentes que trabalhavam fora almejando novas conquistas públicas e profissionais no alvorecer do novo século, quanto as "melindrosas" sensuais e fúteis, consumidoras assíduas das modas parisienses.

A visível busca de liberdade da mulher moderna tão amplamente discutida na imprensa feminina, não era sentida apenas na moda, elas passaram a circular pelo mundo público com mais desenvoltura e preferiam expor-se aos *regamboleios do tango e do maxixe*. Logo, os grandes bailes e as valsas iam desaparecendo e foram substituídos pelas danças modernas, como o tango, o *foxtrote*, o *charleston*, *maxixe*, que permitiam expressão pública mais livre e erótica, dando fim aos aspectos formais e cerimoniais da dança do Século XIX. O médico eugenista Renato Kehl registrava em seus escritos estas mudanças: *para estar mais de acordo com a época, substituiria a polca pelo "maxixe" e a valsa pelo "samba". A valsa e a polca estão, como dizem as melindrosas ... catalogadas entre as velharias de 1830*⁶⁸.

A inquietação de alguns homens cultos com as danças modernas manifestava-se no tom de crítica do poeta Menotti Del Picchia endereçadas às moças apreciadoras do maxixe: *o maxixe! Deus nos livre falar nisso nos bons tempos em que lia, a Menina e Moça e a Grasiella. Nem o*

⁶⁷ Op. cit., p. 41-42.

⁶⁸ KEHL. Op. cit., p. 24.

*calão vulgar era tão ofensivo ao pudor como esse termo irreverente. O maxixe era a suprema degradação moral organizada em figura choreographica*⁶⁹.

O cinema também passava a ser um lugar de diversão e fonte socializadora de novos padrões de conduta para homens e mulheres, onde desfilavam nas telas as "melindrosas" e sensuais atrizes e as moças independentes que trabalhavam fora, as quais se afastavam muito das imagens construídas pelos discursos masculinos, de resignação e recato das mulheres do século passado. Mais uma vez, Renato Kehl refutava a influência do cinema no modo de vestir da mulher em modernização, dizendo: *estamos no século XX; a moda dominante é a que nasceu ontem no "boulevard", que o figurino reproduz, que a tela cinematográfica, transformada em código, impõe, e que os romances inculcam*⁷⁰.

Ademais, outras alternativas mais atraentes de interação social emergiram nas grandes cidades urbanas industriais em desenvolvimento e, cada vez mais, as mulheres se juntavam aos homens de suas classes, em atividades públicas de lazer, aumentando os espaços de sociabilidade feminina.

Segundo Susan Besse, o teatro e a ópera passaram a gozar de certa popularidade, no Rio de Janeiro, a partir da década de 1870, quando a inauguração do Teatro Lírico proporcionou um espaço para as exhibições de companhias européias em excursão. O mesmo sucedendo em São Paulo, a partir da década de 1880, depois que a construção da ferrovia São Paulo - Rio de Janeiro permitiu transportar as companhias estrangeiras até a cidade. Entretanto, lembrava a autora, foi o cinema que atraiu maciçamente o público e causou o maior alvoroço⁷¹.

As salas de projeção proliferaram a partir de 1910 e, na década de 1920, ir ao cinema estava entre os passatempos mais populares para jovens e velhos, ricos e pobres, homens e mulheres. Em São Paulo, o número de exhibições cinematográficas quadruplicou entre 1915-1927, passando de 2.115 a 8.407, e a média da capacidade das salas aumentou de 600 para 1500 lugares⁷².

⁶⁹ PICCHIA. Op. cit.

⁷⁰ KEHL. Op. cit., p.24.

⁷¹ BESSE . Op. cit., p.24-25.

⁷² op. cit., p. 24.

Deste modo, os filmes não só proporcionavam uma atividade de distração para o novo público consumidor em expansão, mas, sobretudo, conquistavam a imaginação popular e constituía-se em um dos espaços fundamentais de sociabilidade moderna. As atrizes e atores e os modos de vida americanos eram apresentados aos espectadores e, não raramente, as mulheres freqüentadoras de cinema passavam a tê-los como modelos e exemplos de mulher emancipada.

Por outro lado, rapidamente emergiram críticas de muitos discursos masculinos pedindo uma campanha em prol da moralização do cinema. O criminologista⁷³ José Gabriel de Lemos Britto, em 1921, colocava como causa principal do adultério feminino a influência nefasta dos filmes estrangeiros no comportamento das mulheres brasileiras. O teatro e o cinema livre eram apontados por Lemos Brito como um dos elementos mais perniciosos à moralidade feminina e fator de depravação na cidade do Rio de Janeiro.

O teatro e o cinema livres chegaram a se povoar chegaram a se pavonear na arteria central da cidade, e por longos meses, ou annos, á esquina de nosso maior hotel, entre dois estabelecimentos de ensino, figurou um quadro immenso no qual exhibiam, pro -pudhor! escandalosas photographias de propaganda dos filmes inderecorosos que ali adiante eram passados de dia e de noite⁷⁴.

Preocupado com a influência *deleteria que exerce no espirito dos jovens que serão os esposos e os paes de amanhã, sustentáculos, portanto da familia e da patria e o afrouxamento nos laços de familia*. Lemos Britto, além de propor na Conferência Cinematográfica Nacional a proibição de freqüência de menores a tais exhibições desses filmes, condenava a propagação crescente das *licenciosidades e as maiores intimidades sexuais ostensivamente expostos ás vistas da população nas grandes cidades*⁷⁵.

O teatro livre tornava-se, no discurso de Lemos Britto, outro elemento perigoso à perversão da juventude, *são convites permanentes á corrupção dos costumes*. Bastante espantado

⁷³ José Gabriel de Lemos Britto era advogado criminalista, membro do Conselho penitenciário do Distrito Federal, da sociedade Brasileira de Criminologia, do Instituto da Ordem dos Advogados e da Comissão Legislativa. A primeira edição de *Psychologia do Adultério* foi publicada em 1921 e a segunda edição acrescida e melhorada pelo próprio autor em 1933.

⁷⁴ BRITTO, José Gabriel Lemos. *Psychologia do adultério*. Rio de Janeiro, Livraria Jacinto-Editora, 2ª. Edição acrescida e melhorada, 1933. Op. cit., p. X-XV.

⁷⁵ Op. cit., p. XII.

com a proliferação de exibições nada recatadas nos teatros cariocas e perplexo diante das transformações experienciadas pelas novas mulheres, cujas atitudes de deixar a casa e aventurar-se sozinhas às ruas, rumo ao teatro e ao cinema em busca de diversão, pegava de surpresa a maioria dos homens, como demonstrava no discurso o criminologista:

No que toca ao *theatro* livre chegamos a vel-o localizar-se no coração da capital. Os espectáculos que então se exibiam eram simplesmente espantosos. Pouco poderiam invejar á Paris de Montmartre e dos viciados do mundo inteiro que ali se reúnem em busca de emoções, os frequentadores brasileiros destes *theatrinhos* cariocas⁷⁶.

As mudanças no comportamento feminino, como a exposição aos lugares públicos, os remexos do *maxixe*, mostrando a sensualidade feminina e possibilitando os *flirts* entre moças e rapazes, provocavam reações e não faltavam vozes para entoar críticas a este processo de aparente desorganização e caos na forma como vinha se configurando a nova sensibilidade da mulher moderna e a paisagem da vida urbana brasileira.

A Revista *Feminina*, em junho de 1924, condenava o espírito de mundanismo, exigindo das mães um acompanhamento maternal às filhas nesta época de tempos perigosos. Escrevia a articulista da revista:

Haja vista a liberdade de que a nossa mocinha gosa hoje em dia, nos bailes, nos cinemas e nas *toillets*; a *immoralidade* das fantasias de carnaval, a promiscuidade dos *finaes* de bailes, etc, etc, onde o alcool e o fumo confundem os dois sexos, cousa nunca vista outr'ora em nossa terra. (...) Parece natural o *Flirt*, as predileções exaggeradas: tudo é permitido⁷⁷.

O poeta conservador Menotti Del Picchia desconfiado com o novo modelo de mulher emancipada que estava sendo delineado na conturbada metrópole do início do século, atacava com mais veemência a rebeldia feminina. Positivando o passado e negativando a modernidade, o escritor acrescentava:

Antigamente, nos bellos tempos do feudalismo colonial, nossas vovós eram uma *santarronas*, *ingenuas* e boas, que mal assomavam á *janella* e que sabiam, como ninguem, preparar *quitutes*

⁷⁶ Op. cit., p. XIV.

⁷⁷ *Revista Feminina*. Para toda a mulher brasileira ler. São Paulo, ano XI, n.º 121, junho de 1924.

quasi divinos. Não serelepeavam nos asfaltos, irriquietas e serigaitas; não saham sósinhas, affrontando os galanteios dos chichibéos, não se apaixonavam por Georges Walsh no écran do cinema nem se desarticulavam regamboleios do tango e do maxixe⁷⁸.

A desconfiança com o processo de modernização da mulher que estava sendo propagado pela imprensa na época, também foi registrado pela escrita de algumas mulheres. A escritora Cecília Bandeira de Mello Vasconcelos, usando o pseudônimo Chrysanthème, publicou em 1920, um artigo na Revista Feminina, intitulado "A educação feminina hoje", esclarecendo às suas leitoras que havia uma idéia errônea de educação da mulher moderna pela cultura da independência⁷⁹.

Vale lembrar que a escritora Chrysanthème, além de colaboradora assídua da Revista Feminina, exercia grande influência e prestígio sobre suas leitoras naquele momento, a ponto de, em janeiro de 1921, um leitor masculino polemizar a afirmação da autora, a respeito da incapacidade masculina em conservar o amor, denotando a sua popularidade entre o público em geral⁸⁰.

Bastante ativa a autora escreveu romances como *Enervadas* (1922) *Gritos femininos* (1922); *Matar! romance sensacional e moderníssimo* (1927); *Minha Terra e Minha gente* (1929); *O que os outros não veem: Romance Moderno de Psycho-analyse feminina* (1929); *Famílias* (1933) e livro de antologia, *Mussolini e a mulher* (1929). Era filha da escritora Emilia Moncorvo Bandeira de Mello, mais conhecida pelo pseudônimo de Carmen Dolores, vindo, inclusive, a publicar e prefaciá-lo livro de Contos de sua mãe, intitulado *Almas Complexas*, em 1934.

No entender da escritora, as mulheres no Brasil estavam há alguns anos realizando uma revolução social tremenda em prol de sua independência e pelo desenvolvimento da sua personalidade, mas que, infelizmente este desejo de emancipação exclusiva fez gerar em algumas mulheres,

menos elevadas o lamentável e pernicioso desejo de cultivar simplesmente a sua liberdade. E sem instrução e sem educação, nós podemos ter uma pequena ideia até onde irá essa liberdade que

⁷⁸ PICCHIA. Op. cit., Ano II, nº 68.

⁷⁹ CHRYSANTHÈME. "A educação feminina de hoje". *Revista Feminina*. São Paulo ano II, nº 68. Janeiro de 1920.

⁸⁰ LYGIO. "Sobre a durabilidade do amor". *Revista Feminina*. São Paulo, ano VIII, nº 80, janeiro de 1921.

nenhum pudor limita, que nenhum receio combate (...) Os progressos e as reformas na evolução feminina causaram muitos males a certos cerebros de mulher. Alguns destes espiritos enganaram-se a respeito de si mesmas e lançaram -se ao acaso pelos rudes caminhos das luctas. Sem bussola e sem defeza, porem submergiram - se ou enlamearam - se definitivamente⁸¹.

Chrysanthème reafirmava a necessidade de uma educação moral e instrução sólida à mulher brasileira que talvez lhe servisse, um dia, para ganhar a vida honestamente, em vez da educação moderna e frívola que as filhas moderníssimas estavam recebendo de suas mães modernas. Escrevia a autora: *ensinem-lhe simplesmente a vestir-se com graça, a maquilar-se com habilidade, a remecher-se no tango e ella encontrará marido com mais rapidez, do que se, modesta, instruída, educada, ella tivesse o encanto sereno da verdadeira donzella*⁸².

Esta educação superficial, ministrada pelas mães modernas levariam à degeneração das moças em lugar de formá-las para a vida:

a menina mal educada e pouco cultivada, degenera numa coquette frívola e sem alma, numa esposa sem escrupulos e numa mãe sem entranhas, grita-se, clama-se contra ella. A culpa é somente das mães modernas, que, sem a compreensão exacta dos seus deveres, educam mal as suas filhas, expõem-n'as aos perigos e ás tentações do mundo, sem um guia, sem um preservativo, sem uma educação vigorosa e san⁸³.

Assustada, a articulista, não se continha em negativizar o tom mais livre que as representantes do seu sexo estavam assumindo e, ao mesmo tempo, registrava e comparava as mudanças de posturas entre as mulheres do passado e do presente.

A mulher de ha quarenta anos, que, na ausencia do esposo, encerrava-se num convento ou num asylo e a de hoje, liberrima, desnuda e audaciosa, a diferença é colossal e eloquente. E' como se um abysmo se cavasse entre todas essas especies de creaturas do meu sexo, tomando-as completamente diversas pelo traje, pelas modas e pelo pensar⁸⁴.

Para ela, o que a mulher brasileira precisava era de instrução e educação adequada e não de danças e de elegâncias nas vestes. O modelo de comportamento feminino da "melindrosa", a

⁸¹ CHRYSANTHÈME. Op. cit., janeiro de 1920.

⁸² Op. cit.

⁸³ Op. cit.

⁸⁴ Op. cit.

"miss futilidade", era apontado pela autora como contra modelo da mulher instruída, inteligente e uma boa esposa e mãe.

Maria A. D'Ornellas, outra colaboradora da Revista Feminina, em abril de 1924, seguindo os mesmos argumentos de Chrysanthème reivindicava uma civilização que não fosse pautada pelas frivolidades modernas e a artificialidade das aparências e declarava:

A moça alli, tem que ser, sob pena de cair no ridículo, uma flor de civilização, isto é: o mais deliciosamente frívola possível. E misther conhecer biogaphicamente as estrelas e os astros, dessa outra moderníssima criação: o cinematographo, mas além, mas acima infinitamente acima, de todas estes uteis e indispensaveis conhecimentos, a flor de civilização deve saber dançar⁸⁵.

Por fim, a autora aconselhava e convocava as mães brasileiras para que intervissem na educação de suas filhas, convencendo-as que poderiam ser "flores de civilização", sem que para isso tivessem que *conceder ao fox-trot e ao tango maior importância do que essas danças realmente teem. Porque, em summa, si as civilizações foram cruzadas com a cabeça não é isso razão para que as queira transformar com as pernas*⁸⁶.

A crítica ao perfil feminino da "melindrosa", que se difundia em vários escritos masculinos e femininos da época, aparecia de forma bastante incisiva na Revista Feminina, sobretudo na década de 20. Sempre endereçava o tom de culpa à educação deformada dada às jovens, que as impossibilitava de se prepararem para enfrentar as exigências do mundo moderno através de uma profissão decente e honesta.

É importante registrar que a censura ao materialismo esterilizador cultivado pela mulher brasileira vinha sendo assinalado, desde o final do século XIX, pela revista literária feminina A Mensageira. Em 1898, a escritora Anália Franco denunciava, em seus escritos o espírito fútil assumido pela mulher moderna, decorrente da má educação ministrada às mulheres.

má educação que nos deram. (...) A vaidade e o desejo ardente de brilhar pelas graças exteriores, constituem a estreita ambição e o pensamento de muitas, que acreditam ser esta civilização a ultima conquista do progresso humano. As conseqüências d'isto são o enfraquecimento sensível das noções

⁸⁵ D'ORNELLAS, Maria A. "Flores de civilização". *Revista Feminina*. São Paulo, ano XI, nº 119, abril de 1924.

⁸⁶ Op. cit.

da responsabilidade e do dever, a tendencia decisiva para esta preguiça mental que nos quebranta e esterilisa⁸⁷.

Como solução para corrigir o mal de uma educação feminina equivocada e combater esse modelo fútil de comportamento feminino, a autora defendia uma educação mais rigorosa e elevada, para transformá-la, como o homem, em uma mulher ativa, corajosa e atuante.

Outra colaboradora da revista *A Mensageira*, Delminda Silveira compartilhava do mesmo discurso de Anália Franco e reivindicava uma cultura intelectual feminina mais elevada, a única luz capaz de dar à mulher o discernimento e ampliar os horizontes em oposição à educação deformada que elas vinham recebendo. Nas palavras da escritora: *a campo todos os meios de sedução, toda apparencia agradável, todo a attrativo material; tudo material ; tudo superficial e ilusorio. (...) Na soirée, no theatro, no passeio, é a menina a-figura de vitrine- os frivolos a admiram, a invejam; os sensatos censuram-na e a depreciam*⁸⁸.

A defesa de uma educação feminina para a emancipação parece ser um dos objetivos arduamente perseguidos por alguns discursos das mulheres naquele período. Ricardo Oliveira acrescenta que os intelectuais, no final do século XIX, e início de 1920, acreditavam que somente através da educação o Brasil poderia constituir-se em uma grande nação, dentro dos moldes de uma civilização européia, logo, fazia-se necessário que se educassem as mulheres para que elas educassem os seus filhos, futuros cidadãos de uma sociedade civilizada e ordeira. As mulheres, por seu turno, transformaram a educação em uma bandeira de luta pelos seus direitos sociais e políticos. Somente a mulher devidamente educada poderia ter consciência da sua situação degradante e capacidade para lutar contra as injustiças e por sua emancipação⁸⁹.

A elevação intelectual da mulher pela educação também estava presente em muitos discursos das mulheres nas primeiras décadas do século XX. As colaboradoras da Revista

⁸⁷ FRANCO, Anália. "Educação literária". *A Mensageira*. São Paulo, ano I, nº12, 31 de março de 1898.

⁸⁸ SILVEIRA, Delminda. "Observações: sobre a educação em geral". *A Mensageira*. São Paulo, ano I, nº 19, 15 de julho de 1898.

⁸⁹ OLIVEIRA, Op. cit., p.130. Sobre a educação da mulher no Brasil ver, ROSEMBERG, Fulvia. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo, Global, 1982; REIS, Maria Cândida Delgado. "Imagens Flutuantes: mulher e educação (São Paulo, 1910-1930)". In: *Projeto História*, São Paulo, (11), novembro, 1994; LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto/Unesp, 1997; FILHO, Lourenço & REIS, M. C. *Tessitura de destinos. Mulher e educação* - São Paulo: EDUC, 1993; HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; BESSE., Op. cit., p. 122-143.

Feminina e escritoras, como Júlia Lopes de Almeida, Maria Lacerda de Moura, Lola de Oliveira, Ercília Nogueira Cobra, Patrícia Galvão, Mariana Coelho e outras, insistiam na necessidade de uma educação adequada e emancipatória às mulheres e criticavam a educação deformada e o espírito fútil do comportamento feminino que vigoravam nos tempos modernos⁹⁰.

Margareth Rago assinalou que a elaboração de uma nova imagem, que associava a mulher ociosa e passiva do passado à figura da jovem sem nenhuma densidade, preocupada apenas com frivolidades, a consumidora fútil, investindo todas as suas energias no cultivo da própria imagem, decorrente de uma educação superficial, era censurada nos inúmeros artigos da imprensa e nos textos médicos, como o avesso da mãe altruísta e dedicada⁹¹.

Embora não sejam mencionados nos artigos que elaboravam críticas contundentes ao mito da mulher fútil, essa é uma época em que se intensificam as formas de incitação ao culto da auto-imagem. E se a aparência feminina era privilegiada pela própria mulher, preocupada em exibir-se como sedutora tudo indicava que assim fosse. Cobrava-se dela esse modo de subjetividade. A aparência feminina se transformava em principal foco de observação dos transeuntes da cidade, dos jornalistas, dos homens interessados em flertes, de outras mulheres curiosas para examinar as roupas de suas concorrentes⁹².

De toda forma, esse era o cenário que ornamentava os centros urbanos que proliferavam e exibiam progresso industrial e uma promessa de riqueza acumulada pela onda de desenvolvimento das metrópoles. Os discursos masculinos e femininos traziam em seu bojo imagens das moças independentes que trabalhavam fora, "a moça moderna e emancipada" e das "melindrosas" fúteis, simbolizando as mudanças nos códigos de sociabilidade moderna e da mulher em processo de modernização.

⁹⁰ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e das donzelas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906; MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada*. São Paulo, Typografia Paulista, 1924; OLIVEIRA, Lola de. *Passadismo e modernismo*, São Paulo, Graphico Rossolillo, 1932. COBRA, Ercília Nogueira. *Virgindade inútil e anti-higiênica*, Paris Societé D' Éditions, Ceuvres Des Maitres Célèbres, s/d; GALVÃO, Patrícia. *Parque industrial: romance proletário*. Rio de Janeiro, Alternativa, 1933; COELHO, Mariana. *Evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro, Imprensa Moderna, 1933.

⁹¹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930*. São Paulo, Paz e Terra, 1991. p. 63-67.

⁹² RAGO. Op. cit., p. 64-65.

2.4 O temor masculino diante da modernização feminina

Se por um lado, essas imagens da mulher independente, enfaticamente registradas pelos médicos, juristas, escritores, literatas e feministas, nas primeiras décadas do século XX, representavam as novas liberdades, as necessidades econômicas da sociedade urbana industrial brasileira em expansão e a nova sensibilidade moderna, por outro lado, colocava em xeque as próprias definições dos sexos, abrindo espaço a um pavor masculino e dúvidas frequentes destes quanto à sua identidade diante do processo de feminização da cultura no período.

Percebe-se, assim, nas problemáticas que se abriram nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, especialmente na década de 20-30, um movimento de reação masculina às mudanças nas definições de gêneros que estavam acontecendo na sociedade. Especificamente no momento em que os movimentos feministas, no Brasil, inspirados nos movimentos norte-americanos e europeus, de caráter filantrópico, político, sufragista ou profissional, expressavam uma situação nova, em que a mulher procurava novos caminhos para superar as condições tradicionais dentro da casa e no interior da família⁹³.

Em 1922, surgia a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, organizada por Bertha Lutz, a qual vai dar impulso à luta pelo voto feminino⁹⁴. Embora, em alguns aspectos, o movimento sufragista vinha acompanhado de um discurso conservador, em vários outros, os objetivos ultrapassavam a luta pelo voto: demanda por iguais oportunidades educacionais e políticas, maiores salários, menos horas de trabalho, condições de higiene e segurança nas fábricas, assistência hospitalar, seguro de acidentes, férias remuneradas, enfim, toda a gama de reivindicações dos trabalhadores masculino. Isto denotava a participação das mulheres no mercados de trabalho, fora da esfera do lar⁹⁵.

⁹³ LEITE, Miriam Moreira. *Outra Face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984 e HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*. São Paulo, Brasiliense, 1981; RAGO, Margareth. "A crítica Feminista à modernidade e o Projeto Feminista no Brasil nos anos 70 e 80". *Cadernos AEL, Mulher, História e Feminismo*. Unicamp, Campinas, nº 3/4, 1995/1996.

⁹⁴ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

⁹⁵ A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi designada como uma organização abrangente que reuniria mulheres de todo os estados do Brasil que estivessem trabalhando pelos direitos das mulheres ou envolvidas na ação social ou em organizações sociais de caridade. Os objetivos da FBPF era promover a educação feminina e elevar o nível de instrução entre as mulheres, conquistar direitos civis e políticos para as mulheres, proteger mães e filhos, obter garantias legais em favor do trabalho feminino, promover organizações femininas e abrir novas oportunidades para as mulheres se engajarem na ação social e política. De sua diretoria fazia parte mulheres profissionais e eminentes escritoras, como Júlia Lopes de Almeida e sua filha Margarida e a líder Bertha Lutz. Ver, Susan Besse, op. cit., Cap. VII, p.182- 220.

A crescente industrialização abriu-lhes oportunidades de emprego e a realidade econômica veio, aos poucos, rompendo com a dedicação exclusiva da mulher ao lar, especialmente as de classe média, levando-a participar do mundo exterior, de forma mais contundente e, talvez, assustadora, para os que não viam com bons olhos a imagem da mulher moderna, reivindicando a democracia sexual e social⁹⁶.

Processo semelhante aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, acompanhado, diz Elisabeth Badinter, de uma "crise de masculinidade". O homem se sentiu ameaçado em seus poderes, em sua vida cotidiana. O que inquietava era menos a dissolução da célula familiar, com o trabalho da mulher na fábrica, e mais a luta pela democracia da mulher. A mulher independente, ativa e reivindicadora era a antípoda da mulher doce e passiva; era "um homem no corpo feminino", um virago. Havia uma denúncia, na literatura, do culto moderno da androgenia.⁹⁷

No caso do Brasil, as fontes sugerem que alguns discursos masculinos refletiam o temor da imagem da mulher independente, ousada e sexualmente provocante difundido pela imprensa feminina e pela literatura da época, não se furtando, inclusive, em eleger como responsáveis pela suposta corrosão da ordem social, a rebeldia feminina, as inovações da vida do "sexo frágil" e principalmente, as modificações nas relações entre os gêneros, colocando em risco a instituição do casamento e, por consequência, a própria ordem familiar.

Plínio Salgado foi um dos intelectuais masculinos, na sociedade brasileira, que clamou o seu horror à modernização da mulher ao manifestar uma visível perturbação diante da desestabilização das relações de gênero, *o homem rebaixa-se perdendo o teor viril, porque nos países onde a mulher se masculiniza, o homem também se torna efeminado*⁹⁸. Com esta acepção, segundo o autor, a mulher desvalorizava-se na indistinção dos sexos, em consequência, o homem rebaixava-se perdendo o seu teor viril.

⁹⁶ Como nos foi demonstrado por Maria Odila Leite da Silva Dias no livro, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, em épocas anteriores, encontramos muitas mulheres também atuando nos espaços públicos, principalmente as mulheres pobres que, na maioria das vezes, tiveram que prover o sustento da família, exercendo atividades na rua. Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

⁹⁷ BADINTER, Elisabeth. *Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, p.15

⁹⁸ SALGADO, Op. cit., p. 108 -109.

A promessa de restauração viril e o reencontro da identidade masculina, segundo ele, daria - se pelo retorno das tradições falocêntricas, exaltava as antigas separações dos sexos, ao dizer: *devemos considerar o afastamento da mulher do lar como evidente anormalidade biológica*⁹⁹.

Para Plínio, a mulher encontraria no evangelho a inspiração do seu verdadeiro destino, *diverso na forma e no desempenho do papel que cabe a cada sexo* e afirmava, *a mulher do mesmo que o homem, é um ser de triplice expressão: física, intelectual e espiritual*¹⁰⁰, não é nem inferior, nem superior ao homem: é diferente. Essa diferença manifestava-se na maternidade. Toda ação da mulher no meio social tinha que proceder dessa função.

O essencial, lembrava o integralista, *é que a ação da mulher no seu meio, se exerça no sentido maternal*¹⁰¹, porém ela deveria participar ativamente no aperfeiçoamento das qualidades das raças e na redução das imperfeições humanas, sem perder de vista que foi feita biologicamente para o lar. Portanto deveria tornar-se parte ativa na regeneração da raça, mas sem masculinizar-se.

Neste sentido, os escritos de alguns intelectuais nesse período, manifestavam hostilidade a esse ideal feminino de emancipação. E logo, como evidenciava Plínio Salgado, repudiavam a nova mulher que degradava o seu sexo, abandonava o lar e colocava em perigo a família. Pois, na medida em que os discursos de algumas mulheres exprimiam, em alto e bom som, as suas reivindicações, mais expostas ficavam à vulnerabilidade masculina: papel masculino indefinido e o pânico da desestabilização dos referenciais de gêneros¹⁰².

O medo da crescente feminização da cultura brasileira estava marcadamente presente também no discurso do Dr. José de Albuquerque. Segundo o médico:

Quando a mulher escravizada durante milênios, teve consciência da escravização que os homens lhe impuseram, revoltou-se, mas sua reação se fez sentir mais vigorosa do que deveria ser, caindo no terreno falso do que eles chamam **feminismo**, mas que na realidade não é senão, **masculinismo**, pois ellas não pretendem senão a equiparação dos seus direitos aos direitos do sexo¹⁰³.

⁹⁹ Op. cit., p. 36.

¹⁰⁰ Op. cit., p. 103.

¹⁰¹ Op. cit., p. 73-74.

¹⁰² SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual*, Rio De Janeiro, Rocco, 1993.

¹⁰³ ALBUQUERQUE, José. *Educação sexual pelo radio*. Rio de Janeiro, Círculo Brasileiro de Educação sexual, 1935.

Na sensação de desorganização dos sexos, em que os referenciais identitários se dissolviam, exigindo novas subjetividades de gênero, como assinalou Albuquerque, é que assistimos a um *estilhaçamento do sujeito*¹⁰⁴. A proporção que alguns discursos femininos questionavam os pressupostos de feminilidade e pretendiam preencher outros papéis, além da função de esposa e dona de casa, esta atitude desestabilizava o sexo oposto, colocava em indefinição inclusive a identidade do outro-masculino, visto que a feminilidade se definia em relação à masculinidade e vice-versa. Evidentemente acentuou ainda mais a angústia de muitos homens.

Neste sentido, a maioria dos modernizadores no Brasil, como demonstrou Plínio Salgado, se declaravam partidários de uma polaridade sadia dos papéis sexuais. Para que os homens, reencontrassem sua virilidade, era preciso primeiro que as mulheres voltassem ao seu lugar natural. Só o restabelecimento das fronteiras sexuais os libertaria de sua angústia de identidade diante da imagem da nova mulher¹⁰⁵.

O instrumento conceitual de gênero nos permite perceber que masculinidade e feminilidade são construções relacionais, ninguém pode compreender a construção social dos sexos sem referência ao outro, pois o homem só é definido com relação à mulher¹⁰⁶. Longe de ser pensada como um absoluto, a masculinidade, atributo do homem, é relativa e reativa. Tanto que, quando a feminilidade muda, em geral, quando as mulheres querem redefinir sua identidade, a masculinidade se desestabiliza, bem como a ordem familiar.

Elisabeth Badinter, nos diz que, a história das sociedades patriarcais prova que são sempre as mulheres, e não os homens, que suscitam os grandes questionamentos. Isto se explica facilmente pelo status privilegiado que têm os homens nesse tipo de sociedade. Mas, ao contrário do que diz a ideologia do patriarcado, os homens não são os primeiros referenciais da humanidade e sim as mulheres. É em relação a elas e contra elas que eles se definem¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Termo usado por Jacques Le Rider, em seu brilhante trabalho acerca das crises de identidade na vienense moderna, para designar o momento de instabilidade vivido pelo cidadão-macho vienense em permanente crise de identidade num contexto de crise generalizada. Ver LE RIDER, Jacques. *A modernidade vienense: e as crises de identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

¹⁰⁵ BADINTER. Op. cit., p. 15-18.

¹⁰⁶ SCOTT, Joam. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Vol. 15, nº 2, julho/dezembro de 1990; RAGO, Margareth, "Epistemologia feminista: gênero e história". In: PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pilar. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

¹⁰⁷ BADINTER, Op. cit., p. 10-11.

Como afirma Badinter, a crise dos sexos, que assinala rapidamente novas e múltiplas redefinições às mulheres e aos homens¹⁰⁸ no mundo contemporâneo, não é de agora. Há muito tempo, têm-se verificado os movimentos de reatualização de gênero¹⁰⁹ e, claro, partiram sempre das mulheres o suscitamento de novas questões e a desestabilidade dos referenciais normativos identitários. Elas é que não aceitavam, passivamente, o padrão de feminilidade e um determinado modelo de casamento à elas imposto pela ordem patriarcal e reclamavam outras.

É possível que esse tenha sido o caso, aqui no Brasil, nas primeiras décadas deste século. Partiram das mulheres o questionamento e a insatisfação com o sexo oposto. Insatisfeitas, elas almejavam redefinir a sua própria identidade e um novo perfil de mulher, com isso, desestabilizaram as fronteiras sexuais impostas.

Possivelmente, as novas representações femininas, que iam sendo delineadas nos discursos da época, levadas pelas exigências crescentes de muitas mulheres pelo reconhecimento dos seus direitos civis e políticos e a ampliação da atuação feminina na esfera pública, tenham aberto espaço, na cultura brasileira, para que algumas mulheres levantassem, em seus escritos, a urgência de relações amorosas mais igualitárias entre os gêneros, ou até mesmo a sua extinção, e assim, tenham contribuído para ampliar a problemática do casamento, no Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Neste sentido, o capítulo II objetiva recortar a temática do casamento nos textos literários escritos pelas mulheres, cujos personagens tematizam o vínculo legal amoroso e questionam a prescrição social do casamento para o gênero feminino, no momento em que, provavelmente, a cultura brasileira se feminizava em função da crescente entrada e interferência das mulheres no mundo público.

¹⁰⁸ Merece destaque a obra do inovador e sempre estimulante Gilles Lipovetsky, *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*, recém traduzida do francês à língua portuguesa, o autor contempla a análise da chamada *terceira mulher*, que após três décadas de feminismo combativo, se encontra em uma nova realidade, tão distante dos modelos de passividade compulsória frente ao universo masculino e mais próxima da convergência *unissex*, que viria equalizar homens e mulheres, conciliando o governo de si com a preservação de papéis e valores tradicionais. Ver LIPOVESTSKI, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

¹⁰⁹ Destaco a obra de Elaine Showalter, *Anarquia sexual* e de Jacques Le Rider, *A modernidade vienense: e as crises de identidade*.

CAPÍTULO II

A CRÍTICA FEMININA AO CASAMENTO

3.1 A problematização do casamento

A escritora Elisa Teixeira Leite de Abreu ao publicar o romance *A viúva Barros*¹¹⁰ em 1900, esboçou uma leitura sobre a temática do casamento. No momento de esgotamento dos laços patrilineares e quando o amor passou a anteceder as uniões conjugais na sociedade brasileira¹¹¹, a literata construiu um enredo ficcional no qual mostrava o amor e o casamento como fonte de infelicidade das mulheres.

Nascida em 1874, em Silveiras, São Paulo, a escritora diplomou-se, em 1890, pela Escola Normal Secundária de São Paulo. Nessa cidade, exerceu o magistério público, colaborando em vários jornais e revistas do estado. Foi poetisa e romancista.

O texto de autoria feminina apresentava, como personagem central a jovem costureira Antonietta Vieira, 18 anos, possuidora de uma beleza imponente, que se casa sem amor, com um rico desembargador de 60 anos. Acaba enviuvando, depois de 3 anos de uma união estável e tranquila.

Durante muito tempo a romancista retratava a sua protagonista distante do amor, alheia aos sentimentos, apenas inspirando paixões violentas em seus admiradores. Assediada e rodeada de elogios pelos homens, a viúva pode experimentar o jogo das relações afetivas e sociais sem,

¹¹⁰ ABREU, Elisa Teixeira de. *A Viúva Barros*. São Paulo, Buhnaeds, 1900.

¹¹¹ Segundo Jurandir Freire Costa, após anos de desgaste do poder patriarcal durante o século XIX e do esgotamento dos laços patrilineares, cuja finalidade primeira da aliança matrimonial era de fortalecimento dos grupos e do patrimônio familiar, esta foi sendo gradualmente substituída pelo modelo da família nuclear burguesa urbana, onde a escolha de um parceiro amoroso passa a ser uma união entre um homem e uma mulher, isto é, escolha entre indivíduos livres. Ver COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, 3ª. Edição, Graal, 1999.

necessariamente, prender-se a um único homem e um amor eterno que a levaria à destruição, como acontece mais tarde, quando conhece o poeta Jorge do Amaral.

Via-se que esta mulher era capaz de inspirar paixões violentas, de transformar o homem num automato, porém nunca um amor terno, mystico, ideal, como o de Paulo por Virginia, o de Romeu por Julietta. ...A vaidade dominava-a cada vez mais, sabia ser muito bella, irresistivel, e tinha um gosto particular em fazer-se amada para repelir e desprezar logo os pobres doudos que lhe cahiam aos pés¹¹²

Avessa aos sentimentos amorosos, a viúva era admirada por todos e sentia-se feliz por não conhecer o amor. Freqüentava os bailes, teatros e festas públicas, fugindo de sua casa e de sua solidão. Não encontrava prazer nenhum: preferia os espaços de sociabilidade, onde podia expor sua formosura diante dos gracejos e dos cobiçosos olhares masculinos para depois desprezá-los.

Ao entrar nos salões, desdenhosa e altiva, com o andar majestoso e soberbo, todos os olhares convergiam para ella. Pareciam hypnotizados pelas irradiações magneticas que jorravam dos seus grandes olhos negros e profundos, sombreados por espessos cilios que lhes davam uma tal expressão, que causava uma especie de delirio em quem os fitasse... (...) Assim ella, conhecedora das paixões que inspirava, em vez de dissuadir esses miseros escravos dos seus encantos, animava-os com olhares e sorrisos; e quando elles, palpitantes, ousavam declarar-lhe o estado de sua alma, ou pedir-lhe a mão, ella, desdenhosamente, respondia: Não tenciono casar-me mais! ... E Antonietta, a formosa viuva, era feliz por ver-se amada e admirada por todos e mais feliz ainda por não amar!¹¹³

Em contraste com os discursos de uma gama de intelectuais modernos que conceberam a mulher circunscrita ao espaço interior da casa, Elisa de Abreu visualizava o espaço público como lugar de experimentação às mulheres e tornava esta atitude uma virtualidade possível à existência feminina. Na ficção da escritora, o confinamento das mulheres ao recôndito e ao amor conjugal era destrutivo e nada prazeroso.

Antes de cair nas ciladas do amor, a escritora desenhava sua personagem como dona de uma vida autônoma, dotada de uma personalidade forte e decidida, enfim, capaz de encontrar outras alternativas à vida além do apego ao amor, como por exemplo, o acesso ao fechado mundo público masculino. Todavia quando sua heroína esqueceu os conselhos de sua mãe (para fugir do

¹¹²ABREU. Op. cit., p. 14.

¹¹³Op. cit., p. 14-15.

amor) e se apaixonou por Jorge (que amava Cecília) acabou por perder sua autonomia, caminhando rumo ao abismo e à destruição. Alertava a mãe da personagem:

O amor ! o amor! Sabes tu o que isso é? Deus queira que nunca saibas o que é o amor, Antonietta! O amor é sempre a causa de uma desgraça! Felizes aqueles que tiveram sempre o coração indiferente. Quantos dias de lagrimas e de tristezas sucedem a uma hora de ventura! Repito, minha filha, Deus queira que nunca ames verdadeiramente! Foge do amor, conserva o teu coração impassível, que serás feliz¹¹⁴.

Logo que a viúva Barros se prendeu às coisas do amor experimentou o conflito de um sentimento ambíguo, que tanto podia ser belo quanto terrível, como afirmava a própria Antonietta ao se declarar tomada de um amor não correspondido. O drama se instaurou quando Jorge se apaixonou por Cecília e esta se casa com Carlos. A viúva Barros, amargurada, para vingar-se de sua rival, tornou-se amante de Carlos. Jorge flagrou e desmascarou o casal. Restava à bela viúva o exílio sentimental: fez as malas e partiu para a Europa.

O amor, enquanto um sentimento que escravizava as mulheres foi expresso também através da graciosa Cecília, que acreditava encontrar a felicidade no seu casamento com Carlos, um jovem pedante e vaidoso. Logo, porém, ela se deparava com as maledicências e os infortúnios do matrimônio, até ver-se sem saída, aprisionada em casa, sozinha e desprezada pelo marido que preferia os encantos da amante.

Esta noção, de que no amor e no casamento as mulheres experimentavam a dor que dilacerava e transtornava suas vidas, era retratada no alerta que a própria viúva dava a Cecília, no dia de seu lance matrimonial, *então que dizes do casamento? Digo que é uma cousa muito arriscada ... o casamento é muitas vezes desgraçado, e sempre para a mulher*¹¹⁵.

A autora construiu um enredo, cujas personagens femininas apareciam presas aos seus sentimentos, escravas do amor e de um homem e se defrontando com as decepções e os tormentos amorosos, sem forças para romper com os laços de aprisionamento a que estavam submetidas; laços de amor que, ao invés de libertá-las, mantinha-as num enclausuramento social.

¹¹⁴Op. cit., p.10.

¹¹⁵Op. cit., p.70.

O amor como causa de desgraça foi salientado, na ficção feminina, ao mostrar Cecília desanimada, beirando a morte, doente, pálida e sem esperança, logo após experimentar a amargura de um casamento infeliz, opressivo e desgastante.

O seu rosto perdera o colorido de outr'ora; os olhos tinham uma expressão dolorosa; e a bocca, tão formosa, estava livida e um pouco entre-aberta, como para deixar passar o ultimo sopro de vida que animava o seu corpo debil. Caminhava com o corpo debil, corpo inclinado para a frente, como uma frágil plantinha vergada pelo sopro de um furação. Depois de vagar algum tempo com passos arrastados e incertos, atirou-se para um banco, tomada de um grande cansaço, como o corpo a tremer-lhe todo e as pernas tropegas¹¹⁶.

Ao contrário de alguns discursos masculinos que difundiam o amor duradouro, dentro do regime legal do casamento, como fonte de harmonia e felicidade dos indivíduos, na ficção de Elisa de Abreu, o amor era retratado como obstáculo à realização das mulheres, fonte de discórdia e destruição. A satisfação feminina era encontrada em uma paixão descompromissada e nômade. Para a escritora, era longe do amor que os indivíduos se uniam, capaz de dar maior liberdade e emancipação às mulheres.

A autora representava, através da linguagem literária, a paixão amorosa e os sentimentos efêmeros como garantia de felicidade para a existência feminina e pregava o fim do amor estável anunciado pelo discurso dominante; este fixava as mulheres aos sentimentos e ao cativo do casamento e as impedia de viver sentimentos passageiros e instáveis.

O texto virtualizava as paixões nômades e condenava o amor, fonte de sofrimentos contínuos à vida das personagens. Se, para o discurso de alguns homens, o amor perene garantiria a solidez do casamento e afastaria a ameaça de sua indissolubilidade, para a escritora, a anulação feminina estava exatamente no amor sólido. Somente a instabilidade dos sentimentos poderia propiciar outras experiências às mulheres, capazes de libertá-las do amor e do casamento, que se manifesta, na escrita feminina como perda de identidade e motivo de sofrimento.

Portanto aparecia neste texto literário uma descrença quanto ao vínculo conjugal. O casamento não se apresentava como alternativa às mulheres, ao contrário, era fonte de destruição e causa de anulação, tanto sexual quanto profissional. Mas é possível assinalar que os escritos da

¹¹⁶Op. cit., p. 110.

literata, nessa passagem de século, ao estabelecerem uma crítica ao casamento, abstraíram a maternidade e a colocavam como fonte de satisfação para o limitado mundo das mulheres.

A personagem Cecília é um exemplo. Não vendo realização pessoal em seu casamento, esperava encontrar na maternidade o amor e a felicidade que outrora pensara estar no matrimônio.

Um filho! era o que havia desejado tanto! Teria o que havia desejado tanto! Teria ao menos uma consolação em suas dores! Esse entesinho fragil fal-a-ia não sofrer tanto, e talvez o amor materno a fizesse esquecer o esposo ingrato! Oh! como seria feliz si fosse mãe! mas ... já não tinha essa esperança¹¹⁷.

Se por um lado, a criação literária de Elisa de Abreu manifestada no início do século XX possibilitou a problematização do casamento, estabelecendo uma crítica ao modelo matrimonial vigente, por outro lado, também visualiza o culto da maternidade e a defesa dessa prerrogativa à constituição da identidade feminina, representados no romance da literata. Enquanto que, nos anos dez, foi possível observar, através do romance de Carmen Dolores, uma mudança de leitura em relação à temática do casamento, visto que a crítica ao vínculo conjugal se estendia e a maternidade, como satisfação feminina, também era questionada.

Emília Moncorvo Bandeira de Mello, mais conhecida pelo seu pseudônimo de Carmen Dolores, nasceu em São Paulo e faleceu no Rio de Janeiro, onde residia. Colaborou em vários jornais, como *O Correio da Manhã*, *O País* e *Correio Paulistano*; publicou romances como *A Luta* (1911) e livros de contos, intitulados *Gradação* (1897); *Um drama na Roça* (1907); *Almas complexas* (1934); além de crônicas reunidas no livro, *Ao esvoaçar das Idéias* e artigos de crítica literária.

Em sua obra *A luta* de 1911, a escritora tecia uma trama na qual a personagem principal, Celina, aparecia como uma figura dúbia de mãe e amante. O conflito de Celina: entregar-se aos deleites da paixão com um antigo namorado, Gilberto, ou ceder às pressões sociais da maternidade e do casamento e permanecer casada com Alfredo Galvão e ao lado da filha¹¹⁸.

Logo no início do romance, a autora descrevia o cenário da pensão da mãe de Celina, Dona Adozinda, no morro de Santa Tereza, Rio de Janeiro. Era visto como um espaço libertino, lugar aberto, ares livres, cores claras, um cheiro de aroma de flores no ar. Ali residia a enigmática

¹¹⁷Op. cit., p. 99.

Celina e duas irmãs, Julieta e Olga, compartilhando os olhares lascivos dos frequentadores da pensão, ocupada em sua maioria por homens.

Dona Adozinda era uma mulher espalhafatosa e leviana que gostava dos ares libertinos e da intimidade, nada respeitosa, que sua pensão podia oferecer aos seus hóspedes; em contraste havia Dona Margarida, mãe de Alfredo, viúva e idosa - mulher austera, educada e com hábitos moralizados. Dona Margarida residia numa casa fechada, na Rua das Marrecas, ornamentada com cores escuras, cheia de ordem, onde se ouvia diariamente o toque de corneta do quartel dos Borbonos, simbolizando o passado e a manutenção dos valores sociais e morais ameaçados pelos novos hábitos modernos.

Mobiliada com um sofá e consolos de jacarandá, sobre cujo tampo de marmores se namoravam desde quarenta anos um pastor e uma pastora de porcelana, piégas e dengosos no seu eterno sorriso de louça; examinou umas flores artificiais da mesa central, recobertas por uma gaze verde, e os quadros, um retrato a óleo muito escuro do avô de Alfredo, suspenso sobre o velho canapé, bordados encardidos, um album anachronico¹¹⁹.

O ambiente da pensão de Dona Adozinda era imediatamente associado por D. Margarida como espaço pernicioso, cheio de gente desconhecida, rapazes que tomavam liberdades, onde reinava a imoralidade. A saída encontrada pela mãe de Alfredo para proteger *o destino da virgem mal guardada pela mãe leviana*, estava no casamento, o meio mais eficaz para a moça escapar das ameaças morais presentes no mundo em que vivia.

Mas, logo depois, a trama literária apresentava a realidade tediosa do casamento de Celina com o funcionário público Alfredo Galvão. Além de ser privada de liberdade, aprisionada em casa, vigiada pela sogra, a personagem não tinha independência e nem acesso à moda, aos teatros, à vida badalada e elegante da capital que sonhava desfrutar no casamento.

Ao contrário do que supunha a interesseira Celina (quando aceitou casar-se com Alfredo), seu marido dispunha de escassos recursos financeiros, dificultando ainda mais a realização de seus desejos de frequentar lugares luxuosos e tornar-se uma "Bovary da Rua das Marrecas", como era caracterizada pela romancista: *e nunca tinha dinheiro para um passeio, um teatro, uma coisa*

¹¹⁸ DOLORES, Carmen. *A luta*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier Irmãos, 1911.

¹¹⁹ Op. cit., p. 110.

*imprevista, nada! Os dias arrastavam-se sempre iguaes, pesados, lentos; e ainda por cima a sogra a mandar, a dirigir, a prender e ensinar, como senhora de tudo.*¹²⁰

É bastante indicativo neste romance, o contraste de interesses da jovem Celina e de sua sogra. A autora estabelece, assim, uma oposição entre o presente e o passado, criticando os valores conservadores enraizados nos interesses de Dona Margarida e que são ridicularizados.

Neste romance de Carmen Dolores, a personagem aparecia segmentada, num conflito entre duas morais antagônicas, ou seja, a moral moderna, laica e a moral tradicional, religiosa. Celina foi representada pelo texto literário sem identidade única, segmentada por todos os lados¹²¹. Esta segmentação histórica da heroína era registrada quando a autora a descrevia: Celina sonhava em se tornar uma mulher independente e rica, ligada às preocupações do presente e da modernidade, sua sogra representava o passado, estava presa aos antigos valores da maternidade e do casamento, desfiando suas entediadas conversas.

Debalde vinha D. Margarida offerecer-lhe uma fruta, um doce buscando entretel-a com as suas conversas pouco atrazadas, de um sentimentalismo que parecia ridículo a essa nora de idéas modernizadas. A infancia de Alfredo! A côr dos cabellos do Alfredo quando menino! a agonia e a morte dos cinco filhos que ella não cessava de chorar, contando trechos da vida delles, rememorando palavras, estroinices do collegio, cousas velhas, remotas que não podiam interessar a moça, no fundo distrahida e detestando a sogra, como se della lhe provieese todo o tédio de sua existência.¹²²

A personagem feminina da escritora rapidamente se deu conta de que, longe de alcançar sua independência (como ingenuamente pressupunha), seu casamento a aprisionara ainda mais, limitando seus desejos sexuais e cerceando sua liberdade. Esta passividade virtuosa foi quebrada e a dúvida se instaurou quando Celina foi levada pelos impulsos da paixão e acabou abandonando a casa e o papel de esposa "respeitável". Ela voltou à pensão da mãe, reatou o affair com seu antigo namorado, aproximando-se assim, do perfil de amante ou mulher "fácil" .

É emblemático que Celina tenha priorizado a própria satisfação pessoal em detrimento dos coercitivos e sagrados deveres de mãe, colocando num plano secundário a maternidade, deixou a

¹²⁰Op. cit., p. 39.

¹²¹ DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs*, São Paulo, Editora 34, 1999.

¹²²Op. cit., p.104.

filha com o marido e a sogra e partiu, sozinha, para pensão em busca da realização de suas fantasias sexuais.

Observa - se que, ao longo do romance, a autora foi lançando dúvidas acerca da realização feminina via maternidade. Isto está implícito na forma como configurou sua personagem: jovem esposa e mãe, insatisfeita com o perfil de mulher "respeitável", sonhando conquistar a independência, uma vida luxuosa e a corte de muitos admiradores; ou seja, desejos que afirmam um contraponto ao modelo de feminilidade de "mulher santa", ligada aos valores da maternidade.

Tanto ocorre desterritorialização, quanto processos de reterritorialização no romance de Carmem Dolores, simbolizado pelo papel dúbio de Celina, apresentada ora como mãe, ora como amante, num jogo inconstante entre voltar ao marido e permanecer num casamento regulado e seguro, submissa aos deveres conjugais e maternais, ou se render aos desejos sexuais e tornar-se uma mulher livre, independente e levar uma vida "fácil", assemelhando-se à prostituta.

Segundo Norma Telles, essa inconstância feminina, aos olhos das escritoras tem um sentido diferente daquela encontrada na escrita masculina. A máscara da inconstância colocada pelos textos de alguns homens é uma tentativa de limitação, de redução da multiplicidade do ser mulher a um único, identitário, fixo, como o perfil de esposa, que poderia ser mais facilmente moldável e possuída. Para a escrita feminina, a inconstância é potencialmente criadora: é ela que sugere às mulheres que elas possuem um certo poder de criar-se, de ser em personagens múltiplos, o que lhes sugere serem detentoras de uma certa mobilidade e que há algum movimento possível. É exatamente desta mobilidade das personagens que lhes advém a força criativa¹²³.

A forma como a escrita de Carmen Dolores construiu a sua personagem seria um exemplo desta inconstância feminina. De modo que as fantasias de liberdade sexual, de acesso fácil às jóias, à moda e ao dinheiro, aumentavam em Celina na medida em que ela verificava os hábitos livres das irmãs, principalmente de Julieta, que era o protótipo da mulher emancipada e que não pretendia se casar.

¹²³TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária feminina no século XIX*, Tese de doutorado, PUC/SP, 1986. De forma criativa e original, a autora procurou resgatar a experiência feminina e o modo particular de escrever de algumas literatas do século XIX e início do século XX, pouco conhecidas no país naquele momento, como Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis, Narcisa Amália, Josefina Alvares de Azevedo, Maria Benedicta Borman e Júlia Lopes de Almeida.

E a irmã, essa Julieta emancipada, livre, de andar felino, que frequentava casas de *rendez-vous*, elle sabia muito bem, para sustentar o *chic das toilettes* e dos chapéus. (...) Os rapazes tinham-lhe posto um apellido: ela era a senhorinha. E alli vivia com o rotulo de solteira, professando doutrinas immoraes, cynica, profanada, ao lado de uma mãe matreira, que fingia classificar todos esses desmandos na ordem de excentricidades americanas, sem maior alcance. A Julieta sempre fôra desde pequena uma exquisita, uma revoltada, uma independente¹²⁴.

Na ficção feminina esse mundo glamouroso fantasiado por Celina é desmistificado. A romancista, de uma certa forma, mostrava os perigos a que as mulheres estavam expostas sem a proteção de um homem e sem o respeito adquirido no casamento.

No início da década de 1910, a representação literária feminina mostrava a personagem central bastante vulnerável, logo após fugir da escravidão do seu vínculo conjugal, deparava-se com a vida de uma mulher sozinha, à mercê dos interesses mesquinhos e egoístas dos homens, representado pelo seu namorado Gilberto. Este, interessado apenas em sua beleza, pensava em torná-la sua amante, numa relação nada recomendada, que incluía o Coronel Juvenato, homem velho e grotesco que, seduzido pela juventude e brilho de Celina, sonhava em possuí-la prometendo-lhe riqueza, estrelato e uma vida luxuosa.

Sem perspectivas financeiras e profissionais, restavam poucas saídas para as mulheres no texto de Carmen Dolores: ou fugiam da imoralidade e casavam, ou entravam para o mundo inseguro da vida "fácil". Até os anos 20, algumas escritoras apresentavam dois modelos de feminilidade - "a santa" e a "pecadora", apontando, via representação literária, alternativas bastante restritas para o mundo feminino. Somente na década seguinte é que emergiu entre as romancistas, outras utopias à mulher e novas imagens femininas que foram lentamente construídas na ficção feminina.

A crítica ao casamento na década de dez já era assinalada na criação literária de Carmen Dolores, mas ainda a representação da mulher se dava entre a vida doméstica e o papel de esposa-mãe ou da mulher sem par, beirando a prostituição. A escritora não visualizava, na ficção, outras imagens femininas mais emancipatórias fora do vínculo conjugal, como o acesso feminino ao trabalho, restringindo o campo de possibilidades à vida das mulheres.

Por outro lado, as fontes literárias sugerem que algumas mulheres fizeram uma leitura crítica do casamento em seus escritos, nos anos iniciais do século XX. Enquanto Elisa de Abreu

¹²⁴ DOLORES, Op. cit., p. 123.

levantava a necessidade de relações íntimas mais compensadoras às mulheres em 1900, nos anos dez e vinte do século XX, o discurso crítico feminino ao vínculo conjugal se ampliava e tomava corpo, empurrando à esfera pública assuntos antes ignorados e considerados tabus pela maioria dos indivíduos - a crise da instituição matrimonial.

Um pouco antes de Carmen Dolores publicar o romance *A luta*, na década de dez, a escritora, em 1908, no livro de contos *Um drama na Roça*¹²⁵, esboçava uma crítica ao modelo de educação conjugal amorosa. No conto *Razão e Instinto*, a personagem Eliana em conversa com o amigo descartava a possibilidade de realização no amor conjugal. A heroína denunciava a defasagem entre o amor ideal e o amor real, mostrando que a realidade da vida conjugal estava muito longe do amor harmonioso e estável elaborado por muitos intelectuais modernos. Lembrava a personagem:

O marido atraíçôa a mulher, sustenta *dous ménages*, frequenta orgias, ou escorrega lentamente no habito de uma affeição pallida e sem calor. A mulher por sua vez enfastia-se no lar, engana frequentemente o marido, falla mal delle com as amigas e vae apegar ao único sentimento que já declarei sincero, porque é instincto - o amor pelos filhos¹²⁶.

A escritora expressava, na ficção, a descrença da validade do amor entre homem e mulher no matrimônio e deslegitimava o discurso que almejava uma fusão entre os dois sexos, como estratégia para mantê-los unidos. Este ideal de amor indissolúvel, embora perseguido por alguns, era inatingível, retratado através da conversa entre os dois amigos:

Diga-me uma coisa, Eliana, e o amor entre o homem e a mulher?...

Houve um silencio. Depois com alguma hesitação, Eliana disse simplesmente:

O amor é uma ilusão

Então não existe?...

Sim, existe, mas como um aneio inutil, como uma aspiração, sempre incontentada, porque aquilo que o amor exige - a fusão intima e absoluta entre dous seres -isso elle jamais póde alcançar¹²⁷.

Para as personagens femininas de Carmen Dolores, uma boa esposa ou amante dedicada causava na maioria das vezes, desilusão, humilhação e sofrimento. Em outro conto do livro *Um*

¹²⁵ DOLORES, Carmen. *Um drama na Roça*. Rio de Janeiro, Laemmert & C. Editores, 1908.

¹²⁶ Op. cit., p. 155-162.

¹²⁷ Op. cit., p.159.

drama na Roça, ela registrava a angústia da personagem que permanecia acordada aguardando o marido, enquanto este gozava a vida com outras mulheres. Em tom entristecido exclamava a esposa do conto *O derivativo*:

Ah! Como aquele homem a torturava, abusando de seu amor, da sua fraqueza! Onde estaria elle agora?!...todos os theatros já fechados, e o perverso ainda fora de casa, sem a ter prevenido, sem uma palavra de atenção, que a menos a consolasse um pouco (...) O súbito pensamento de seu marido aconchegado áquella hora nos braços de outra, enquanto ella agonizava alli a esperal-o¹²⁸.

Se Carmen Dolores participava do processo de formulação crítica ao casamento levantado por algumas literatas, e especificamente representado, em 1908, no livro de contos *Um drama na Roça* e, em 1911, no romance *A luta*, foi possível também perceber na escrita de uma das maiores romancistas do século XX, no Brasil, a escritora Júlia Lopes de Almeida, a preocupação com a temática do casamento, retratado especificamente no livro de monólogos e diálogos entre mulheres *Eles e Elas*, publicado em 1910¹²⁹.

Considerada a mais importante escritora-mulher desse período, alcançou prestígio e popularidade e conseguiu a façanha de tornar-se uma verdadeira profissional de letras num terreno monopolizado por homens. Contista, romancista, cronista, teatróloga, Júlia Lopes nasceu no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1863, falecendo, no mesmo local, em 30 de maio de 1934¹³⁰. De

¹²⁸ DOLORES. Op. cit., p.107-114.

¹²⁹ ALMEIDA. Júlia Lopes. *Eles e Elas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 2ª. Edição, 1922.

¹³⁰ O texto inaugural de prosa de Júlia Lopes de Almeida foi publicado na *Gazeta de Campinas* em 1881 na primeira página e lhe abriu caminhos para colaborações regulares naquele jornal e como escritora. Pelas três dúzias de artigos lançados pelo jornal a consagraram como prosadora. Em 1886 é publicado as coletâneas *Contos Infantis* em parceria com Adelina Lopes Vieira e *Traços Iluminuras* em 1887. Neste mesmo ano a escritora casa-se em Lisboa com o poeta e jornalista português Filinto Filinto de Almeida, radicado no Rio, união que resistirá a quase cinquenta anos de casamento. Após retornar de Lisboa, em 1892 publica o romance *A Família Medeiros*, e rapidamente a obra se transformou em um autêntico romance abolicionista nacional. Em 1896 publicou o manual prático do lar moderno o *Livro das noivas* (compilação dos artigos mensais de ciências domésticas escritos para a *Gazeta de Campinas* em 1884). Entre o nascimento das duas filhas Margarida (1896) e Lucia (1899) a autora se supera elaborando, neste último quinquênio do século seus melhores romances como: *A viúva Simões* (1897); *Memórias de Marta* (1899) e a *Falência* (1901) e seus melhores contos reunidos em 1903 no volume *Ânsia Eterna*.

Em 1906 a escritora editou o *Livro das donas e donzelas* e os romances, *A intrusa* (1908); *Cruel Amor*(1911) ; *Correio da Roça* (1913) e *A Silverinha* (1914) e em parceria com Filinto Lopes de Almeida *Casa Verde* (1932) sendo precedido pelos livros didáticos *Histórias de nossa Terra* (1907) as quais irá juntar-se *A árvore* em 1916. Além dos livros de contos: *Era uma vez* (1910); *a Isca* (1922) e *Pássaro Tonto* (1934), os livros de viagens: *Jornadas de Meu País* (1920) e *Jardinagem Jardim Florido* (1922) e os trabalhos produzidos para o teatro *A herança* (1909); *Quem Não perdoa* (1912); *Doido de Amor* e *Nos Jardins de Sul* (1917).

forte repercussão na sociedade brasileira, o livro *Eles e Elas*, composto de 276 páginas foi reeditado em 1922.

A obra retratava os conflitos existentes entre os cônjuges num processo de redefinições das relações entre homens e mulheres na modernidade e suscitava indícios de um debate público sobre a crise do casamento. O monólogo *Eles e Elas*, de Júlia Lopes, era revelador de um discurso que trazia à tona, até então não expressado publicamente, o argumento de que o casamento era uma instituição cheia de conflitos, desmoralizada e suas bases precisavam ser reformuladas urgentemente, sob o risco de desmoronar de vez.

O texto procurava denunciar a tirania dos homens, queixando-se dos maus tratos dos maridos. Rejeitando a incondicional supremacia masculina, a autora manifestava um descontentamento com as relações conjugais, tanto tempo represado pelas mulheres e permitia-lhe estabelecer pontes com o mundo e projetar-se no fechado mundo público masculino.

No monólogo *Cada Vez Que...* do livro *Eles e Elas*, Júlia Lopes revelava o desprezo pelo comportamento dos homens, que obrigavam as esposas a serem dissimuladas para defenderem-se contra as injustiças e maus tratos dos sultãos. Através de sua personagem, a autora queixava-se:

O meu marido não precisa da cartola para amanhã; em todo o caso, se eu confessar que esqueci de a mandar, ele é capaz de afirmar que precisa dela até para hoje, e o diabo é que tenho que convencer-me dessa necessidade e isso nem sempre é fácil! Se me não convenço, ele irrita-me ... Sempre é melhor um fingimento, de mais a mais e tão inocente!... Outras mentem...e nem por isso os maridos a amam menos. Mas, afinal, de quem é culpa? Deles! Se não gritassem, se tudo quanto fisessemos o considerassem sempre bem feito, que necessidade teríamos uma coisa por outra? Nenhuma¹³¹.

Júlia Lopes, bastante ativa, colaborou em vários jornais como, Almanaque *Gazeta de Notícias* (1897-1899) *A Bruxa* (1897) *A Estação* (1888-1891) *Gazeta de Notícias* (1888-1894) *Ilustração Brasileira, Jornal do Comércio, Kosmos, O Mundo Literário, O País, A Semana* (1885-1887, 1894), todos do Rio de Janeiro; *Revista do Brasil, Revista dos Novos* (1885-1896) e de São Paulo: *Gazeta de Campinas*. A escritora com esta vasta lista de publicações tornou-se uma " profissional de Letras", praticamente impossível de ser caracterizada em relação a qualquer outra literata brasileira anterior a Júlia Lopes e para constatar este argumento basta verificar os 36 números da *Revista Mensageira* (1897-1900) são raras as edições desta revista paulistana que não menciona ou mesma estampa a obra da autora, dada a sua popularidade e prestígio. Ver DE LUCA, Leonora. "o feminismo possível" de Júlia Lopes de Almeida. *Cadernos Pagu*, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, São Paulo, (12) 1999, p. 275-301; Norma Telles, Op. cit., p. 423-487; Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE. Mary (org.) *história das mulheres*, São Paulo, Contexto/ Unesp, 1997.

¹³¹ Op. cit., p.27.

Se não fosse a prudência feminina o casamento já teria desmoronado, escrevia Júlia Lopes, *calei-me para não armar um escandalo. Estou convencida se não fosse a prudência das mulheres o casamento seria uma fonte abundantíssima de escandalos*¹³², pois fosse o amor uma questão de natureza, *não sei o que seria desta história de fidelidade conjugal*. Mas como as *resoluções enérgicas não são frequentes nas mulheres*, que acaba por se *amoldar aos sofrimentos e aos caprichos da sorte*, elas acabam a duras penas salvando o casamento de sua derrocada final, mesmo que o fardo do matrimônio seja pesado. Protestava a personagem: *isto é vida! Afinal, não sou uma criança...não necessito que me eduquem por meios brutais*¹³³.

Por outro lado, Júlia Lopes acusava os homens de serem os principais causadores da crise conjugal, quando em tom de protesto a personagem reclamava: *os homens fortes abusam dos entes fracos. (...) ele fia-se em que eu não reajo, que sou uma gata borralheira... que o amo e que sou demasiadamente ativa para confessar a outrem os meus desgostos*¹³⁴.

As intermináveis tentativas de conciliar o martírio do casamento era responsabilidade exclusiva da paciência feminina e não dos homens, considerados como verdadeiros déspotas.

Se eu fosse outra... quando ainda agora ele me chamou de idiota com todas as letras bem escarrapachadas, ter-lhe hia dado uma resposta digna de ofensa. “Idiota”, pois sim! Queria vêr onde havia de encontrar outra mulher como eu, paciente, bonita e trabalhadeira”. Fico-lhe com uma raiva, que a minha vontade é fugir, não sei para onde, mas fugir para sempre, diluir-me no espaço. (...) entretanto eu conservo-me bem caladinha no meu canto, quando ele impõe as suas opiniões¹³⁵.

Segundo Júlia Lopes, as mulheres insatisfeitas e infelizes no casamento eram obrigadas a represar essas mágoas arrastando silenciosamente a infelicidade e o amargo martírio pela vida afora. A personagem inquirida sobre o comportamento do marido, não dizia nada, quando muito apenas lhe concedia alguns, *defeitiños leves, os indispensaveis para fazermos lembrada a sua origem humana. E'só para te fazer lembrar que todas as mulheres verdadeiramente amantes de seus maridos, quando sentem necessidade de se queixarem deles a alguém, invertem a queixa em elogio*¹³⁶.

¹³² Op. cit., p. 26.

¹³³ Op. cit., p. 96.

¹³⁴ Op. cit., p. 72.

¹³⁵ Op. cit. p. 64-72.

¹³⁶ Op. cit., p.162-171.

A crítica de algumas mulheres escritoras endereçadas aos homens egoístas, preocupados apenas com a sua própria satisfação, totalmente cegos aos desejos femininos era reforçada por Júlia Lopes, ao criticar a atitude de um marido que, mesmo sabendo perfeitamente da vontade da mulher em ir ao teatro, preferiu deixá-la em casa e ir sozinho:

Não vale a pena, minha filha aquilo é uma bambochata, não imaginas! Manifestando um sentimento de amargura, a personagem da autora diz basta-nos estender as mãos para abençoar os santos maridos que vão aos teatros assistir a espetáculos inteiros, só para informarem depois às mulheres, que é indubitavelmente muito mais agradável passar o rico serão em família¹³⁷.

O casamento segundo o texto de autoria feminina era enfadonho somente às mulheres, cujos aborrecimentos eram todos assumidos pela esposa, enquanto os homens conseguiam fugir a todas as contrariedades do matrimônio, saindo todas as noites sozinhos para os teatros, esquecendo-se da esposa e dos problemas conjugais, ironizava a personagem da escritora: *lembrando-se tanto de mim como da primeira camizinha que vestiu na sua vida. Neste momento sou para ele um zero, nada mais que um zero. Não nasci, Não existo. (...) basta que se não esteja aborrecendo. E aborrecendo-se não está*¹³⁸.

Em tom de denúncia à tirania masculina, a literata encontrava na escrita seu espaço de intervenção social ao mostrar através da linguagem literária a situação deplorável a que as mulheres eram submetidas, quando apresentava uma personagem que se via obrigada a dissimular até a imaginação a fim de se livrar do desejo de posse hedionda do marido. Bastante perturbada e nada tranqüila, sua personagem comentava: *não posso ter uma abstracção, um alheamento, que meu marido não procure insistentemente penetrar até ao recôndito da minha alma, com a autoridade de seu poder absoluto e inimigo dos mistérios*¹³⁹.

Segundo a autora, no entender dos homens o casamento lhe dava o direito de posse até dos pensamentos femininos.

Dir-se ia que, com o direito da posse do meu corpo, ele adquiriu o de todos os pensamentos que desabrochem ou atravessem fugazmente o meu cérebro, espantando-se de certos devaneios. (...) Ele

¹³⁷ Op. cit., p. 105-109.

¹³⁸ Op. cit., p. 108.

¹³⁹ Op. cit., p. 260-267.

entende que, falando ou calada, eu não me devo ocupar senão de sua pessoa, sem dar licença ao desafogo de uma única ideia em que sua imagem se não reflita¹⁴⁰.

Endereçando a crítica aos homens, a autora refutava a noção assimilada pela cultura patriarcal dominante, que pressupunha a renúncia da personalidade feminina como condição ao êxito do casamento. Segundo ela, o casamento anulava a individualidade feminina, manifestada pelas palavras da personagem: *mas se me dissessem que eu teria de renunciar a tudo o que constitui a minha individualidade, eu não o teria casado*¹⁴¹.

Em 1916, a colaboradora assídua da Revista Feminina e a articulista mais conservadora, Cecília Bandeira de Mello Vasconcelos, mais conhecida entre os leitores pelo seu pseudônimo Chrysanthème, reforçava o tom de crítica à forma como estavam organizadas as bases do casamento. Para a articulista, ser uma esposa boa, humilde e virtuosa na maioria das vezes, causava dor, lágrimas e sofrimentos, ao comentar a angústia de uma amiga casada e fiel que suportava a infidelidade do marido calada.

Bastante desolada, a autora descrevia a desilusão das mulheres com os maridos, vivida rotineiramente pelo cotidiano familiar, mas silenciadas pelas conveniências da sociedade e pela ordem patriarcal masculina, *o olhar da mulher que sofre e que é obrigada, pelas conveniências mundanas a esconder o seu mal, tem qualquer cousa de animal acossado pelo caçador. (...) Aquela angústia desfeita em lágrimas que o seu veu escondia e que a brisa marítima seccava rapidamente*¹⁴².

Em sua avaliação sobre os homens, a escritora dizia que a traição masculina submetia as mulheres a uma cruel desilusão. Para aumentar ainda mais este sofrimento, elas tinham que conviver com a indiferença dos maridos no leito familiar. Lembrava a cronista, *e começou então uma lucta, em que eu entrei com todas as minhas armas de mulher e elle com a sua indiferença e indolencia de homem*¹⁴³.

Em fevereiro de 1916, outra colaboradora da Revista Feminina, Bebê de Mendonça Lima, seguindo o argumento de sua colega e de alguns escritos femininos da época, acusava os homens

¹⁴⁰ Op. cit., p. 263.

¹⁴¹ Op. cit., p. 195-202.

¹⁴² CHRYSANTHÈME. "Psychologia feminina". *Revista Feminina*. São Paulo, ano III, n.º 20, janeiro de 1916.

de serem os responsáveis pela ruína da felicidade conjugal e repudiava a forma repulsiva como os maridos tratavam as esposas.

Ao doce sorriso da esposa que o vem receber da escada, graciosa nos seus gestos, elle responde mal humorado. (...) Os creados embaraçam-se para servil-o; a esposa treme de receio de uma phrase mais aspera e no silencio em que fica immerso o lar, parece haver a palpitação de soluços das camaras mortuarias. Vem a refeição, a esposa solícita o serve. O marido engole automaticamente os bocados. Não tem uma palavra de meiguice ou um gesto de agradecimento, por todo o conforto que as mãos amorosas da esposa lhe preparam¹⁴³.

É possível dizer que a crítica ao casamento estava marcadamente presente nos discursos das autoras analisadas, tendência esta que foi potencializada precisamente nos anos vinte, quando foi possível demarcar historicamente um movimento de crítica às relações conjugais assumido publicamente por muitas mulheres escritoras, passando por várias tendências políticas, desde as mulheres liberais até as mais radicais, como a comunista Patrícia Galvão e a anarquista Maria Lacerda de Moura.

O espaço construído pela escrita de Elisa de Abreu, em 1900, ao produzir o romance *A viúva Barros* possibilitou a ampliação da problemática do casamento na sociedade brasileira no período, seguido pelos escritos de Carmen Dolores, Júlia Lopes de Almeida, Bebê de Mendonça e Chrysanthème. Isto quer dizer que, a leitura crítica do casamento feita por algumas escritoras, reforçava-se, ampliava-se, à medida que se abriam outras oportunidades para as mulheres, decorrentes das reivindicações feministas e da possível feminização da cultura na época.

O discurso crítico ao vínculo matrimonial levantado pelas autoras pesquisadas, sugerem que algumas mulheres estavam participando e ampliando o debate acerca da insatisfação feminina com e no casamento na década de 1910, mas que tomou forma e se constituiu em assunto de interesse público na década de 1920.

É evidente que a controvérsia pública a respeito do casamento tem raízes históricas profundas no descontentamento íntimo das mulheres e em suas lutas individuais para livrarem-se de uniões opressivas. Maria Beatriz Nizza da Silva constatou que, embora a separação conjugal

¹⁴³ Op. cit., janeiro de 1916.

¹⁴⁴ LIMA. Bebê de Mendonça. "O que os maridos devem saber". *Revista Feminina*. São Paulo, ano III, n.º 21, fevereiro de 1916.

não fosse comum em São Paulo no período colonial, quando ocorria era sempre a mulher quem tomava a iniciativa e a maioria das vezes alegando maus tratos¹⁴⁵.

Segundo a historiadora, os números de separações conjugais concedidas no final do século XVIII e começo do século XIX, aumentaram não só porque a separação amigável começava a ser permitida mas também porque as mulheres haviam começado a rejeitar a sua anterior passividade aos maus tratos, à vida reclusa e a aceitação incondicional da supremacia do marido.

Esta constatação da pesquisadora foi reforçada também por Eni Mesquita, ao se propor rever o mito/representação da mulher submissa e do homem dominador tão difundido pela historiografia nos estudos sobre a família brasileira¹⁴⁶.

Ao estudar a família paulista no século XIX, a historiadora constatou que as mulheres moveram mais ações de anulação de casamento e de divórcio que os elementos do sexo oposto, dado sintomático e relevante que contraria, em muitos aspectos, o estereótipo da mulher submissa, somado ao fato de que muitas mulheres trouxeram situações de conflito para o casamento ao queixarem-se dos maridos. Isto é a não-aceitação do adultério masculino, sevícias, provocadas por rebeldia e mesmo insatisfação quanto à sua condição e ao próprio casamento, levantadas a partir dos processos de divórcio.

Estes indícios, segundo a historiadora, contrapunha-se ao mito de passividade e submissão da mulher à autoridade do marido transmitido pela historiografia¹⁴⁷ e indicavam as reais aspirações do sexo feminino quanto à vida conjugal, apontando que nem sempre o comportamento das esposas se amoldava aos padrões tradicionalmente aceitos. Muitas vezes elas trouxeram à tona os

¹⁴⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil colonial*. São Paulo, Edusp, 1984.

¹⁴⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

¹⁴⁷ A historiadora refere-se especificamente as obras de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) e Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1920); *Evolução do povo brasileiro* (1923). É importante salientar que especificamente a obra de Gilberto Freyre generalizou a partir de um estudo sociológico de famílias da elite da região açucareira nordestina, para definir um modelo de grande e extensa família patriarcal para todo o Brasil colonial, o que levou inúmeros autores a rever esse modelo de família patriarcal dominante na historiografia. Os estudos têm demonstrado que pouquíssimas famílias poderiam concretizar esse ideal e que até mesmo dentro da elite havia arranjos alternativos de organização familiar. Ver CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994; SILVA, Maria Beatriz Nizza, Op.cit., SAMARA, Eni de Mesquita. Op. cit., e ALMEIDA, Angela Mendes de, CARNEIRO, Maria José & PAULA, Silvana Gonçalves. (org.). *Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

problemas de sua opressão e manifestaram um descontentamento quanto as atitudes dos maridos, revelando novas tendências nos padrões de comportamento feminino em relação ao casamento.

A tomada de iniciativa, por parte das mulheres, em denunciar os conflitos no casamento e rejeitar a representação passiva a que estavam destinadas na relação conjugal e na sociedade, embora sejam assinaladas desde o período colonial, tomavam corpo no debate público e passavam a constituir o principal foco de observação dos intelectuais, juristas, literatos e da crítica feminina nesse período.

Essa irritação das mulheres quanto a um determinado padrão de relação conjugal não era nova e as pesquisadoras do feminino já o haviam demonstrado. O que ocorreu foi que, nos anos 20 do século XX, o sentimento de insatisfação das mulheres com e no casamento se generalizava. Cada vez tornava-se mais difícil conter a crise conjugal que vinha sendo represada historicamente.

3.2 A desmoralização pública do casamento

A formulação de um discurso crítico de autoria feminina à instituição matrimonial, não transformou rapidamente as bases do casamento na década de vinte e início dos anos trinta, mas possivelmente abriu ao debate público acalorados assuntos antes ignorados, como por exemplo, a controvérsia pública a respeito dos conflitos no casamento. Logicamente essa atitude ousada de algumas mulheres deu sustentação à luta que empreenderam para dar nova forma às vidas e ampliar os espaços de atuação.

É possível assinalar neste trabalho as manifestações de inconformismo à vida conjugal levantadas por muitas mulheres em seus escritos. Tocadas pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas, aflitas com a representação social que lhes restringiam liberdades sociais e políticas, e sobretudo, aborrecidas e revoltadas com a tirania masculina e a atitude déspota dos maridos no âmbito doméstico, algumas escritoras repudiavam as normas vigentes de organização matrimonial em seus escritos.

A maioria das escritoras ligadas à tendência liberal, era colaboradora da Revista Feminina que tornou-se um espaço privilegiado de debate e difusão da temática do casamento e da

elaboração de um discurso crítico de algumas colaboradoras às atitudes nada recomendáveis dos homens no vínculo conjugal durante os anos de 20-30 do século XX.

A colaboradora da Revista Feminina, em 1920, Odete Donais, não se furtou em denunciar os maus tratos e as atitudes déspotas dos homens para com as mulheres, apontando a tendência da maioria das articulistas da Revista em expressar publicamente a necessidade de uma nova consciência feminina e a exigência de novos padrões masculinos em relação ao vínculo amoroso: *um máo homem, sem religião e de de genio irascivel é o mais insupportavel companheiro, torna o lar um verdadeiro inferno, e faz da esposa uma pobre victima, muitas vezes, incapaz de reagir, de se defender*¹⁴⁸.

Exigindo igualdade entre homens e mulheres e acentuando o tom de crítica de Odete Donais, a escritora Chrysanthème, em outubro de 1920, dizia, *queremos a liberdade, ou pelo menos a sua igualdade com o homem, o nosso déspota, e o nosso tirano*¹⁴⁹, e chamava atenção das leitoras para a existência a que elas eram submetidas, fechadas e algemadas financeiramente aos maridos.

Até então as mulheres atravessavam a vida sem vêr nada do que se passava em torno dellas. Simples automatos ou perfeitas escravas dos maridos, que *para isso as* alimentava-as vestiam e lhes pagavam a casa, elas deixavam a ir pela existência languidas, mornas e impessoais.¹⁵⁰

Segundo Chrysanthème a vida celibatária era preferível a continuar num enlace pernicioso, em uma aflição cotidiana a que eram submetidas as esposas amarradas ao casamento e na incondicional supremacia masculina naquele momento: *antes o celibato, a nobre existência pessoal, a digna organização de uma vida san e isolada do que um casamento mau*¹⁵¹. Num tom mais severo a articulista acrescentava que, enquanto os homens não modificassem seu comportamento, as mulheres estariam melhores sozinhas do que presas a um casamento infeliz.

¹⁴⁸ DONAIS, Odete. "A felicidade no lar". *Revista Feminina*. São Paulo, ano VII, nº 75, Agosto de 1920.

¹⁴⁹ CHRYSANTHÈME. "O trabalho feminino". *Revista Feminina*. São Paulo, ano VII, nº 77, outubro de 1920.

¹⁵⁰ Op. cit.

¹⁵¹ Chrysanthème. "A educação feminina de Hoje". *Revista Feminina*. São Paulo, ano II, nº 68, Janeiro de 1920.

Os protestos contra o mau comportamento dos homens eram contínuos nos textos das colaboradoras da Revista Feminina. Eles eram acusados de serem egoístas, brutos, infiéis, de constante mau humor e desrespeitosos com as esposas. Nessas circunstâncias, ficava difícil para a mulher a defesa da autonomia moral: *foi para tentar reduzi-la a esse ente só physiologico que o homem inventou para ella o harem e a condenou á situação de uma odalisca. Não é só no oriente que o harem existe* ¹⁵².

O reconhecimento de que o casamento era uma instituição cheia de conflitos e nada compensadora às mulheres, fonte contínua de aborrecimentos em que maridos e esposas assumiam, freqüentemente, papéis de adversários, cada vez mais distantes um do outro, era entoado na voz da articulista Iracema ao observar um emudecimento dos casais diante do abismo que os separavam.

No artigo, *Porque o casamento emmudece o homem?* publicado na Revista Feminina, em dezembro de 1921, e no livro *Cartas de Mulher*, Iracema mostrava o distanciamento entre os gêneros:

quem não tem notado no restaurante, no teatro, no bond, no cinema, os casais mudos, o homem e a mulher presos um a outro pelas pesadas e invisíveis cadeias da lei, do preconceito, do interesse, do respeito social, do habito, ou do dever, e tão indiferentes um ao outro ¹⁵³.

A experiência sufocante e opressiva do casamento denunciada pela escrita de algumas mulheres, acentuava a crítica à instituição matrimonial nos anos 20 do século XX. Algumas escritoras puderam manifestar a sua insatisfação com o casamento ao denunciar os maus tratos sofridos pelas mulheres. A colaboradora da Revista Feminina, Iracema, em 1921, não poupou críticas às práticas masculinas, atribuindo a eles um caráter:

hediondo, arrogante, injusto e absurdo orgulho do homem, conservando para com a mulher através de tantas transformações sociais, e que acusa a sobrevivência iníqua dos costumes bárbaros. restando as mulheres serem vistas pelos maridos não como mulher, e sim, como um ser inferior, embora respeitada, que se chama esposa ¹⁵⁴.

¹⁵² IRACEMA. Op. cit., p. 35.

¹⁵³ Op. cit., p. 235.

¹⁵⁴ Op. cit., p. 236.

Nas palavras de Iracema, a mulher *no drama matrimonial é sempre a vítima, quer seja culpada, quer inocente*¹⁵⁵, levada pelas circunstâncias desfavoráveis à mulher, muitas vezes ela se via forçada a mentiras para defender-se contra as injustiças dos tiranos maridos, *quando esta mulher mente, ella o fará por generosidade, por bom senso, obedecendo á noção utilitaria de poupar magoas estereis ou pelo instincto da propria defesa, tão imperioso na pobre creatura humana*¹⁵⁶. Entendida, pela escritora, como a única arma disponível às mulheres para manter a paz no lar e não ser inquirida pelo marido.

Para Iracema, cabia aos homens *antes de acusar a mulher, examinar, é se nas suas relações com ella lhe crearam e lhe conservam as condições indispensaveis a uma inalteravel sinceridade*¹⁵⁷. Mas para ela o que se verificava nas atitudes dos homens é que mesmo no mais civilizado vivia um: *"paxá ou um sultão", o homem está sempre inclinado a julgar mal. No seu orgulho ciumento, o homem quereria que a mulher fosse um corpo sem pensamento, sem autonomia, sem vontade e foi para tentar reduzi-la a esse ente só physiologico, que o homem inventou para ella o harem e a condemnou á situação de uma odalisca*¹⁵⁸.

Num tom de irritação, a autora exigia que as mulheres fossem vistas como seres independentes pelo olhar masculino: *o homem habitou-se a considerar a mulher como propriedade sua e não se resigna a reconhecer que essa ambição é contrariada pela natureza, que creou os seres independentes*¹⁵⁹.

Refutando a cultura patriarcal dominante dos tempos antigos que concebia a esposa como propriedade do marido¹⁶⁰, Iracema acrescentava, *ai de nós! ainda há muito, muitissimos lares, no nosso Brasil, onde o homem é um soberano taciturno, despotico e onipotente, mais um dono do*

¹⁵⁵ Op. cit., p. 237.

¹⁵⁶ Op. cit., p. 33-37

¹⁵⁷ Op. cit.

¹⁵⁸ Op. cit.

¹⁵⁹ Op. cit., p.113-120.

¹⁶⁰ Conforme o modelo de organização familiar colonial no Brasil desenvolvido por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 29ª. Edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1992, Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*, São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., 1920 e Antonio Candido de Mello e Souza. "The Brazilian Family", In: SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander. (org) *Brazil: Portrait of a Half Continent*. New York, Dryden Press, 1951, a cultura patriarcal colonial estava assentada no poder dos pater-famílias, entendido enquanto um sistema de relações entre gerações, bem como entre gêneros, no qual as crianças e as mulheres estão subordinadas ao cabeça masculina da família, que controla a riqueza da família, a sexualidade de suas mulheres, os casamentos de suas filhas e a força de trabalho de todos os seus membros.

*que um esposo*¹⁶¹ e lembrando o abismo que separava os dois cônjuges, a posição nada confortável da mulher no casamento e o desdém dos homens superiores com as mulheres, lamentava a personagem:

infelizmente entre nós, a mulher só exerce sobre o homem um prestígio sexual. Quando o homem não está mais sob o sortilégio exercido pelos encantos da mulher, esta deixa de ocupar-lhe espírito, de interessá-lo. Não há um homem mais sedutor do que o da nossa raça no período da conquista amorosa. Não há um homem, mais brutal e cruel depois de satisfeito no seu capricho ou no seu desejo, e de fatigado ou saciado no seu amor. É por isso, que se encontram um tão grande numero d'esses casaes silenciosos, que sofrem mudamente o captivo do casamento¹⁶².

A colaboradora da Revista Feminina concluía que, devido ao comportamento condenável dos homens, o papel de esposa constituía uma das tarefas mais difíceis e mais desagradáveis naquele momento.

O sacrificio das esposas pressupunha a abdicação total da individualidade feminina, alardeava a articulista Iracema, ao atacar o ideal de amor pensado pelos homens, que exigiam da esposa uma existência exclusivamente voltada a submissão. Em suas palavras, *estes em nome do dever ou de que interesse se pretende que a mulher renuncie à sua personalidade e se converta num animal irracional, sem vontade propria, para merecer o amor do homem e ser digna de conservá-lo?*. Perplexa, a articulista lançava a dúvida sobre este desumano sacrificio exigido às mulheres, *que estranho, que singular ideal de amor se propõe a mulher, exigindo-lhe a abdicação total de sua individualidade*¹⁶³.

Neste sentido, as fontes pesquisadas sugerem um discurso crítico de algumas mulheres liberais ao modo desigual como estavam organizadas as desigualdades de gênero. Tomadas por uma onda de desconforto e insatisfação com as relações conjugais, e claro, com o sexo oposto e por conseguinte com o casamento.

Frente às conquistas alcançadas no campo profissional por algumas mulheres de classes mais altas e a aquisição de poder social e econômico através do trabalho remunerado e das lutas políticas e civis, a possibilidade de fugir das amarras do marido e até do casamento aumentaram

¹⁶¹ IRACEMA. *Cartas de Mulher*. Lisboa/Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana/Livraria Francisco Alves, s/d. p. 237 e Revista feminina, São Paulo, ano VIII, n.º 92, dezembro de 1921.

¹⁶² Op. cit., p. 235- 236.

¹⁶³ Op. cit., p. 256-259.

ainda mais. A Revista Feminina, em maio de 1923, um pouco mais aflita, alardeava, *e um máo casamento, é, sem metaphora, um abysmo, que não devolve as proprias victimas*¹⁶⁴.

As coerções de dependência econômica e sociais das mulheres, as quais se assentavam no casamento no passado, estavam sendo minadas pelas conquistas femininas e as antigas bases patriarcais do que representava um relacionamento ajustado estavam a caminho da extinção.

Não tardou para emergir no debate público uma gama de controvérsias a respeito do casamento. A formulação de um discurso crítico feminino à deformação do matrimônio foi sendo delineada e parecia difícil de contê-lo. Ele propagou-se rapidamente no Brasil nos anos 20 do século XX, no momento em que decorrente das reivindicações feministas, abriu-se espaço para muitas mulheres levantarem a necessidade de relações conjugais menos opressivas e mais igualitárias entre os parceiros, não raramente, até a sua dissolução.

Não foram somente as mulheres que participaram e reforçaram uma leitura crítica do casamento na cultura brasileira na época. Os homens também contribuíram para a ampliação da temática do vínculo amoroso no espaço público, mas aos olhos dos escritos masculinos esta crítica tem um sentido diferente daquela encontrada na escrita das mulheres.

Em alguns discursos femininos, a crítica ao casamento vinha acompanhada de novas oportunidades que se abriam às suas vidas, fora do vínculo matrimonial e às possibilidades de fugir das amarras do casamento - o objetivo era a ampliação da participação feminina na esfera pública. Porém nos discursos de alguns intelectuais masculinos a crítica à instituição matrimonial tinha por finalidade reformular as antigas bases do vínculo amoroso. Reconheciam que as expectativas de um relacionamento entre o homem e a mulher eram outras nos tempos modernos e apontavam a necessidade de modernizar a instituição, sob o perigo de naufragar de vez.

Deste modo, o médico Antônio Gouveia, em 1923, condenava os hábitos tirânicos dos homens e denunciava a desigualdade entre os cônjuges: *indigno o que faz o homem, vulpino e*

¹⁶⁴ Revista Feminina . A mulher e matrimônio. São Paulo, ano X, nº108, maio de 1923.

*trivial, trazendo a mulher acorrentada numa completa indigencia mental.(...)Só falta ao homem exigir que ella, seja como escravo modelo de humildade e subserviencia*¹⁶⁵.

Segundo alguns intelectuais da época, a forma encontrada para minorar os conflitos encabeçados pelas mulheres no interior do casamento estava na defesa de relações mais equitativas entre homens e mulheres, cujo modelo de casamento moderno devia basear-se em maior igualdade entre os cônjuges. A disparidade entre homens e mulheres, dizia o psiquiatra progressista Austregésilo Lima, produzia casamentos deformados, nos quais as regras eram:

as lutas frequentes desatenções e desinteligências, raivas, odios e hipocrisias, sopitados, disparidades crescentes de opiniões e disputas habituais entre os companheiros, e logo, se tornava um empecilho a boa organização de matrimônio, baseado na compreensão mútua, pois (...) a camaradagem matrimonial é a fórmula mais consentânea com a estabilidade do matrimônio¹⁶⁶.

O médico criticava o casamento ao ridicularizar a organização retrógada da vida conjugal, que mantinha as esposas subordinadas às vontades maritais: *na constituição atual das sociedades, no casamento, a mulher perde tôda a liberdade individual, tornando-se espécie de propriedade*

¹⁶⁵ GOUVEIA, Antonio E. *A missão social do médico e da mulher, no Brasil, em face da eugenia*. Ribeirão Preto, Typografia Selles. 1923, p. 23. O médico Antonio Gouveia foi fundador e diretor médico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Ribeirão Preto. Este texto foi extraído de uma conferência do autor lida na Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1922, perante os congressos reunidos - Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção a Infância e Terceiro Congresso Americano da Criança.

¹⁶⁶ LIMA, Antonio Austregésilo. *Comportamento sexual. Obras Completas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, Vol. III, 1945. p. 258 - 271. A primeira edição desta obra foi publicada em 1934, com o título de *Conduta Sexual*, mas todas as citações feitas neste trabalho foram retiradas da edição de 1945, publicação das obras completas do autor. O médico Austregésilo Lima foi um notável psiquiatra do Rio de Janeiro do início do século, tomou posse como professor da cadeira de Clínica Neurológica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1909 e da Academia Brasileira em 1914 (ocupou o cargo de presidente da instituição em 1938), da Academia das Ciências de Lisboa, na cadeira de membro-correspondente em 1926. Em 1936 foi presidente da Academia Nacional de Medicina e recebeu o diploma de professor emérito da Faculdade Nacional de Medicina em 1944. Escreveu várias obras de cunho psiquiátrico e de psicoterapia como: *A cura dos nervos: conselhos médicos* (1918); *Pequenos males* (1919); *Preceitos e conceitos* (1921); *Livro dos sentimentos: máximas e comentários* (1923); *Meditações* (1923); *Perfil da mulher brasileira: esboço acerca do feminismo no Brasil* (1922); *A neurastenia sexual e seu tratamento* (1928); *Educação da alma* (1932); *O meu e o teu: forças psicológicas; conduta sexual* (1934). O médico foi colaborador da Revista Feminina, publicou *O perfil da Mulher brasileira*, em janeiro de 1920, na revista, antes de sua publicação nacional, mostrando que o autor queria atingir primeiramente as mulheres, alvo de preocupação da maioria dos intelectuais neste período. Todas estas obras mencionadas acima, a medida que foram sendo esgotadas, o autor republicou em suas obras completas, composta de 10 volumes.

*disfarçada do esposo.(...) não há pois liberdade sexual para a mulher solteira e para a mulher casada; há a escravidão mascarada*¹⁶⁷.

De qualquer forma, a crítica ao casamento oriunda de alguns escritos femininos reivindicava uma maior igualdade entre os dois sexos, entendida por elas, como o meio mais eficaz de afrouxar a dependência da supremacia masculina e se livrar das relações opressivas. Já os autores trabalhando em outro sentido, convenceram-se que a forma encontrada para minorar os conflitos, encabeçadas pelas mulheres no interior do casamento, estava na defesa de relações mais equitativas entre homens e mulheres, e o modelo de casamento moderno devia basear-se em maior igualdade entre os cônjuges.

Embora, os discursos críticos ao casamento assumissem contornos diferenciados nos escritos femininos e masculinos, os documentos pesquisados sugerem que homens e mulheres participavam a seu modo desta insatisfação com as antigas bases do casamento. No momento em que se abria espaço na cultura pública para as manifestações de descontentamento com as relações conjugais é possível também, perceber diferenciação entre os discursos femininos pronunciados pelas mulheres liberais e as mulheres radicais, ou seja, anarquistas e comunistas.

Enquanto muitas mulheres se limitavam a denunciar os conflitos e a pedir mais compreensão dos maridos, como é o caso das escritoras liberais vinculadas à Revista Feminina, outras mais radicais, já não tinham gentilezas a dizer a respeito dos homens. Suas críticas ao casamento iam mais fundo. É o caso da escritora Ercilia Nogueira Cobra, da libertária Maria Lacerda de Moura e da comunista Patrícia Galvão (Pagu). Bem mais incisivas, pregavam o amor fora do casamento e prescindiam da presença masculina no sustento da família.

Deste modo, algumas mulheres de classe média urbana liberal lançavam críticas às relações no casamento e pediam a sua urgente modernização no início dos anos vinte, enquanto as mulheres mais radicais até declaravam a sua extinção na mesma década e no começo dos anos de 1930.

A partir da pesquisa levantada foi possível visualizar uma mudança na crítica à instituição matrimonial elaborada por alguns escritos femininos, isto é, o tom de crítica feminina ao

¹⁶⁷ LIMA, Op. cit., p. 224.

casamento foi sendo acentuado a partir de 1924, o que pode ser constatado pela publicação polêmica da obra de Ercília Nogueira Cobra, *Virgindade Anti-higienica*, seguido da publicação do romance *Extasis*, da escritora Laura Villares, em 1927.

Sendo que, estas críticas, a um determinado padrão de relação conjugal, se acentuavam ainda mais nos quatro primeiros anos da década de 1930. A publicação do romance proletário de Patrícia Galvão, em 1932, *Parque industrial*; a obra da anarquista Maria Lacerda de Moura, *Han Ryner e o Amor Plural*, editado em 1932; o romance de Lola de Oliveira *Alma Branca*; o livro de contos de Carmen Dolores, *Almas complexas*, de 1934, são exemplos contundentes deste novo pensamento feminino e que coincide com a implantação do Estado Novo em 1934.

Ercília Nogueira Cobra ao publicar a polêmica obra *Virgindade Anti-Higienica*¹⁶⁸, em 1924, sem usar pseudônimo, esboçava no espaço da criação literária, a possibilidade de um discurso mais crítico ao casamento em relação a alguns escritos femininos publicados antes do seu romance e, desta forma, contribuía para a ampliação da temática do casamento no período.

A escrita literária parecia ter uma dimensão forte na construção subjetiva da autora, entendida por ela como lugar de imaginação e utopia, visto que a personagem do romance muitas vezes se confundia com a vida da autora, aproximando-se da produção de um romance autobiográfico.

O texto descartava o casamento da vida das mulheres, apresentava a prostituição como meio de emancipação feminina e previa a libertação plena da mulher. Sua vitimização, enclausurada socialmente no casamento pela falta de alternativas profissionais e afetivas, como era representada na ficção de Carmen Dolores, em 1911¹⁶⁹, já não aparecia na obra da literata. Na introdução da segunda edição da mesma obra, em 1927, a autora já defendia a necessidade de educação profissional feminina como saída às mulheres¹⁷⁰.

¹⁶⁸COBRA, Ercília Cobra. *Virgindade Inutil e Anti-higienica*, Paris. Societé D' Édition Ceuvres Des Maitres Célèbre, s/d.

¹⁶⁹ É o caso da personagem feminina de Carmen Dolores em *A luta*, de 1911, que sem vislumbrar saída à sua vida, acaba sendo reconduzida ao porto seguro do lar.

¹⁷⁰Segundo Maria Lúcia Mott, quando Ercília publicou pela primeira vez a obra *Virgindade anti-higienica* tinha 33 anos, tratando especificamente do preconceito da inferioridade intelectual da mulher e da diferença da moral sexual para os sexos, principalmente no que se refere à obrigação da mulher permanecer virgem e só ter direito à maternidade quando autorizada pela sociedade e pela igreja. Ver MOTT, Maria Lúcia. "Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra". In: *Caderno Pesquisa*. São Paulo (58), agosto 1986.

Assim como a obra da autora, os dados biográficos são raros. Ercília Cobra pertencia a uma família decadente de fazendeiros do interior paulista. Ao ficar órfã, recebeu uma educação para o lar, fugiu de casa, foi internada no Asilo Bom Pastor de São Paulo, destinado à recuperação de "moças perdidas", tornou-se professora na década de 30, sob o pseudônimo de Suzy, transformou-se em proprietária de uma casa de mulheres em Caxias do Sul (RS).

A obra *Virgindade Anti-higienica*, publicada em 1924, foi condenada pelas autoridades eclesiásticas e apreendidos seus livros pela polícia¹⁷¹, tanto que a segunda edição intitulada *Virgindade Inútil*, acrescida de uma introdução, foi editada pela própria autora no ano de 1927¹⁷².

A personagem central do romance da escritora, Cláudia, de 17 anos, residia em Bocôndia. Levada por motivos externos a sua vontade, como a impossibilidade de realizar um bom casamento por falta de dote e medo de ficar solteirona nessa cidadezinha, a protagonista assume seu próprio destino. Abandonava a cidade, a família e ia para o mundo, tentando traçar uma outra história, uma outra linha para sua vida, bastante diferente da realidade que ela conhecia.

Além do mais, os atrativos para o casamento não eram muitos. Pelo contrário, a autora mostrava uma realidade bastante dura do matrimônio, uma vida de dores, infelicidades e infortúnios, que nada acrescentaria à satisfação feminina. Isso era exemplificado pela história de vida da mãe de Cláudia que, após longos anos de casada, encontrava-se infeliz e resignada com o sofrimento.

¹⁷¹ Segundo Besse, a recuperação da obra de Ercília Cobra não se constituiu numa tarefa fácil, pelo fato dos dois livros da autora, *Virgindade Anti-higienica* (1924), e *Virgindade Inútil* (1927), assim que publicados serem cassados pela polícia. Embora o catálogo de âmbito municipal de São Paulo, localizado na Universidade de São Paulo, continha velhas fichas da Biblioteca Municipal relativos aos livros de Cobra, eles mesmo desapareceram da coleção. A pesquisadora conseguiu em 1979 um exemplar da obra com um livreiro Olynto Moura, e mais tarde, em 1980, Maria Lúcia Mott encontrou uma edição de 1932 que continha ambas as obras da escritora. É sempre bom lembrar que a recuperação dos escritos femininos perdidos/silenciados no Brasil só se tornou possível a partir de pesquisas bibliográficas sistemáticas sobre mulheres escritoras, que teve início com o levantamento bibliográfico feito pela Fundação Carlos Chagas (1975-1981) que resultou na organização de uma *bibliografia Anotada da Mulher Brasileira* de 2 volumes, Vol.1. (1979) e Vol. 2 (1981), seguido pelo estudo da própria Maria Lúcia Mott, uma interessante biografia de Ercília Cobra, intitulada "Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra". Op. cit., e outros estudos de referências, como HOLLANDA(1992); VARIKAS(1986); TELLES (1986); MASIELLO (1992); RAGO (1995); RAMALHO (1999); BRANDÃO & BRANCO (1989); SOUTO MAIOR (1996).

¹⁷² Citarei as obras de Ercília Cobra por ordem de publicação, *Virgindade Anti-higienica*, São Paulo, Monteiro Lobato, 1924, *Virgindade inútil*, edição da autora, 1927; *Virgindade Anti-higienica*, 1932; *Virgindade Inútil e Anti-higienica*, Paris, Societé D'Éditions Ceuvres Des Maitres Célèbres, s/d. Conforme nos informou Mott, a repercussão desta obra de Ercília parece ter sido grande. se levarmos em conta suas sucessivas edições, bem como a lembrança por parte de várias pessoas do escândalo que causaram, inclusive pela própria linguagem e as idéias de emancipação radical às mulheres defendidas pela escritora.

O sofrimento a fizera indiferente. Talvez em seu fôro íntimo, lembrando-se da sua vida de casada e da de outras senhoras suas conhecidas, tão infelizes quanto é possível ser, apesar de terem seguido à risca a moral católica, reconhecesse que por mais desgraçada que fosse a filha não o seria tanto quanto elas o foram.¹⁷³

Diante de sua trajetória pessoal, a mãe de Cláudia, representando os valores morais do passado, não se opôs à decisão da filha em renunciar ao "território seguro" do casamento e sair em busca de outras alternativas, talvez mais compensadoras do que as que ela própria tinha experimentado. Essa atitude rompia com o percurso tradicionalmente destinado para as mulheres: o de fixar-se no vínculo conjugal. Eis o que ela afirma numa passagem do romance: *não tinha forças para obrigar Cláudia a seguir a senda áspera da virtude, onde deixara aos pedaços o seu coração. Que partisse. Talvez fosse feliz. Pelo menos satisfaria uma aspiração, o que já é uma felicidade. Demais, que é a felicidade? Coisa tão relativa*¹⁷⁴.

Para Ercília Cobra, sua protagonista é considerada inovadora. A autora assinalava a possibilidade desta experimentação pessoal de Cláudia levar a prover padrões para gerações futuras, visto ter quebrado em sua ação subjetiva de desterritorialização à continuidade histórica de submissão e anulação feminina no casamento.

Exposta aos perigos da vida mundana e sem proteção masculina, a personagem vivenciou o cotidiano dos bordéis pouco agradáveis e a pobreza da cidade de Flumen. Logo foi capturada pelas armadilhas dos códigos de normatização feminina e enviada para uma casa de regeneração; mas consegue fugir até a badalada vida noturna da metrópole de Buenos Aires.

Neste centro dinâmico de Buenos Aires, Cláudia conseguiu sua independência econômica a partir da relação com um banqueiro e o acesso aos lugares sofisticados e roupas elegantes. Como cortesã, conheceu o amor e o sexo através dos diversos contatos sexuais que experimentou com os homens, e sobretudo, aprendeu a participar do complicado jogo das relações sociais no espaço urbano e público.

¹⁷³ COBRA . Op. cit., p.34.

¹⁷⁴ Op. cit.

A prostituição constituiu um importante espaço de experimentação e sociabilidade para determinadas mulheres. A partir dos romances de Laura Villares e Ercília Nogueira Cobra, Margareth Rago observou que, para estas autoras a prostituição constituía um meio das mulheres adquirirem autonomia financeira e descobrirem seu corpo e sua sexualidade, e ainda rebelarem-se contra o casamento que as aprisionava sexualmente.

Ambas romancistas acreditavam que era nesse espaço que as mulheres aprendiam a se desinibir, apresentando-se elegantemente vestidas nos lugares luxuosos, além de conhecer suas potencialidades emocionais e sexuais¹⁷⁵.

Na ficção de Ercília Cobra, a personagem também desvendou as múltiplas possibilidades do mundo desconhecido, procurou sua auto-realização, submetida aos seus anseios pessoais e às suas próprias decisões, chegando inclusive a ir até Paris e "fazer amor na capital do mundo", como dizia sua amiga Cecília. A escrita emergia como manifestação do desejo da romancista ao aplaudir no texto literário o transbordamento dos desejos fora do casamento.

O caráter crítico da subjetividade feminina ao casamento se manifestava na escrita de Ercília Cobra quando situou a heroína a margem da mulher casada. Sua personagem era economicamente independente e podia desfrutar da liberdade, terminando feliz em Paris, na capital do prazer, além de ter se livrado do triste fim do casamento.

Seu destino aparecia em contraste com a esposa, reclusa dentro de um quarto. Essa oposição era materializada no encontro da protagonista, num teatro em Paris, com um médico que antigamente a cortejara, gastando o dinheiro da esposa em companhia de uma cortesã luxuosa, enquanto aquela permanecia sozinha e infeliz num quarto de hotel. Exclamava a heroína da escritora:

do que escapara! Se tivesse dote cairia nas garras daquele miserável e seria ela quem a tais horas estaria fechada num quarto de hotel, sozinha numa cidade estranha, enquanto o marido se regalava com o seu dinheiro! Sim, minhas senhoras! E' para casar com tipos daqueles que as mulheres guardam a castidade e conservam-se com botões fechados a vida inteira - quando possuem dote... Virgindade idiota!¹⁷⁶

¹⁷⁵RAGO. Op. cit., Cap. III.

¹⁷⁶COBRA . Op. cit., p. 128.

O figura do homem aparecia como egoísta, "senhor de escravos". A personagem, na criação subjetiva da romancista, respirava aliviada por não estar vinculada a nenhum homem, que estabelecia uma relação de dominação com as mulheres; estas encontravam-se fechadas, como botões, proibidas de viverem sua sexualidade, de viverem seus desejos, presas que estavam à moral da honra e da virgindade. As mulheres eram escravas destes senhores, que nada tinham a lhes oferecer, nem sexualmente nem afetivamente.

A escritora não somente denunciava a educação deformada ministrada às mulheres, que apenas as preparava para o casamento e não as habilitava para a vida, como prescindia da presença masculina e do casamento na vida feminina. Em suas palavras:

A mulher precisa de justiça, de equidade e educação. Dê-m-lhe isto, e podem deixá-la sozinha no mundo, que ela saberá defender-se e, si tiver filhos, cuidará deles muito melhor do que atualmente, sob o odioso regime vigente no qual o homem lhe dá magra proteção em troca de desgostos e humilhações incontáveis¹⁷⁷.

No entender da autora, a educação correta e consciente da mulher, possibilitaria prepará-las, *para o futuro. Fazei da mulher um ser consciente, que saiba resistir ao homem e pelo trabalho seja livre*¹⁷⁸. E mais, dizia que esta tomada de consciência do seu sexo à emancipação tinha sido *provocada pelo ruído produzido por eles mesmos; foi ocasionado pela disparidade de educação ao homem*¹⁷⁹.

Para Ercília Cobra, não havia possibilidade de um relacionamento igualitário entre os sexos, daí a necessidade de se educar as mulheres para o trabalho e para a compreensão da sua situação na sociedade. Pensava em termos de uma educação para o trabalho, única forma de a mulher galgar a emancipação definitiva e se livrar da dependência masculina, e não uma educação destinada ao lar, segundo a qual cabia às mulheres o papel natural de gerente racional da vida doméstica, mantendo-as presas à esfera doméstica e a tutela legal e social do marido.

O trabalho com mulheres que escreveram textos literários, cujos personagens e histórias tematizavam o casamento e a opressão da mulher pelo matrimônio, sugere que a problemática do casamento se ampliava nos inúmeros discursos da época, mas sobretudo, aponta - se uma efetiva

¹⁷⁷Op. cit., p. 173.

¹⁷⁸Op. cit., p. 181.

¹⁷⁹Op. cit., p. 192-193.

participação das mulheres nesse processo de desconstrução do lugar da mulher na relação conjugal. Exemplo contundente desse pensamento feminino que se propagava nos anos vinte na cultura brasileira, são os escritos de Laura Villares de 1927 ao publicar o romance *Extasis*¹⁸⁰. A autora pôde expressar a sua fantasia pela linguagem poética e construiu, no espaço da criação literária, um lugar possível de resistência feminina ao modelo de relação conjugal.

O texto apresentava a personagem central, a jovem Isa, filha de Antonio de Souza. Isa foi criada sem mãe e recebeu educação somente do pai e da mãe adotiva, a dona Benta. Logo no início do enredo o casamento com o médico Adalberto de Araújo aparecia como alternativa à vida da personagem.

Em contraponto à figura da recatada Isa, que sonhava ser feliz com o jovem médico após o casamento, a escritora construiu uma narrativa em que aparecia a imagem da mulher rica, feliz, livre e independente, representada através de sua personagem, Dona Celina da Silva Gomes, madrinha de Isa. A escritora descrevia a personagem da seguinte forma:

D Celina da Silva Gomes - a madrinha de Isa - era uma bella morena alta, de peitos desenvolvidos, ancas fortes, olhos de um castanho tão claro, que pareciam amarelos. Um buço forte sombreava-lhe o labio carnudo, sob um nariz que não invejava o malfadado appendice de cleópatra. Trajava no rigor da moda, da mais ousada de Paris, e sentia prazer em ostentar os braços roliços e o rego tentador dos seios gordos. Viuva, passára alguns anos na França, e na volta, arrastara consigo um dançarino no place Blanche de Paris, um ephebo lindo e duvidoso, elegendo-o administrador de suas numerosas casas em São Paulo. (...) Prostituta? Não. Uma mulher dotada de caprichos que sabia satisfazer- o. Colhia o prazer onde o encontrava, admirava o belo, adorava o amor, gostava dos homens, doia-lhe o coração ao ver-se sozinha em sua cama faustosa¹⁸¹.

No romance de Laura Villares, a representação da mulher sem par, que por esta razão experimentava os desejos efêmeros e satisfazia os seus prazeres, assumia uma feição positiva. Afastando-se dos modelos femininos de "santa" ou "pecadora" delineado pelo texto de Carmen Dolores, em 1911, a personagem aparecia, em 1927, como a encarnação das virtudes femininas e não uma ameaça a elas. Este perfil possibilitava às mulheres o exercício amoroso transitório e a fuga à prisão do casamento.

¹⁸⁰ VILLARES, Laura. *Extasis*. São Paulo, Editora Limitada, 1927.

¹⁸¹ Op. cit., p. 33-34.

Laura Villares construiu a personagem D^a Celina como aquela que subvertia a lógica patriarcal ao experimentar o jogo das relações afetivas com seus amantes, sem necessariamente estar vinculada a nenhum homem. Ao mesmo tempo, preservava em seus romances a possibilidade da imaginação, pensada e praticada como exercício de liberdade ao construir um enredo no qual manifestava uma descrença no vínculo conjugal tradicional.

Logo após o casamento de Isa com o médico, o texto mostrava os infortúnios e a realidade tediosa do casamento. Além da personagem permanecer sozinha, trancada no espaço doméstico, ainda sofria em ver o marido se interessar pela exuberante Beatrice:

Isa quis fazer ao marido um sinal de partida, mas Adalberto parecia hypnotizado pelos olhos longos e semicerrados da viuva, que arcava o busto magnifico, para patentar a petulancia dos seios. Foi como se uma brutal mão de ferro se apoderasse do seu coração . Quis levantar-se e não pôde; quis chamar: Adalberto! Mas o grito ficou-lhe na garganta¹⁸².

A heroína mantinha-se, assim, presa a um homem traidor e ingrato e ao casamento que a aprisionava sexualmente. No entender da autora não havia espaço para a mulher viver os desejos e o prazer sexual no regime legal amoroso, somente fora dele. Por isso, a força da personagem desvinculada do lance matrimonial e fora do casamento era que, de fato, satisfazia seus desejos sexuais.

O casamento assumia um caráter limitador, aniquilava a personalidade feminina e era narrado como humilhante, sufocante e opressivo. O vínculo conjugal era fonte de infelicidade às mulheres. Enquanto a madrinha de Isa encontrava o prazer e a satisfação fora do casamento, a personagem casada da literata era conduzida à destruição e à morte.

Que impressão estranha sente a gente ao pensar no tempo que se há de seguir á morte, nos dias em que já se deixou de existir! Parece que um grande, um incommensuravel silencio, cae sobre nos-manto enregelado - e tem-se o desejo de gritar ao "inexoravel" Espera! Não deites o peso dos annos sobre o meu tumulto! E' excessivamente triste e apavorante uma velha sepultura, a mostrar o aniquilamento, a negação do "ser"¹⁸³.

¹⁸²Op. cit., p. 88.

¹⁸³Op. cit., p. 192.

A crítica ao casamento assumia um caráter mais contundente ao passo que a escritora conduzia a heroína à morte. As idéias sobre o matrimônio, manifestadas por Laura Villares, reproduziam a concepção de que a instituição legal amorosa levaria inevitavelmente à anulação feminina e restringiria a vida das mulheres. Num contraponto com a imagem da mulher independente e realizada sexualmente, sem ligação legal com um homem, a autora construiu um espaço de crítica ao configurar a personagem da mulher casada como sendo infeliz e conduzida à morte.

Na pesquisa realizada, pôde-se inferir uma constância na crítica ao casamento formulados pelos escritos de algumas mulheres, não obstante, estes discursos se apresentavam de forma diferenciada conforme as concepções de cada enunciado. Foi possível visualizar na escrita de muitas mulheres liberais nas décadas iniciais do século XX, discursos menos radicais e mais conciliadores nos relacionamentos amorosos, exigindo a urgência de relações íntimas mais compensadoras às mulheres. Notou-se também que, a partir da metade dos anos vinte e início dos anos trinta, uma leitura crítica mais contundente elaborada por algumas escritoras, pediam a extinção do relacionamento legal amoroso.

Alguns discursos femininos iam mais fundo na crítica à instituição matrimonial, contestavam a validade de sua estrutura, descartavam o casamento de suas vidas e pediam a sua extinção, evidenciados nas obras de Ercília Nogueira Cobra, Patrícia Galvão e Maria Lacerda de Moura. Para elas, a moral burguesa do casamento era uma fraude, uma escravização mental das mulheres e um meio para perpetuar sua ignorância enquanto sua força de trabalho era explorada.

À proporção em que novas oportunidades se abriam para a vida das mulheres, decorrentes das reivindicações feministas por acesso à educação, à profissão fora da esfera do lar e dos direitos civis, ampliavam-se os espaços de atuação feminina na esfera pública. Logo, os documentos sugerem que havia espaço para a crescente manifestação de descontentamento com a vida conjugal, ou mesmo a sua extinção, como defendiam as mulheres mais radicais, no Brasil.

As escritoras Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão participaram e contribuíram para a ampliação de um discurso crítico ao vínculo legal amoroso. Ambas escritoras publicaram na

década de 30 seus trabalhos, cuja escrita apontava modos alternativos de vínculos amorosos em contraponto ao modelo conjugal dominante¹⁸⁴, rompendo em seus escritos com o ideário burguês de algumas autoras liberais que exigiam apenas a modernização do casamento.

Professora, feminista, anarquista e escritora, Maria Lacerda de Moura, em 1932, publicou a obra *Han Ryner e o Amor Plural*¹⁸⁵. A questão feminina foi tema de reflexão contínua em seus escritos, preocupada com a liberdade da mulher e da sujeição em que se encontrava no mundo capitalista, dominado por homens inescrupulosos¹⁸⁶.

A anarquista defendia a necessidade da instrução feminina, da liberdade de amar, a maternidade "livre e consciente" e a independência da mulher em relação à imposição do casamento¹⁸⁷. Crítica ferrenha da relação de dominação masculina que se estabelecia entre os sexos, Moura pretendia conscientizar a mulher de sua situação opressiva na relação conjugal¹⁸⁸. Esboçava em seus escritos a necessidade da realização feminina e da maternidade consciente e

¹⁸⁴ As obras da anarquista Maria Lacerda de Moura foram publicadas desde a década de vinte do século XX. Em 1924 foi editada a obra *A mulher é uma degenerada?* e *Religião do amor e da beleza* de 1926, mas foi nos anos trinta que a polêmica autora tematizou com mais precisão e contundência uma saída ao padrão de relação conjugal dominante, propondo modos alternativos de vivência amorosa, como o amor plural. Em 1932 foi publicada suas obras: *Amai e não vos multipliqueis* e *Han Ryner e o amor plural*, onde a escritora reforçava e ampliava o discurso crítico ao casamento legal formulado pelo pensamento de muitas mulheres neste período de crescente feminização da cultura brasileira.

¹⁸⁵ MOURA, Maria Lacerda. *Han Ryner e o Amor Plural*, São Paulo, Unitas, 1932.

¹⁸⁶ Maria Lacerda de Moura representava a mais inovadora e radical entre as anarquistas pesquisadas. Além de vários livros publicados como *A mulher é uma degenerada* (1924) *Amai e não vos multipliqueis* (1932), dirigiu a Revista *Renascença*, em 1923, dois anos antes funda a Federação Internacional Feminina com o objetivo de canalizar todas as forças femininas para o advento de uma sociedade melhor. Ela realizou conferências em vários centros culturais, nos círculos operários ou na Federação Filosófica e Espiritualista de São Paulo, contando sempre com numerosa assistência. Ver RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. São Paulo, Paz e Terra, 1997. pp. 100 -101.

¹⁸⁷ Uma excelente biografia de Maria Lacerda de Moura foi feita por Mirim Moreira Leite. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, São Paulo, Ática, 1984.

¹⁸⁸ Rago assinalou que além de Maria Lacerda de Moura, outras anarquistas como Matilde Magrassi, Maria de Oliveira, Tibi, Josefina Stefani Bertachi, Maria Soares, assinavam artigos defendendo a causa feminina e discutiam a condição da opressão da mulher, não só da operária mas também da burguesa. As articulistas de tendência anarquistas defendiam a libertação da mulher em todos os planos da vida, desde as relações de trabalho até as familiares. Suas posições deixavam bem claro o significado do termo emancipação, atacando as mulheres que se restringiam a lutar por conquistas estritamente políticas, porque aceitava e justificava a própria moral burguesa. Segundo elas, a luta das mulheres pela concepção libertária deveria passar pelo questionamento aos padrões que regiam as relações sociais. E anunciavam em seus textos um proposta de uma outra organização da sociedade, mais justa, onde o amor livre asseguraria a integridade das relações familiares. Ver RAGO. Op. cit., p. 96-99.

expressava publicamente a recusa do casamento monogâmico, propondo o amor livre como fundante da nova moral sexual.

A defesa do amor livre nos escritos de Moura, como nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, aproximava a escritora dos ideais anarquistas. Segundo Rago, os anarquistas questionavam a institucionalização das relações afetivas e a forma como as relações sexuais se manifestavam numa sociedade autoritária. Acreditavam que somente seria válida uma união conjugal que se estabelecesse livremente, sem regras, e deveria fluir sem imposições¹⁸⁹.

Maria Lacerda de Moura pensava em termos de um "amor plural", organizado a partir de regras próprias, sem qualquer interferência externa sobre as opções individuais dos parceiros. Estas relações se forjariam de forma nada exclusivista. As novas formas afetivas de relacionamento, delineadas na criação subjetiva da escritora, apareciam como saída e seu pensamento desterritorializante abria linhas possíveis de fuga ao refutar o regime legal amoroso.

E o amor amplo, as claras, sem subterfúgios, sem hipocrisia, sem mentiras convencionais, platônico ou integral, mas, o amor sem exclusivismo sexual ou afetivo, sem ciúmes, sem paixões, simultâneo ou sucessivo, conservando sempre a deliciosa recordação anterior.¹⁹⁰

A autora tentou, através da escrita, recriar modos de subjetividades femininas mais libertários, que pudessem responder mais aos anseios das mulheres, ou seja, uma nova moral sexual libertária. Pensava o "amor plural" em oposição ao amor possessivo, especificamente o amor masculino que tendia a conceber a mulher como posse, uma escrava no casamento.

O "amor plural" acabava com a exploração feminina, pois ampliava a liberdade das mulheres e acabava com a representação burguesa a elas atribuídas, a exemplo da solteirona ou da prostituta. A mulher livre decidiria com quem queria se unir e quando, sem a ordem da religião ou dos códigos morais da sociedade.

A autora entendia que as relações afetivas se dariam no espírito de liberdade, em que todos podem inventar formas alternativas e paralelas de viver o amor e recriar modos de vida autônomos sem imposição do regime monogâmico do casamento:

¹⁸⁹ RAGO. Op. cit., p. 103-104.

¹⁹⁰ MOURA. Op. cit., p.52.

Dentro desta sociedade, como dentro de qualquer organização social, o indivíduo pode ser livre, uma vez que sinta a consciência de ser livre, e ninguém tem o direito de impedir que outros também realizem a liberdade, a alegria de viver, antes, temos o dever de contribuir para que todos se realizem. Acima de nós mesmos, acima do amor, acima da felicidade - está a liberdade. Mesmo porque, não nos podemos conhecer, não nos podemos realizar, não seremos felizes e não sabemos amar em uma atmosfera de compressão e exclusivismo, ciúme ou autoridade e despotismo¹⁹¹.

Rebelde, seu pensamento afirmava a vontade de resistir e lutar contra os preceitos morais e encontrava na escrita o espaço da imaginação e da liberdade. Os escritos de Moura recusavam as territorializações sufocantes, a ponto de almejar o amor fora do enquadramento vislumbrado pela moral proletária.

A escritora discordava de Alexandra Kollantai, membro da oposição Operária do Partido Bolchevique, que pensava em organizar a nova moral segundo os interesses do partido. Maria Lacerda entendia que o amor deveria ser livre e nunca institucionalizado, um dos pontos que a aproximava dos ideais anarquistas. Escapando de se enquadrar, deslocando continuamente o seu pensamento, a autora descrevia o amor plural:

O único refúgio é o amor livre e plural não organizado. A organização estraga tudo. Organizar a liberdade é criar a servidão. Organizar o amor é criar os ciúmes e os ódios. O amor plural é um sentimento ingênuo e natural, doce e inocente como meu gosto pela aldeia na qual dei os primeiros passos e onde fixei meus primeiros olhares. A organização faz, de um, o patriotismo belicoso; de outro, uma religião intolerante que, como todas as religiões, assassina em caso necessidade. (...) Vivei cada qual, a vossa vida; procurai o prazer, a alegria de sentir a plenitude de vossas forças, dos vossos desejos, sem constrangimento às claras¹⁹².

Outra crítica ferrenha da moral burguesa do casamento, a jornalista e ativista política, Pagu, Patrícia Galvão, ou mesmo Mara Lobo (pseudônimo)¹⁹³ publicou o romance proletário *Parque industrial*¹⁹⁴, em 1933. Pagu manifestava em seus escritos o desrespeito pela moralidade

¹⁹¹ Op. cit., p. 57.

¹⁹² Op. cit., p. 61.

¹⁹³ Conforme nos informa Susan Besse, Pagu usou o nome Mara Lobo ao publicar o romance *Parque industrial*, devido ao constrangimento do puritano Partido Comunista Brasileiro que ficou desagradado com o que havia de sexualmente explícito na obra que ela foi obrigada a publicá-lo sob o pseudônimo. Ver, BESSE, Op. cit., p. 203.

¹⁹⁴ GALVÃO, Patrícia Galvão. *Parque industrial*. São Paulo, Alternativa, 1933.

burguesa e assumia a causa das mulheres pobres ao denunciar, publicamente, a exploração do proletariado feminino.

A obra de Patrícia Galvão foi considerada, pela sociedade paulistana da época, como escandalosa, inclusive desagradando os comunistas, que a chamavam de *agitadora individual, sensacionalista e inexperiente*¹⁹⁵. Situada em linha de fronteira¹⁹⁶, a escritora descrevia explicitamente as desigualdades inatas das classes na sociedade capitalista e, sem pudor, registrava no texto literário as cenas sexualmente explícitas, deixando os moralistas da época horrorizados¹⁹⁷.

Margareth Rago ao se propor analisar a construção feminina da identidade da mulher trabalhadora, a partir da sua própria percepção, observou que Patrícia Galvão foi uma das poucas mulheres a descrever no romance *Parque Industrial*, a difícil vida das operárias de seu tempo, os baixos salários, os maus tratos dos patrões e, sobretudo, o contínuo assédio sexual¹⁹⁸.

O texto literário condenava o abuso sexual das operárias industriais por patrões depravados e execrava a tragédia das mulheres da classe operária que eram seduzidas por burgueses imorais, mediante promessa de casamento, unicamente para serem engravidadas e abandonadas à vida da prostituição. Alertava a personagem da escritora:

Corina, você não percebe quem é o Arnaldo? Ele não passa de um horrível burguez! Logo se saciará de você! Eles são sempre assim... Mas nós somos noivos... Ele nunca se casará com você. Ele não terá a coragem de procurar uma esposa fora de sua classe. O que ele faz é só seduzir as pequenas como você que desconhecem o abismo que nos separa dele¹⁹⁹.

A linguagem literária pensada como espaço de criação individual e intervenção social, assumiu uma dimensão de crítica no texto da escritora e lugar de livre expressão de sua experiência pessoal, situada nas margens. Além de endereçar a crítica aos valores machistas

¹⁹⁵ FERRAZ, Geraldo Galvão. Apresentação de *Parque industrial*. Op. cit., p. 1.

¹⁹⁶ O pensamento de Pagu totalmente situado às margens, fugia das territorialidades sufocantes, inclusive do projeto do Partido Comunista Brasileiro que não conseguiu absorver o seu individualismo e o seu radicalismo como mulher. Sua visão revolucionária heterodoxa ameaçava a imagem pública do partido, bem como sua disciplina interna, a qual entre outras coisas, exigia não haver aventuras amorosas ou escândalos sexuais.

¹⁹⁷ Sobre a obra e a vida da escritora ver o trabalho de Augusto de Campos. *Pagu: Patrícia Galvão: vida e obra*. São Paulo, Brasiliense, 1982 e K. David Jackson. *Afeward, em Patrícia Galvão, Industrial Park*, Lincoln and London, Nebraska University Press, 1993.

¹⁹⁸ RAGO, Margareth. "Trabalho feminino e sexualidade". In: DELPRIORE, Op. cit., p.578-606.

¹⁹⁹ GALVÃO. Op. cit., p. 53.

burgueses, e denunciar os constrangimentos sexuais e as condições sociais a que eram submetidas as mulheres trabalhadoras na década de 30, no Brasil, a autora estendia a crítica à moral burguesa do casamento, radicalizava o discurso e descartava a possibilidade do vínculo legal amoroso na vida das pessoas.

Patrícia Galvão anunciava a extinção da instituição do casamento. Em sua opinião a instituição era uma mentira, uma forma encontrada pela moral burguesa para preservar o servilismo e a ignorância das mulheres, enquanto se explorava sua força de trabalho:

A mulher de todos os séculos civilizados só conheceu uma finalidade - o casamento. O seu lugar ao sol, agasalhada pela sombra viril e protetora de um homem que se encarregasse de todas as iniciativas. Todos os anseios e necessidades das mulheres paravam neste ponto, com o conseqüente sofrimento incluído no contrato²⁰⁰.

Na década de 30, do século XX, os discursos da anarquista Maria Lacerda de Moura e de Patrícia Galvão, sugerem uma leitura crítica mais contundente dessa instituição, cujos textos femininos expressavam na criação literária a extinção das bases legais do casamento, reinventando no espaço da imaginação formas criativas de vínculo amoroso.

Outra escritora também reforçava e ampliava o espaço de crítica ao regime amoroso que tinha se generalizado na esfera pública nos anos vinte no Brasil, Carmen Dolores em seu livro de contos intitulado *Almas Complexas*²⁰¹, de 1934. Em um de seus contos a autora apresentava personagens femininas bastante diversas daqueles representados em 1911 no seu romance *A Luta*, cuja única alternativa apontada às mulheres, naquele momento era casar-se ou tornar-se mundana.

Em 1934 a escritora tecia uma narrativa na qual sua heroína subvertia a lógica patriarcal e prescindia da presença masculina. Delineava, assim, personagens femininos independentes. Eram mulheres profissionalizadas, solteiras e realizadas.

No conto, *Jornal de Uma Feminista*, a escritora retratava uma organização familiar formada só por mulheres. A heroína da autora não reproduzia o modelo de mulher que esperava passivamente o homem provedor, ao contrário, além de ser empreendedora e autônoma, possuía

²⁰⁰ Citado em Antonio Riserio, "Pagu: vida -obra, Obravida, Vida", In: CAMPOS, Op. cit., pp.20.

²⁰¹ DOLORES, Carmen. *Almas complexas* (contos), Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934, p. 119-128.

uma carreira profissional, como professora e tradutora e, mais ainda, adentrava ao espaço das letras, como escritora, lugar, por excelência masculino.

Subvertendo a lógica patriarcal as personagens da contista sobrevivem sozinhas, sem a tutela masculina e encontram estratégias específicas para driblar a sociedade machista e suas imposições. A representação do perfil feminino ativo, delineado pela autora, fugia do padrão normativo de feminilidade, pois além da personagem principal ser instruída e garantir a sua subsistência e de sua família pelo trabalho, as outras mulheres nada passivas, encontravam seus próprios meios para vencer as dificuldades ocasionais. Exemplo claro é expresso através da mãe da feminista que diante da falta de recursos, não hesitou em encontrar uma solução, vendendo a aliança do casamento a fim de garantir a subsistência de todos.

Na ficção de Carmen Dolores as experiências das mulheres foram recriadas em seus próprios termos, não repetiam o modelo androcêntrico. As suas personagens femininas livraram-se do par e do casamento pela ligação com outras mulheres e esboçavam modelos de famílias descasadas, reproduzidas na ausência da figura do homem provedor. Era a mulher que se constituía como cabeça da família.

Seguindo esta direção de problematizações, o romance de Lola de Oliveira, *Alma Branca*, publicado em 1934²⁰², reforçava a tendência de grande parte dos discursos femininos dos anos 30, que passavam a refutar o matrimônio na vida das mulheres de modo mais incisivo e contribuíam, assim, para ampliar na cultura brasileira do período, o sentimento de irritação das mulheres com e no casamento e com o padrão de feminilidade construído a partir do vínculo matrimonial.

A autora apresentava a personagem principal do romance *Alma Branca*, a donzela Celina, cuja tutela de seus estudos fora assumido por um médico o Dr. Montenegro, que por sua vez acaba se apaixonando por sua protegida; mas mantém em segredo este amor, já que sua amada era noiva de Tullio.

Lola de Oliveira conduziu fatalmente a sua personagem Celina à destruição diante da possibilidade de unir-se em laço matrimonial com Tullio. A heroína recusa-se ser curada pelo Dr.

²⁰²OLIVEIRA, Lola. *Alma Branca*. São Paulo. Estabelecimento Graphico Rossolillo, 1934.

Montenegro, prefere a morte a ver-se enterrada no casamento, os seus desejos e a possibilidade de conhecer o prazer sexual com outros homens.

O prenúncio da morte, como metáfora da crítica da autora perante a decisão de sua personagem de optar pelo casamento, é anunciada no decorrer do romance. O pouso de uma grande borboleta aveludada sobre o retrato de Celina no quarto do Dr. Montenegro:

Uma borboleta enorme, avelludada e negra, revolteou pelo quarto. O médico levantou-se, accendeu a lampada electrica. Um arrepio correu-lhe pelo corpo. A bruxa posára sobre o retrato de Celina. O Dr. Montenegro, nervosissimo, quis apanhar a borboleta nocturna. Ella fugiu; deu mil reviravoltas pelo tecto e veio novamente pousar no mesmo lugar. Angustiado e tremulo o medico agarrou bruscamente o retrato escondendo-o sobre o peito ofegante. (...) Aquella borboleta negra que sahia, agora, pela janela aberta lhe trazia um aviso, o prenuncio talvez de uma desgraça proxima.(...) Impressionadissimo e abatido foi fechar as venezianas e aquella noite branca, muito branca, trouxe-lhe à mente a visão de uma virgem amortalhada entre jasmins e lirios²⁰³.

É na anunciação do enlace matrimonial que surge o aviso da morte, num alerta sugerido pela linguagem literária à protagonista para escapar desta predestinação do casamento, que nada acrescentaria para sua felicidade, mas poderia levá-la a um fim trágico. Era como se a autora esperasse nesse momento, um movimento possível, uma força potencialmente criadora que pudesse impulsionar sua personagem a empreender uma fuga contra a territorialização de sua subjetividade no cativo do casamento.

É sintomático que Celina tenha adoecido assim que se deu conta da relação desigual e infeliz que a aguardava com Tullio. Lola de Oliveira mostrava toda a arrogância dos homens, representava - os como figuras caricatas, incapazes de recriar relações iguais e de afeto com as mulheres, criticando a dominação masculina:

O seu casamento falava-lhe o coração ia ser um desastre. Para elle a mulher era um ser inferior que só devia obedecer e nada mais. Em sua casa a vontade predominava sempre. Tullio era um egoista, um materialista, um invejoso, cheio de vaidades. Começava agora no noivado, a impor sua vontade, a sua soberania, o seu predomínio em tudo. Ah! Tullio não seria um companheiro, um amigo leal, um marido dedicado, mas um mandão, um senhor de escravos, um feitor... Havia de querer dominar pela força bruta.²⁰⁴

²⁰³Op. cit., p. 56.

²⁰⁴Op. cit., p.152.

A romancista manifestava, no âmbito da expressão literária, a resistência à territorialidade do casamento. Crítica das sufocantes relações entre os casais, cujos desejos sexuais, individuais e de liberdade das mulheres eram todos enterrados, a escritora radicaliza o seu discurso à instituição em um desfecho de morte para a heroína. A personagem preferia a morte a ser enterrada viva na masmorra da instituição amorosa.

O médico silenciosamente, aproximou-se do leito da enferma. - Celina! Eu quero lhe curar, minha filha! A moça não respondeu. (...) Celina, também não quis que o Dr. Montenegro a examinasse. Parecia mesmo que sentia prazer em se deixar morrer lentamente absorvida pela febre intensa²⁰⁵.

A personagem da escritora terminava *amortalhada entre lírios, com o seu vestido de noiva*. Descartando a possibilidade de realização feminina no casamento, Lola de Oliveira representava, na literatura, a morte como metáfora do aniquilamento da subjetividade feminina - fixa a uma única personagem - a esposa impossibilitada de mover-se e dar nova forma à vida - mas isso também pode ser lido como recusa da protagonista à prescrição social do casamento.

Neste sentido, Cláudia Castanheira privilegiando a constituição da subjetividade na mulher autora e o processo de intervenção dessa subjetividade na forma romanesca analisou duas obras escritas por Clarice Lispector, *Perto do Coração Selvagem e o Lustre*²⁰⁶ e observou que as protagonistas Joana e Virgínia, respectivamente, construídas pela escrita feminina, invertem a relação tradicional dos gêneros, apresentando-se como mulheres levadas por uma profunda e transgressora mobilidade.

Ambas personagens de Clarice Lispector afirmam sua não-sujeição aos parâmetros de conduta estabelecidos para a mulher pela cultura, exemplificado pela recusa da protagonista Virgínia em entregar-se à experiência da maternidade e da rejeição da personagem Joana ao cumprimento do papel social do casamento prescrito para a mulher.

A exemplo das protagonistas de Lola de Oliveira em *Alma Branca* e de Laura Villares em *Extasis*, analisadas neste trabalho, a produção clariceana apresentava a morte de Virgínia, em *O Lustre*, como um movimento de mudança, que sugeriria a possibilidade de transformação da lógica

²⁰⁵Op. cit., p. 153.

falocêntrica, de ampliação de limites; enfim, de ultrapassagem de um ponto previamente determinado.

Para Castanheira a morte da personagem na escrita clariceana pode ser lida como uma espécie de "viagem" que, nesse caso, promove a suspensão do hiato entre o eu e o outro e promove o encontro do ser em si. A personagem de Lispector não se contenta com o herdado, o recebido, antes parte em busca de uma vida mais plena, mais de acordo com o sentido da liberdade exigido pelo seu eu mais profundo.

Segundo a autora, esses romances representam uma contribuição decisiva à questão dos gêneros. Joana e Virgínia são mulheres que, indiretamente, relutam em ser engolfadas por um sistema discricionário e falocêntrico que reservou à mulher o papel de coadjuvante do processo histórico e da construção da identidade feminina a partir do casamento e da maternidade.

Nesta pesquisa é possível perceber a desconstrução do lugar da mulher no casamento pelos textos femininos, ao constatar que diferentemente dos autores masculinos que condenavam as prostitutas a um fim trágico²⁰⁷, as fontes literárias levantadas mostram que entre sete romances escritos pelas mulheres, dois conduziam à morte a personagem casada, enquanto as prostitutas terminavam felizes, ricas e livres. Três romances teciam uma narrativa, cujas personagens femininas que se prendiam ao amor e ao casamento eram levadas à destruição e anulação de sua subjetividade, e dois apresentavam modos alternativos de vínculos amorosos em contraponto à ordem burguesa do casamento.

Dos quatro livros de contos de autoria feminina analisados, um subvertia a lógica patriarcal e apresentava personagens descasadas que fugiam ao padrão conjugal e três construíam personagens femininas insatisfeitas e aniquiladas tanto sexualmente quanto profissionalmente no casamento.

Estes indícios pesquisados, são exemplos contundentes desse pensamento crítico feminino ao casamento que se ampliava e reforçava na medida em que outras oportunidades além da esfera doméstica abriam-se à vida das mulheres.

²⁰⁶CASTANHEIRA, Cláudia. Literatura, mulher e subjetividade: Clarice Lispector. In: RAMALHO, Christina. (org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Editora Elo, 1999. p. 183-194.

²⁰⁷RAGO, Margareth. *Os Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. p.200

Talvez, como em nenhum momento, os reformadores sociais ficaram perplexos e temerosos diante de um número cada vez maior de mulheres que davam vazão à infelicidade em suas relações íntimas com os homens e buscavam dar forma aos anseios femininos de igualdade e independência via profissionalização e trabalho remunerado.

A urgência de relações íntimas mais compensadoras às mulheres, levantadas por muitas mulheres liberais, ou mesmo a possibilidade de extinção do relacionamento legal amoroso, como pediam algumas escritoras mais radicais, tinham espaço na sociedade brasileira nas décadas iniciais do século XX.

As reivindicações feministas no Brasil dos anos vinte no século XX contribuíram para uma feminização da cultura brasileira no período. É possível também que tenham sido ouvidas pelo sexo oposto e que o discurso de alguns homens se modificou em relação às mudanças operadas por algumas mulheres que fizeram uma leitura crítica do casamento em seus escritos.

Neste sentido, o capítulo III objetiva recortar a problemática do casamento nos escritos masculinos, especificamente o discurso médico, tentando observar como alguns intelectuais tematizaram o vínculo legal amoroso no Brasil, nas três décadas iniciais do século XX.

CAPÍTULO III

A TEMATIZAÇÃO DO CASAMENTO NO DISCURSO MASCULINO

4.1 Reformando o casamento

Em 1930 o eugenista Renato Kehl, justificando o papel assumido pelos médicos na regulamentação das relações íntimas entre homens e mulheres dizia que: *o casamento é uma instituição eminentemente social. Interessa mais a coletividade do que ao proprio individuo*²⁰⁸. E como nesse período histórico o *pater familia* perdia o poder de persuasão na escolha de casamento de seus filhos e os maridos cada vez mais encontravam dificuldades em reprimir e controlar o comportamento de suas esposas, os médicos e outros intelectuais brasileiros preenchiam este vácuo e tomavam o seu lugar²⁰⁹.

Tendência que acompanhava e complementava as tentativas crescentes do Estado de passar e se envolver em todos os aspectos da vida social, estendendo cada vez mais o controle e a vigilância pública sobre as relações conjugais e a ordem familiar²¹⁰. Este controle da família pelo Estado, acentuado nas primeiras décadas do século XX não era novo, como demonstrou Jurandir

²⁰⁸ KEHL, Renato. "Certificado medico pré-nupcial -regulamentação eugenica do casamento". Brasil - Medico, Rio de Janeiro, ano XLIV, n.º. 14, 04/01/1930, p. 161-167.

²⁰⁹ Resultado do esgotamento da ordem patriarcal - baseado numa política voltada para a manutenção e transmissão do patrimônio- onde a finalidade primeira da aliança matrimonial era de fortalecimento de grupos de parentesco - preservação da herança, dando espaço a formulação de um outro sistema de casamento, onde a escolha de um parceiro amoroso passa a ser uma união entre um homem e uma mulher - escolha entre indivíduos livres, de acordo com as idéias individualistas da modernidade. Jurandir Freire Costa assinalou a partir da metade do século XIX, um processo de medicalização da família que visava diminuir o poder patriarcal e aumentar o poder da família burguesa. Assim, homens e mulheres, maridos e esposas, deixam de ter um compromisso com a família patriarcal colonial e passam a ter um compromisso com a pátria. A família passou a exercer uma função primordial para a nação, seus integrantes deveriam estar cientes de seu papel na definição do futuro da pátria, tendo como principal responsabilidade produzir cidadãos fortes e contribuir para o aperfeiçoamento físico e moral da raça. Ver COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro. Graal, 1999. p. 79-110 e 215-255.

²¹⁰ Conforme nos informa Besse, o Estado não só apresentava incentivos materiais para estimular os casais a se casarem e a ter filhos, mas também empregava técnicas mais coercitivas para fazer cumprir as normas modernas. Entre estas, a aprovação das leis protetoras, que limitavam a participação das mulheres na força de trabalho, a utilização de sanções penais antigas e novas para punir infratores graves e o desenvolvimento de um corpo de assistentes sociais encarregados de monitorar o comportamento das famílias pobres. Cabe lembrar que há uma ampla literatura normativa em confluência com o estado divulgando as benéficas do casamento à homens e mulheres, no sentido de persuadir os indivíduos ao caminho inevitável da vida conjugal, endereçados especialmente ao sexo feminino, que serão trabalhadas e analisadas ao longo deste trabalho. Ver, BESSE. Op. cit., p. 64.

Freire Costa. Vinha ocorrendo desde o período colonial, em que o locus de atuação definido pela higiene naquele momento foi a família de elite agrária e no segundo momento a família burguesa cidadina²¹¹.

Em 1933, na introdução da segunda edição de sua obra *Psychologia do Adultério*, Lemos Britto lembrava que, passados treze anos entre a 1ª e a 2ª publicação de seu livro, verificava-se uma alteração significativa no que dizia respeito ao casamento, o amor e o adultério, e constatava que, *as dificuldades em que se debatia a instituição do casamento ao invés de minorar havia se agravado*²¹².

Segundo Lemos Britto, o excesso de mulheres solteiras que procuravam um marido após haverem perdido na luta os que deviam desposá-las, *fez derivar para a prostituição e o amor livre milhares e milhares de raparigas. (...) Isto produziu um profundo desequilíbrio social e sacudiu nos seus fundamentos a família, que já vinha batida pela crise econômica e por uma torrente de idéias hostis ao casamento*²¹³.

O discurso do autor mostrava a preocupação crescente, por parte de alguns intelectuais, com a crise da família e, por conseguinte, com o casamento na época, segundo o qual todos concordavam que os ataques que vinha sofrendo a instituição matrimonial representava um dos perigos sociais mais graves e intoleráveis, submetendo a instituição a um controle e uma vigilância cada vez maior.

No entanto, a atenção desses intelectuais concentrava-se sobretudo no fortalecimento das famílias de classe média, uma vez que os ataques ao casamento eram formulados em sua grande maioria pelas mulheres de classe média alta. Mas igualmente forte era sua preocupação com a preservação da família operária, já que se acreditava que famílias da classe operária, constituídas e estáveis, eram essenciais para pôr fim à militância operária, garantir a dominação masculina e assegurar o desenvolvimento físico e moral das crianças que iriam se tornar os futuros cidadãos da pátria²¹⁴.

²¹¹ Conforme o autor a higiene só iria começar a se preocupar com a população em geral, a partir da segunda metade do século XIX. Daquele momento em diante, o discurso normativo e disciplinador da higiene se estenderia a toda população brasileira.

²¹² LEMOS BRITTO. Op. cit., p. I -XXIV.

²¹³ Op. cit., p. II.

²¹⁴ BESSE. Op. cit., p. 64 e RAGO, Op. cit., Cap. I e IV.

Em suma, a controvérsia na sociedade a respeito do que vinham a ser relações conjugais saudáveis, modernizadas, gerava uma combinação complexa de estratégias de alguns discursos masculinos, que incluíam reformas, reajustes, controle, persuasão, incentivos e repressão para salvar o casamento como instituição legítima e transformá-la num pilar da ordem burguesa.

Alguns intelectuais, empenhados na luta para reformar o casamento, atacavam em duas frentes complementares. Devido a insatisfação feminina quanto às relações desiguais e autoritárias entre marido-mulher, estes estavam convencidos da urgência em estabelecer novos parâmetros mais equitativos nas relações conjugais, dando assim uma aparência de igualdade e reciprocidade aos casais, como meio de moralizar a instituição, tornando-a forte e estável novamente.

Neste sentido, muitos discursos masculinos procuravam também reajustar a vida conjugal aos ideais higiênicos, isto é, transformar os hábitos conjugais arcaicos em hábitos modernos e tornar o casamento mais higienizado. Para efetivar este propósito havia um consenso, entre os mais diversos intelectuais da época, da necessidade de promover casamentos estáveis, entre companheiros (e não entre inimigos, como se apresentavam os cônjuges no passado), de civilizar o amor e higienizar as relações sexuais no interior do casamento.

O objetivo arduamente perseguido pelas mulheres de diminuir as distâncias entre cultura masculina e cultura feminina, denunciando o abismo que separava os cônjuges passou a ser reelaborado em alguns discursos masculinos que, por sua vez, entendiam o distanciamento e a completa desigualdade entre homens e mulheres (até então aceitos como natural) como obstáculos à harmonia conjugal.

E não faltaram aliados empenhados no mesmo objetivo: dar ao casamento ao menos uma aparência de igualdade e reciprocidade entre os casais. Alguns intelectuais ridicularizavam a organização retrógada da vida conjugal que mantinha as esposas subordinadas às vontades maritais, descrito pelo psiquiatra Antonio Austregésilo Lima: *na constituição atual das sociedades, no casamento, a mulher perde toda a liberdade individual, tornando-se espécie de propriedade disfarçada do esposo. (...) não há pois liberdade sexual para a mulher solteira e para a mulher casada; há a escravidão mascarada*²¹⁵.

²¹⁵ LIMA. Op. cit., p. 224.

De acordo com ele, *as diferenças de caráter, de temperamento e de educação predispoem às rixas constantes ou frequentes entre os cônjuges*. Considerada pelo médico um problema grave e um obstáculo à compreensão mútua dos casais, as *incompatibilidades de gênio levam as lutas caseiras e perturbam a harmonia dos matrimônios*. (...) *A mulher está reservada a maior cota de sacrifícios a esse respeito*²¹⁶.

O promotor público Roberto Lyra acrescentava que subsistia ainda na sociedade brasileira traços medievais dos homens, que concebiam a esposa como propriedade, formados em sua maioria por: *maridos grosseiros, egoístas e tyranicos, acostumados a ver na esposa apenas o objecto de sua posse arbitraria, desapercebem-se taes individuos de que há nella uma alma que sente e se revolta*.

Para ele, os homens que insistiam em manter a mulher subjugada ao seu poder, constituía evidência de que continuavam presos aos instintos primitivos, essencialmente prejudiciais e nocivos à ordem civilizada²¹⁷. Nas palavras de Lyra cabia à lei penalizar e eliminar estes resquícios bárbaros e a idéia antiga de que:

o homem era responsável pelos actos da mulher, porque era o seu guia, o seu guarda, o seu mentor. (...) A palavra deste era acatada, e o seu conselho uma ordem, Elle era o senhor e o dono. O antigo poder do marido sobre a mulher investia-o de uma grave responsabilidade, pois, que, se a mulher um dia errava, era porque o marido não tinha sabido conduzir - a²¹⁸.

Aliás, o protótipo da mulher submissa, sem voz e sem iniciativa, que se permitia ser reduzida à posição de escrava não era vista com bons olhos pela maioria dos intelectuais nesse momento, como fazia questão de lembrar o promotor: *a mulher na sociedade burguesa, se*

²¹⁶Op. cit., p. 248-263.

²¹⁷LYRA, Roberto. *O amor e a responsabilidade criminal*. Prefácio de Afrânio Peixoto. São Paulo, Ed. Saraiva & Cia, 1932, p. 211- 226. O promotor público Roberto Lyra além de ser um dos fundadores em 25/02/1932 do Conselho Brasileiro de Higiene Social juntamente com os promotores Carlos Sussekind de Mendonça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Lourenço de Mattos Borges, também liderou campanhas para acabar com a tolerância social e legal em relação aos crimes passionais, exemplificado pela temática de seus escritos: "Polícia e justiça para o amor! (criminalidade artística e passional)". Rio de Janeiro, *A Noite*, 1937; "O amor no banco dos reus". *Revista de Direito Penal* 1 (1933): 219-25; "Educação sexual e Criminalidade". Palavras proferidas no centro de Educação Sexual a 20 de julho de 1933. *Revista de Direito Penal* 2 (1933): 43-44; "Prefácio". In: *O delicto passional na civilização contemporânea*. Tradução de Roberto Lyra. São Paulo, Saraiva, 1934.

²¹⁸LYRA, Op. cit., p. 219.

*considera livre, faz o que entende, vai aonde quer, a responsabilidade do marido é, pois nenhuma. (...) tem honra própria como o homem- responsabilize-se, pois, a mulher por seus atos*²¹⁹.

Neste sentido, muitos discursos masculinos afirmavam que a sociedade moderna precisava de mulheres que agissem por seu próprio senso de iniciativa, não de mulheres que estivessem imobilizadas por maridos tirânicos. Assim, o novo modelo da mulher moderna, livre, educada e consciente em vez de levar à ruína a base matrimonial, poderia revigorá-la, dando-lhe credibilidade novamente face ao desgaste que vinha sofrendo.

Sem dúvida, o ataque à forma desigual como estava organizada a vida conjugal, que impunha restrições às mulheres, possivelmente partiu primeiramente do sexo feminino, descontentes com a representação social a que estavam destinadas na estrutura matrimonial, mas acabou assumindo contornos diferenciados no discurso dos homens.

Conforme a leitura de alguns intelectuais, a forma encontrada para minorar os conflitos encabeçada pelas mulheres no interior do casamento, estava na defesa de relações mais equitativas entre homens e mulheres, cujo modelo de casamento moderno devia basear-se em maior igualdade entre os cônjuges.

Dentro do ideário burguês, a maioria dos intelectuais e profissionais masculinos do Brasil, nas décadas iniciais do século XX, consentiam que era preciso atender às reivindicações das mulheres e conceder maior autonomia e autoridade à esposa; empenhados como estavam em conter os conflitos dentro do casamento e postergar as mudanças fundamentais nas relações de gênero, indo desde os mais conservadores, como os médicos, Renato Kehl, Pedro de Alcântara Marcondes Machado, José de Albuquerque, Pedro Monteleone, Flaminio Favero, Joaquim Moreira da Fonseca, o jurista Viveiros de Castro, o integralista Plínio Salgado e o criminologista Lemos Britto, até os mais progressistas como Austregésilo Lima, Afrânio Peixoto, Antonio Gouveia, Heitor Prager Fróes, J. B. Olavarrieta, o promotor público Roberto Lyra e o juiz Nelson Hungria.

²¹⁹LYRA. Op.cit., p. 219.

O médico legista Afrânio Peixoto também entendia que a única forma de atenuar os conflitos no casamento, visto que o servilismo das mulheres era denunciado como origem dos conflitos, estava na tentativa de diminuir as distâncias entre os parceiros e lutar por maior igualdade e autonomia da mulher. Além de defender uma educação diferenciada para os sexos.

Afrânio Peixoto foi escritor, médico, educador, membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Nacional de Medicina e professor de Medicina Legal e Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; foi eleito deputado federal, em 1924 pela Bahia, cargo que ocupou até 1930, e tornou-se catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1932²²⁰.

Nos aspectos femininos, Afrânio Peixoto denunciava a ironia e a piedade concedida às mulheres, negava a suposta inferioridade das mulheres e condenava a associação entre peso de cérebro e quociente intelectual. Para ele, a mulher ideal, que se atingiria pela educação, seria uma mistura de Marta, a diligente, e Maria, a graciosa. Ilustrava essa afirmativa com a parábola bíblica de Lázaro de Betânia e suas duas irmãs, Marta e Maria²²¹.

²²⁰ Afrânio Peixoto em quase cinco décadas de trabalho, produziu uma das mais numerosas e variadas bibliografias brasileiras da primeira metade deste século, somando um total de 141 obras e a tiragem de noventa obras impressas, algumas com várias edições, alcançaram 599.200 exemplares. Escreveu tratados de medicina legal e introduziu o conceito de medicalização do crime, além de livros de higiene, poesias, novelas, romances, educação, biografias, estudos literários sobre escritores - Castro Alves e Camões, monografias sobre folclore, pensamentos, história, teatro e impressões de viagem. Na área de higiene publicou: *Climas e doenças do Brasil* (1907); *Elementos de Higiene* (1913); *Noções de Higiene*, dividido em 2 volumes, *Higiene geral e Medicina Preventiva* (1918). Seus livros de medicina legal revelam uma preocupação primordial com a eugenia, presente também em seus livros sobre higiene. Adepto dos ideais eugênicos, considerava o casamento precoce nocivo à saúde dos cônjuges, à sua fecundidade e à vitalidade dos filhos, propondo normas para um casamento eugênico e se tornou ao lado do médico paulista Renato Kehl, um propagandista da higiene matrimonial para a geração de filhos saudáveis. Ver MOTA, Joaquim Antônio César, LOPES, Eliana M. Teixeira, CÔSER, Silvana. Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947): ensaio biográfico. In: HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (org.) *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, Instituições e questão Racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993, p.189.

²²¹ Temáticas como a sexualidade e a mulher sempre interessaram ao escritor, tanto que seu segundo trabalho tratava da questão do adultério, intitulado, *A herança do adultério: Contribuição para o estudo de uma questão psicossociológica* (1898). Destacou-se em estudos de medicina legal e publicou, *Elementos de Medicina legal* (1916); *Psicopatologia forense* (1927); *Medicina legal dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais* (1932); *Novos rumos da medicina legal* (1934); *Criminologia e Sexologia Forense* (1934). O médico foi responsável pela mudança no código penal de 1940, que após os resultados do legista, passou a desconsiderar juridicamente a prova material da integridade, ou do hímen como fundamental para a configuração do delito contra a "Honra feminina". Momento em que a noção de virgindade passa então, dos limites físicos e entra definitivamente ao plano dos comportamentos. Ver CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000.

O projeto pedagógico do médico de alcançar a emancipação feminina pela co-educação dos sexos, tão arduamente perseguido em suas obras, tornou-se mais evidente em um dos seus livros mais conhecidos e divulgados, *A educação da mulher*, publicado em 1936²²².

Deixando bem claro que o projeto de educação feminina era restritivo e estava longe de ser efetivado em sua plenitude, o médico reiterava que a promoção da mulher defendida por ele²²³, em lugar de enfraquecer a instituição matrimonial como muitos pensavam, fortaleceria ainda mais e daria maior credibilidade à estabilidade familiar.

Numa visão misógina, o Dr. Afrânio Peixoto em *A Educação da Mulher*, pedia a educação sexual e o ensino da puericultura desde o curso primário e colocava a mulher como responsável pela melhoria da prole, reforçava o caráter distintivo de gênero ao entender somente como direito das mulheres uma educação para o aprimoramento de suas habilidades como mãe e esposa²²⁴.

Seguindo o mesmo tom de grande parte dos discursos masculinos da época, o servilismo feminino na aliança matrimonial e o exercício tirânico da autoridade masculina, passavam a ser condenados por Afrânio Peixoto.

Deslegitimando aparentemente a disparidade intelectual entre homens e mulheres, o autor entendia que as mulheres só podiam exercer os direitos de igualdade através da educação que as preparava para o conhecimento, para os deveres e as suas lícitas possibilidades, desaparecendo o grave problema: a desarmonia entre as capacidades intelectuais dos cônjuges, fonte inesgotável de suplício no casamento²²⁵.

Logo, de acordo com alguns discursos masculinos eram declaradas obsoletas, a *mulher doméstica, prisioneira do seu lar e sem horizonte*, refratárias da submissão civil e doméstica,

²²² PEIXOTO, Afrânio. *A educação da Mulher*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. A segunda versão desta obra foi reeditada em 1947, como, *Eunice, ou a Educação Nacional*, Rio de Janeiro, W. M. Jacson, 1947.

²²³ Há uma vasta produção discursiva de Afrânio Peixoto acerca dos preceitos morais destinados à mulher, tanto que na literatura, o seu tema único foi a mulher, *A rosa Mística* (1900); *a Esfinge* (1911); *A Bugrinha* (1922); *Uma mulher como as outras* (1928). Na área de educação o seu livro mais conhecido é *A educação da Mulher* (1936), que na edição de 1947 o autor muda o título do livro para Eunice, mantendo o subtítulo *A Educação da Mulher*, obra na qual o médico prescrevia mandamentos à felicidade conjugal a partir da educação da mulher, e *Marta e Maria* (1923).

²²⁴ Op. cit. p. 183-191.

²²⁵ Op. cit., p. 64-94.

ignorantes e dependentes. A sociedade moderna exigia um relacionamento, no qual a mulher funcionava como um complemento do marido, e ela assumiria as responsabilidades pelo lar com mais desenvoltura.

Assim, a mulher moderna, conforme a leitura de alguns intelectuais no período, deveria ser culta, educada e consciente dos direitos e deveres destinados a si próprios²²⁶, a fim de melhor atender às exigências do novo padrão de casamento moderno baseado no companherismo. Pautado na defesa de uma educação feminina orientada ao melhor desempenho do papel de esposa-mãe no interior do casamento e não para a emancipação efetiva da mulher.

A lógica do pensamento de alguns intelectuais pressupunha a emancipação feminina até um certo ponto. Esta emancipação só foi levada até onde se julgou necessária para minorar o conflito na vida conjugal levantada por algumas mulheres, e salvar a instituição. Em muitos escritos masculinos, a mulher deveria ser emancipada da figura de escrava do homem, no entanto, a sua esfera de atuação estava circunscrita ao espaço privado e aos papéis de esposa e mãe. Quando esses intelectuais falavam em emancipação, o que tinham como alvo era a liberdade da mulher para uma evolução na sua atuação dentro da família, não havia a possibilidade de elas se realizarem em uma existência longe do casamento e da família.

Mas esse campo de idéias, esboçado pelo pensamento de alguns intelectuais nas décadas iniciais do século XX têm longa data, conforme nos demonstrou Rosa Maria Barbosa Araújo. A separação da Igreja e do Estado no Brasil, no século XIX, foi um dos fatores de mudança na educação feminina, libertando a mulher da tutela católica. Por sua vez, os liberais clássicos não pregavam uma educação feminina voltada à emancipação da mulher, e sim uma melhor formação para o exercício de suas funções como esposa e mãe²²⁷.

²²⁶ Op. cit., p. 189.

²²⁷ ARAÚJO. Op. cit., p. 69-73. Ricardo Oliveira nos mostrou uma percepção diferenciada entre discurso masculino e discurso feminino em relação à educação feminina entre 1870-1910 no Brasil. De forma bastante instigante, o historiador observou um processo de independência do discurso feminino em relação à fala masculina, enquanto esses só percebiam o direito à educação feminina como meio de transformar as mulheres numa boa esposa e mãe. As mulheres por sua vez, aceitavam este papel e reconheciam a sua importância, entretanto, elas acreditavam que para serem realmente úteis deveriam exercer a plenitude de suas capacidades. Ver OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. *Educação, maternidade e progresso. Uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995. p.120.

Para a historiadora, em qualquer das correntes positivistas, havia uma nítida diferenciação nos objetivos da educação oferecida ao homem e a mulher. Os conservadores resistiam à intelectualização da mulher, temendo modificar sua imagem associada à representação de fragilidade e feminilidade. Mesmo que esta resistência masculina sofresse pressão diante dos avanços da educação feminina, cuja mentalidade de submissão era transformada pela atmosfera urbana liberalizante²²⁸.

Inseridos neste campo de idéias, os intelectuais médicos pressupunham que a nova mulher fosse liberada da ignorância, da tutela masculina pela educação, mas se esforçavam em delimitar até onde esta liberação feminina poderia ir, exortando as mulheres a não permitirem que a conquista de seus direitos interferisse no desempenho de seus deveres familiares mais essenciais, como ser esposa e mãe.

Isto significava que a aprovação da maioria dos reformadores e entre estes, os médicos, em traçar um perfil da mulher moderna, como seres livres e conscientes, não implicava necessariamente a supressão de todas as desigualdades entre os sexos. Se a submissão e opressão das mulheres na estrutura arcaica do casamento eram denunciadas como origens dos conflitos, temia-se igualmente a supressão total da hierarquia e da autoridade do marido, como fonte perigosíssima de conflito.

Os escritos de muitos homens, na época, acentuavam o respeito mútuo, em que a esposa era percebida como parceira do marido, podendo ser traduzido como a expressa obediência de cada sexo aos limites do domínio do outro, sem contudo desfazer, em definitivo, as hierarquias dos sexos. Atribuindo assim, ao marido e à mulher papéis complementares, mas nunca igualdade de direitos. Lembrava Afrânio Peixoto, *homens e mulheres não se opõem, complementam-se, iguais, mas diferentes. Cada um como a natureza o fez*²²⁹.

²²⁸De acordo com as estatísticas apresentadas pela autora, entre 1890-1920 eleva-se consideravelmente o percentual de mulheres alfabetizadas em relação ao total de população feminina. Em 1890 são 43,53%; em 1906 são 46,01%; e em 1920 já são a maioria, com um percentual de 55,77%. possibilitando a inserção destas mulheres em cargos públicos e em carreiras de nível superior no Rio de Janeiro no momento de implantação do estado republicano. Ver ARAÚJO. Op. cit., p. 69-73.

²²⁹ PEIXOTO. Op. cit., p. 161.

O Dr. José de Albuquerque um ano antes, em 1935, ao publicar uma série de conferências, pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual, intitulado *Educação Sexual pelo Rádio*²³⁰, já dizia que o propósito de libertar a mulher do regime tirânico imposto pelos homens não significava conferir-lhe estatutos de igualdade²³¹.

Tão errado era o critério de se considerar um ser inferior ao homem, quanto o de se lhe conferir fôros de igualdade. A mulher não é um ser inferior ao homens, não é igual, não é superior ao homem. A mulher é **differente**²³² do homem. Os sexos não existem senão para se completarem²³³.

Segundo o médico, as mulheres eram iguais socialmente, mas diferentes biologicamente, um sexo só se completava com o outro. Logo, corroborando as fronteiras sexuais e desfazendo as hierarquias "naturais", isso colocaria em risco a harmonia de gênero e as relações conjugais.

É bom lembrar que o código civil desde 1916 sacramentava a inferioridade da mulher casada ao marido, embora tenha feito uma concessão formal às reivindicações das mulheres de maior autonomia e autoridade: a esposa passava a ser descrita legalmente, como companheira, consorte, auxiliar nos encargos da família, porém continuou reafirmando a posição do marido como cabeça legal da família.

Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado e o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família. A nova ordem

²³⁰O médico José de Albuquerque se destacou como educador sexual. Fundou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (julho de 1933 no Rio de Janeiro). O círculo presidido por José de Albuquerque foi responsável pela criação do Boletim de Educação sexual, somando um total de 47 números publicados entre setembro de 1933 a outubro de 1939. Albuquerque além de ser um divulgador da educação sexual pelo país, conseguiu através da publicação quinzenal sobre o assunto, reunir jornais de todo o Brasil, autoridades, estado e lançar uma campanha nacional pela Educação sexual em 1933. Proferiu palestras sobre a temática pelo Brasil todo e atingiu os microfones da Rádio Cajuti e da Rádio Ipanema, onde foram irradiadas uma série de 25 conferências do autor, alcançando sucesso e divulgação de suas idéias. Obras do autor, *Educação sexual* (1934); *Educação pelo rádio* (1935); *Educação sexual e harmonia conjugal* (1935); *Catecismo de educação sexual para uso de educandos e educadores* (1940). Ver VIDAL, Diana Gonçalves, " Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 30". In: SOUZA, Cynthia Pereira. Org. *História da Educação: processos, práticas e saberes*, São Paulo, Escritura, 1998.

²³¹ Embora estas conferências tenham sido publicado pelo Círculo Brasileiro de Educação sexual, elas foram proferidas pelo educador-médico pela Rádio Cajuti da capital desde 22 de novembro de 1934, onde o médico iniciou uma série de palestras sobre o problema sexual no Brasil após a Semana de Educação sexual (1-7 de setembro de 1934), organizado pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual.

²³² O termo foi colocado em negrito pelo próprio autor.

²³³ ALBUQUERQUE, José. *Educação sexual pelo rádio*, Rio de Janeiro, Círculo Brasileiro de educação sexual, 1935.

jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem. Uma perversão jurídica - o direito da mulher casada, ao trabalho, iria depender da autorização dele ou, em certos casos, do arbítrio do juiz. A esposa continuou tendo que depender do marido para seguir uma profissão, administrar seus próprios bens, ou renunciar uma herança.

É possível visualizar em alguns textos masculinos nas décadas 20-30 do século XX, uma tentativa de redefinir a seu modo a nova feição dos vínculos amorosos na vida moderna brasileira, e assegurar a territorialidade das relações conjugais tão ameaçadas face ao crescente movimento de reivindicações das mulheres e de ampliação da esfera de atuação feminina no espaço público no período.

4.2 Civilizar o amor

O empenho de muitos intelectuais masculinos em transformar as relações desgastadas entre os sexos da ordem patriarcal por um modelo de relações conjugais saudáveis - o casamento de companheirismo, pensado como uma parceria que implicava tarefas e responsabilidades igualmente importantes e difíceis, ainda que diferentes aos cônjuges implicava também no esforço para civilizar o amor.

Se a intimidade e o amor não mais representavam interesses patrimoniais, eram encarados como o sustentáculo legítimo e ideal para garantir a estabilidade do casamento, seria necessário substituir as antigas noções do amor por idéias racionais e saudáveis que propagavam a razão em detrimento do sentimentalismo e da paixão.

O progressista Austregésilo Lima dedicou praticamente toda a sua obra *Comportamento Sexual*, de 1934, à educação dos instintos amorosos e à regulamentação da higiene sexual no interior do casamento. Para o psiquiatra carioca, *o amor deveria ser a base segura da liberdade sexual feminina; isto porém, em regra, não pôde ser feito fóra das leis do matrimônio*²³⁴. Entendendo que o amor constituía a única base segura do casamento moderno, o médico defendia a necessidade de eliminar *as paixões amorosas extremas, as dores morais excessivas, são males*

²³⁴ LIMA. Op. cit., p. 224.

*absolutamente prejudiciais a cada indivíduo de per si, e, não raro, à coletividade, os quais afligem o homem há século*²³⁵.

Nas palavras do médico, havia chegado a hora de os *homens [procurar] curar-se desses erros, que são pequenos é verdade, mas que se alastram às vezes, dominam o caráter de um povo e demonstram amiúde a degeneração das raças*²³⁶. Usando a mesma justificativa de Renato Kehl, de que o casamento interessava mais à coletividade do que ao indivíduo, Lima lembrava que a preocupação para civilizar o amor se constituía em um esforço de toda a sociedade.

Empenhado na luta por substituir as antigas ilusões e os impulsos desmedidos da emoção, considerados por ele como uma grave *moléstia social e idéias primitivas de falso romantismo do amor*²³⁷, por um amor moderado e higienizado, o psiquiatra endereçava aos nubentes o seu tom de crítica:

não sei se tais conselhos são aproveitáveis aos nubentes porque, na cegueira dos sentimentos, no impulso das forças eróticas, poucos se coíbem na execução do imperativos dos nervos, da mentalidade, dos desejos, dos caprichos, da volúpia, e às vezes da libidinagem²³⁸.

Em 1921, na obra *Educação da Alma*, Austregésilo Lima dizia que seguia a diretriz educadora acerca da psicoterapia, em que *alma e corpo precisam de bons elementos nutritivos para a harmonia da vida humana*²³⁹ e por isso o caminho a seguir nesta empreitada era a reeducação da alma.

A fórmula encontrada por ele para alcançar o equilíbrio emocional do indivíduo estava no domínio das paixões, fonte inesgotável de sofrimentos, e assim, expressava o médico:

o sentimento é a causa exclusiva dos sofreres, porque a dor moral, as paixões, os desesperos e as vinganças somente delas se originam. (...) pois dominado pelo coração, o homem vive, goza, mas

²³⁵ Op. cit., p. 11-12.

²³⁶ Op. cit., p. 12.

²³⁷ LIMA, Antonio Austregésilo. *Educação da Alma. Obras Completas*, Vol. IV, Rio de Janeiro, Guanabara, 1946. Esta obra *Educação da Alma*, teve a sua primeira edição em 1921, a segunda edição em 1932 e republicada, em 1946, em obras completas.

²³⁸ LIMA, Antonio Austregésilo. *Comportamento Sexual*. Op. cit., p. 257.

²³⁹ No prefácio de cada edição da obra, o autor lembrava que o livro seguia a diretriz educadora -reeducação da alma e do pensamento em busca do equilíbrio das emoções e à causa das mesmas.

sobretudo se martiriza. Educai-vos na escola da alegria e do dever, porque a dor não vos será hóspede perpétuo do coração²⁴⁰.

De acordo com Austregésilo Lima, não havia mais espaço na sociedade moderna para o cultivo de um amor perverso, doentio e acrescentava:

nunca o homem ou a mulher devem escravizar-se cegamente um ao outro. (...) Porque os homens, porém sobretudo a alma feminina, dão demais o coração; envenenam-se com o romantismo falso do amor; sublinham exageradamente as essências das paixões; imaginam idéias falsíssimas; constroem símbolos amorosos incompatíveis com a natureza humana, o resultado logo se vê; desarmonias, desentoesamentos, inconstâncias, desilusões; erros que se não mais podem emendar, desventuras soluçantes; corações estafegados, almas enfêrnas, vidas fraturadas²⁴¹.

Alguns discursos masculinos na época entendiam que não eram compatíveis com a sociedade moderna, sentimentos exacerbados e descontrolados e imediatamente declaravam o fim do amor romântico e saudavam um novo amor moderado e sadio. Afrânio Peixoto ardoroso defensor da domesticação das paixões dizia:

só as actividades limitadas, os impulsos contidos é que permitem a vida em sociedade. Os instintos soltos da besta, as paixões ingovernáveis, seriam a desordem e o exterminio. Contidas as paixões, endereçadas ao bem commum, o apaixonado que sublinha em actos altruistas, adquire timidez que reprime, as sollicitações egoistas²⁴².

O promotor Roberto Lyra somando esforços no mesmo sentido, propagava o domínio da razão sobre os instintos: *o homem que por paixão pratica o mal começa por ceder a essa paixão a sua razão e a sua vontade, elle pode resistir desde o começo, e resistindo vencerá. (...) A razão pode e deve conter as paixões. Tudo a serviço da sociedade e bem dos homens*²⁴³.

Segundo o legista Afrânio Peixoto, a onda de sentimentalismos e o romantismo do século XIX, havia *experimentadas as calamidades do sensualismo individualista*, a ponto de exaltar inclusive *no seu delírio á glorificação dos crimes passionais*²⁴⁴. Tal era a preocupação de Afrânio

²⁴⁰ LIMA, Antonio Austregésilo. Educação da Alma. op. cit., p. 153-155.

²⁴¹ LIMA. Op. cit., p. 180-181.

²⁴² PEIXOTO, Afrânio. " Prefácio". In: LYRA, Roberto. *O amor e a responsabilidade criminal*. São Paulo, Saraiva, 1932. p. 9- 12.

²⁴³ LYRA. Op. cit., p. 101 e 131.

²⁴⁴ PEIXOTO. Op. cit., p. 12.

com os crimes passionais, resultante dos impulsos emocionais, que o autor dedicou um artigo, publicado na Revista de Direito do Rio de Janeiro, em 1932, à temática²⁴⁵.

No entender do legista, o romantismo *permitia todas as desordens da paixão*²⁴⁶ e gerou na sociedade o amor perverso e assassino, mas que estava sendo banido e substituído pelo amor moralizado e pelo afeto domesticado. A saída para ele, se concentrava logicamente num amor moderno, baseado no *self-control*, ou seja, a razão era o meio mais eficaz para inibir e conter os "crimes de paixão".

começa-se a deixar na sombra o caracter passivo das impulsões affectivas e a importancia pejorativa que se ligava à palavra paixão tende a desaparecer, [e] o romantismo deve morrer com o individuo e suas aberrações economicas, politicas, passionais²⁴⁷, para dar lugar ao self-control, com que pelo dominio de si mesmo, um bruto animal impulsivo se faz em homem civil e polido, que apenas deve reagir com a lei²⁴⁸.

Susan Besse observou uma ampla campanha contra os crimes da paixão encabeçadas por juristas, mulheres e homens de letras, entre 1910-1940. Na prática tratava-se de um crime masculino, envolvendo o assassinato de mulheres ou de seus parceiros, por maridos, noivos, pais e irmãos. Embora, como lembra Besse, os crimes da paixão não fossem de forma alguma um fenômeno novo no Brasil repentinamente, eles começaram a ser vivenciados como algo particularmente ameaçador, levando os mais diversos segmentos sociais do período, a abraçarem a campanha para acabar com a tolerância social e legal em relação aos crimes passionais²⁴⁹.

Os reformadores na época entendiam que para civilizar e elevar a sociedade brasileira não bastava que a razão e a racionalidade triunfassem na esfera pública; o ódio ciumento e o uso de violência pelos homens contra as mulheres na esfera privada tinham também que ser controlados.

²⁴⁵ PEIXOTO, Afrânio. "Crimes passionais". *Revista de Direito - civil - commercial e criminal*, Rio de Janeiro, Livraria Jacynto, 1932, p. 254-269.

²⁴⁶ Op. cit., p. 261.

²⁴⁷ Op. cit., p. 261-262.

²⁴⁸ PEIXOTO. "Prefacio", Op. cit., p. 10.

²⁴⁹ BESSE, Susan. "Crimes Passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil": 1910-1940. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. (org.). *A mulher e o espaço público*. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto/setembro de 1989. p. 181-197.

Portanto, procuravam instituir o direito e o dever do Estado em impor padrões, retirando o poder dos maridos sobre as esposas²⁵⁰.

A historiadora constatou que após 1940 a preocupação dos intelectuais com os crimes da paixão diminuiu, ainda que os assassinatos de esposas certamente não tivessem se tornado um resquício do passado, sugerindo que por trás do problema manifesto, os assassinatos das mulheres, encontrava-se uma preocupação social maior: a consolidação de uma ordem burguesa, estável, moderna e a proteção da instituição familiar. Isto, por sua vez, requeria a imposição de padrões higiênicos de vida sexual e familiar que pudessem garantir a estabilidade da família nuclear hierárquica. Uma vez que a legitimidade e a estabilidade da família deixaram de ser uma questão pública, o alerta sobre os crimes da paixão desapareceu²⁵¹.

Neste sentido, o direcionamento do amor (base do casamento moderno) às suas finalidades sociais e biológicas, passava a ser considerado pelo discurso de alguns homens, uma questão de ordem pública e fundamental ao progresso social, expressava Afrânio Peixoto: *civilização não quer dizer só progresso material, mas inibição das tendências violentas e egoísticas, substituídas por hábitos de moderação, indispensáveis à ordem pública*²⁵².

O amor regulado era enxergado pela maioria dos intelectuais como a única base segura dos casamentos modernos. Bastante otimista, Austregésilo Lima previa: *parece, felismente, que no mundo inteiro, à proporção que o homem se civiliza, a impetuosiidade do amor diminui.. O romantismo vai se lentamente afogando, tornando-se lendário, e a escola dos fatos possíveis inaugura-se na humanidade, mais bem preparada para amar*²⁵³.

²⁵⁰ Segundo Besse a campanha de alguns promotores públicos, como Roberto Lyra, Carlos Sussekind de Mendonça, Nelson Hungria contra os crimes passionais na década de trinta do século XX, logrou êxito ao se conseguir uma revisão no Código Penal de 1940 a fim de que a emoção ou a paixão deixassem de excluir a responsabilidade criminal. Ver BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil -1914-1940*. São Paulo, Edusp, 1999. p. 90-91.

²⁵¹ BESSE. Op. cit., p. 194-197.

²⁵² PEIXOTO, Afrânio. *Elementos da Medicina Legal*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2ª. Edição, 1914. p. 25-27. A primeira edição desta obra foi publicada em 1910.

²⁵³ LIMA, Antonio Austregésilo. *Educação da Alma*, Op. cit., p. 283.

Aceito e desejável, o amor entre os casais deveria estar mais próximo dos princípios médicos e higiênicos, nunca da sedução, isto é, dessexualizado e direcionado à procriação, circunscrito à esfera da legitimidade do matrimônio.

Empolgado, Austregésilo Lima, dava as boas vindas ao amor higiênico e controlado, sentimentos brandos, cultivados diariamente pelos parceiros e que levaria ao fortalecimento dos laços amorosos. Na busca de "união para toda a vida", a referência normativa de afetividade apregoada por muitos discursos médicos nos anos vinte e trinta do século XX, buscava tornar as relações conjugais mais fortes e, se possível, indissolúveis.

O Dr. Austregésilo ciente deste propósito, definia: *a única base é a doçura amável dos sentimentos. As paixões violentas devem ser afastadas, porque são inúteis e prejudiciais. (...) O homem deve ter sempre a alma soprada pela brisa das comorações e não pelo furacão das indomáveis paixões que são de si fartamente peçonhentas*²⁵⁴.

Conforme a prescrição do amor civilizado, difundido aos casais por alguns intelectuais médicos, o sentimento duradouro não estava no prazer efêmero mas sim no amor sereno. Austregésilo Lima declarava: *quanto mais forte a paixão menos duradoura, como qualquer tempestade. O verdadeiro amor tem que ser sereno para ser persistente*²⁵⁵.

Os aconselhamentos matrimoniais propagados pelo pensamento de alguns homens lembravam aos casais que não esperassem a permanência dos impulsos iniciais, estes eram passageiros, mas procurassem o amor verdadeiro, aquele que chegava com o tempo de convivência do casal, muito mais durável e muito mais útil à sociedade. Nas palavras do médico, após ter passado o sentimento inicial entre os casais,

surgem depois elementos que completam ou substituem o primeiro impulso, como a impregnação afetiva, a amizade, o convívio, o hábito, a necessidade dos carinhos, a elevação dos sentimentos, a doçura do lar, os elos da família, a transmutação do amor filial, o conjunto, enfim que dá aos seres humanos a beleza, a elevação, o encanto da existência cercada de carinhos e coroada de afetos²⁵⁶.

²⁵⁴ LIMA, Op. cit., p. 167 e 290.

²⁵⁵ Op. cit., p. 291.

²⁵⁶ LIMA, Op. cit., p. 291.

Os casais eram instruídos, pelo discurso de muitos médicos no período, a transformar o sentimento arrebatador inicial em amizade conjugal, *na mútua estima e amizade dos esposos*. Mais próxima do ideal de amizade amorosa, e longe dos arroubos sentimentais, que se desgastavam com o tempo. Enfim, como dois seres distintos que fundissem existências e afastassem para bem longe a ameaça do divórcio, conforme as palavras do Dr. Austregésilo Lima:

o amor não morre com o casamento, modifica-se. As naturezas adaptam-se, os caracteres defrontam-se; surgem crises sentimentais, explosões de humores, diferenças de pensamentos, irregularidades de alma, desarmonia de ação, mas habitualmente, no casamento, persiste o amor, não o amor paixão, o amor violência, o amor entusiasta, mas a união serena e bela, harmoniosa e bela, harmoniosa e às vezes complacentes, que produz a formação do lar²⁵⁷.

A exaltação amorosa inicial deveria ser passageira, caminhando para um sentimento estável, capaz de fortalecer cada vez mais a união entre os sexos, do contrário poderia levar à dissolução do vínculo legal amoroso, lembrava Lemos Brito na década de vinte do século XX, *o lar terminando o período da exaltação amorosa, desabar, primeiramente dominado pelo tédio, depois pelo ódio, depois pelo abandono e suas conseqüências inevitáveis*²⁵⁸.

O amor higiênico e indissolúvel presente nos discursos de muitos intelectuais nas décadas de 20-30, no Brasil, trazia em sua acepção o desejo de brevar a instabilidade emocionais do amor conjugal e afastar os perigos da dissolução da instituição e da geração familiar. Tanto que o amor disciplinado era referenciado pelos médicos por ser mais espiritual, mais puro e mais digno, a melhor fórmula encontrada para assegurar a estabilidade do casamento.

Segundo Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, o vínculo conjugal com ênfase na amizade entre os cônjuges era muito próximo ao pensamento da época. O casamento nutrido pelo sentimento de amizade era para conter os excessos; a arte conjugal era encantar, agradecer, mas jamais se comprometer com os desejos sexuais²⁵⁹.

²⁵⁷ Op. cit., p.253.

²⁵⁸ LEMOS BRITTO. Op. cit., p. 202.

²⁵⁹ A Constituição de 1934 não somente manteve a proibição do divórcio, como insistira a Igreja, mas também reconheceu o casamento religioso (além do casamento civil que, a partir de 1890, fora a única forma legalmente reconhecida de casamento). Neste sentido o Estado estava de acordo com a igreja em proibir o divórcio, concordando que a permanência da proibição do divórcio era necessário à defesa contra a dissolução da instituição da família. O divórcio só foi legalizado no Brasil, em 1977, mas a nova lei permitiu que a pessoa se divorciasse somente uma vez durante a vida. Ver BESSE. Op. cit., p.72-73.

Mais próximo do ideal de amizade amorosa, pretendia-se purgar os exageros e os percalços das relações conjugais de modo a torná-las mais fortalecidas e afastar cada vez mais a ameaça do desquite tão em voga na cabeça das mulheres. Na busca da união para toda a vida, o casamento encontrava sua razão de ser na mútua estima e amizade dos esposos²⁶⁰.

Mais ainda, dizia Lemos Britto, a duração do amor e a estabilidade familiar não seriam garantidas quando o amor cimentava a união, mas quando este fosse capaz de inspirar *um sentimento de dever e de ordem, vem servi-lhe de sustentáculo e fazei-o passar ao rol das cousas imutáveis e indiscutíveis*²⁶¹.

Nesta acepção do criminologista, o amor durável ou higienizado pressupunha, dos homens e das mulheres, um sentimento de dever e resignação, isto é, cada sexo deveria respeitar os limites do outro dentro das hierarquias de gênero: *o homem como a mulher, desde que se fundem no amor a sua união e a desenvolvam no sentimento do dever, da abnegação e da honra, nenhuma felicidade mais pura se depara*²⁶².

Conforme a leitura de Lemos Britto, o amor regrado, base sobre a qual se alicerçavam as famílias, implicavam dos casais, especialmente das mulheres, novas e difíceis responsabilidades, como o sentimento de dever, que poderia ser traduzido em manter à estabilidade familiar e os papéis de gêneros a elas destinados na ordem social e, mais ainda, cabia à mulher a responsabilidade em inibir os sentimentos e equilibrar os afetos na relação conjugal.

Deste modo, o criminologista reforçava e ampliava o discurso de muitos intelectuais da época, que prescrevia o papel "natural" da mulher como gerente racional da vida doméstica e como socializadora inteligente da geração futura²⁶³.

Para Lemos Britto, a organização da família sobre a base de um *verdadeiro amor* não poderia ser considerado como a satisfação de um desejo individual, mas como um ato social e coletivo, pois, *como a criação de uma unidade toda nova, que, sob a forma de família, é o*

²⁶⁰ MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. "Recônditos do mundo feminino". In: SEVCENKO, Nicolau. (org). *História da vida privada*. São Paulo, Companhia das Letras, Vol. III, 1998, p.369-421.

²⁶¹ LEMOS BRITTO. Op. cit., p. 204-205.

²⁶² Op. cit., p. 52.

²⁶³ A idéia da mulher como guardiã da moral e da espécie se manifestava de forma mais contundente no discurso do conservador Renato Kehl. Em suas palavras: *a influência da mulher é incisiva no tocante ao futuro da espécie. A mulher, em face da biologia humana, representa o elemento de garantia conservadora por excelência, enquanto o homem representa o fator ativo da evolução. São forças cruzadas para o indispensável do todo. A mulher, constitui, em outros termos, o reservatório das energias potenciais da espécie, enquanto o homem é a energia ativa, em permanente estado de impulsão*. KEHL, Renato. *Perguntas a um eugenista*, Rio de Janeiro, Canton & Berger, 1927, p. 3

*elemento constitutivo do proprio estado*²⁶⁴. Usando o mesmo argumento dos higienistas, o autor dizia que a inibição de tendências violentas por hábitos moderados garantiria uma vida saudável e estável aos cônjuges, segundo a qual dependia o triunfo da família e a civilização do país²⁶⁵.

O amor civilizado como garantia da estabilidade matrimonial conforme o pensamento de alguns intelectuais nos anos 20-30, na sociedade brasileira, trazia em sua acepção os ideais eugênicos que defendiam a norma saudável do casamento, ou seja, a forma encontrada pelos eugenistas para constituir relações sólidas e capazes de restituir o amor às suas verdadeiras finalidades biológicas, quer seja, a reprodução de uma prole perfeita e cidadãos sadios para a ordem burguesa²⁶⁶.

Nesta perspectiva, o eugenista Renato Kehl, em 1925, lançava um livro como complemento ao seu volume anterior, rapidamente esgotado, intitulado *Como escolher um bom marido*. Em ambas as edições o autor expunha as bases de um amor civilizado, discutia como conciliar o "problema matrimonial" e ensinava aos leitores a escolha de "um bom partido", conforme os preceitos eugênicos. Exemplificado pelas palavras do médico, *a tendência atual é para **civilizar** o amor, orientando-o para o benefício dos que se casam e da espécie*²⁶⁷.

²⁶⁴ LEMOS BRITTO. Op. cit., p. 205.

²⁶⁵ Os conselhos matrimoniais eram endereçados sobretudo às mulheres, tanto que Renato Kehl lançou primeiramente a obra, *Como escolher um bom marido* e ademais publicou-se relativamente pouca literatura de instrução aos homens sobre como escolher uma esposa. A maior parte dos livros que descreviam as qualidades de uma boa esposa, dirigia-se antes às jovens do que aos rapazes.

²⁶⁶ Ver o interessante trabalho de Nancy Stepan, *"The Hour Of Eugenics": Race, Gender, and Nation in Latin America Latina*. Ithaca, N.Y., Cornell University, 1991, onde a autora explorou como a eugenia introduziu-se no discurso científico e no debate social nos anos 20-30, do século XX, em alguns países da América Latina, entre eles o Brasil, e como ele tornou-se fonte de afirmação interpretativa entre os vários grupos, procurando usá-lo para seus diferentes projetos políticos, e sobretudo, como a eugenia definiu as distinções culturais e biológicas de gênero e como a raça e o gênero intervieram para construir novas imagens e práticas sociais da nação "apta". Consta da autora o artigo, "Raça e gênero: o papel da analogia na ciência". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (org) *O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

²⁶⁷ KEHL, Renato. *Como escolher um bom marido*. Op. cit., p. 58. O negrito é do próprio autor. O médico paulista Renato Kehl representava um dos nomes de maior destaque na defesa das idéias eugênicas no país. Além de escrever inúmeros trabalhos de eugenia foi fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918 e da Comissão Brasileira Central de Eugenia, em 1931, e membro da Sociedade Internacional de Eugenia, publicou inúmeros panfletos e artigos nos jornais, *A Gazeta Clínica*, *Imprensa Médica*, *Brasil - Médico* e foi o editor do *Boletim de Eugenia*, com sede no Rio de Janeiro, mas de circulação nacional. Publicou várias obras de destaque, entre as quais, *Como escolher uma boa esposa* (1925); *A cura da fealdade* (1923); *Eugenia e medicina social* (1923); *Bíblia da saúde* (1926); *Lições de eugenia* (1929); *A eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico* (1929); *formulario de beleza* (1927); *Livro do chefe da Família* (1930); *Pais, médicos, mestres: Problemas de educação e hereditariedade* (1939); *Perguntas a um eugenista* (1927); *Por que sou eugenista: vinte anos de campanha eugenista* (1937). Além dos textos publicado no *Brasil - Médico*, *A esterilização sob o ponto de vista eugenico* (26 de março de 1921) e *Certificado medico pre-nupcial - regulamentação eugenica do casamento* (04 de janeiro de 1930).

A norma saudável do casamento endereçados à população brasileira por muitos eugenistas nas décadas de 20-30, vinha acompanhada do sentimento de dever e responsabilidade dos cônjuges com as gerações futuras e a formação de um corpo sadio para a nação. Isso pode ser traduzido, como a necessidade crescente do Estado em conformidade com o pensamento de muitos médicos na época, em procurar legitimar o casamento e a família nuclear como instituições "naturais" e socialmente necessárias a todos, e com isso, reforçar e assegurar a permanente subordinação dos interesses individuais das mulheres aos interesses coletivos.

Freqüentemente as moças eram lembradas, pelo médico Kehl, da importância da abnegação e das obrigações conjugais:

quem se une pelos laços de matrimônio, não deve apenas preocupar-se com a satisfação dos próprios interesses, descuidando de sua descendência, lembrai vos que não sois senão efêmeros depositários de um legado eterno. Quando recebemos este legado, que é a vida, a saúde e a beleza, temos o dever de transmiti-lo íntegro aos descendentes²⁶⁸.

José Leopoldo Ferreira Antunes ao analisar o pensamento médico no Brasil, entre 1870-1930²⁶⁹, observou que a maioria dos médicos nas décadas iniciais do século XX, influenciados pelas idéias eugênicas no país, defendiam a necessidade da polêmica implantação do exame médico pré-nupcial obrigatório, entendidos por eles como a melhor forma de submeter o casamento aos critérios higiênicos de seleção de parceiros e garantir a descendência sadia da população brasileira, mas sobretudo reafirmar e ampliar o controle do saber médico sobre as relações íntimas entre homens e mulheres.

Segundo Antunes, a implantação do exame médico pré-nupcial obrigatório era uma antiga reivindicação da categoria médica. Já em 1892 quando a Academia Nacional de Medicina discutia a profilaxia da tuberculose, o doutor Agostinho Souza Lima proclamava a necessidade da medida, e em 1902, o mesmo médico voltou ao assunto do exame obrigatório quando a Academia de Medicina discutia a profilaxia da sífilis.

²⁶⁸ Op. cit., p. 19.

²⁶⁹ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Ed. Unesp, 1999.

Nos anos 20, o doutor Renato Kehl, entusiasta da eugenia abraçou com empenho a reivindicação, representando à Academia Nacional de Medicina, em 2 de setembro, e à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1920, para solicitar que estas agremiações enviassem ao Congresso Nacional petição de emenda ao Código Civil, impedindo o casamento de indivíduos inaptos para a "boa reprodução"²⁷⁰.

Outro defensor do exame pré-nupcial obrigatório foi Afrânio Peixoto, que eleito deputado federal pela Bahia, em 1926, pronunciou-se a respeito, apregoando que o exame aos nubentes seria a "salvação da raça", pelo saneamento do amor e da família e defendia que o Código Civil fosse reformado por lei complementar incorporando o exame obrigatório²⁷¹.

Apesar da insistência com que tantos médicos defenderam o exame pré-nupcial obrigatório, a medida nunca chegou a ser implantada no Brasil, o que demonstrava limites para a capacidade de intervenção da categoria médica no período, acrescenta José Leopoldo²⁷².

De qualquer modo, a preocupação pública de muitos discursos médicos com a implantação do exame pré-nupcial obrigatório no país reforçado e ampliado na década de 20-30 com a propagação das idéias eugênicas²⁷³, possivelmente denotava que a legitimidade, a estabilidade conjugal e a hierarquia entre os sexos estavam ameaçados, e se tornava um questão pública de forte interesse entre os intelectuais na época, face aos freqüentes discursos de emancipação feminina e de crítica ao regime legal amoroso assumido por muitas mulheres.

Nesta direção de análise Sueann Caulfield mostrou o papel de destaque ocupado pelos juristas brasileiros, entre 1918-1940, na redefinição e no controle da sexualidade feminina.

²⁷⁰ Renato Kehl defendia que a melhor estratégia para sanear o amor, a família e submeter o casamento à tutela dos preceitos eugênicos era a aprovação do exame pré-nupcial obrigatório. Consta do autor na revista *Brasil - Medico* de 04/01/1930, um artigo intitulado: "Certificado Médico Pré-Nupcial - Regulamentação Eugênica do Casamento", onde o médico expunha a necessidade da regulamentação do casamento sobre bases eugênicas e compartilhava da convicção de que a regeneração nacional dependia da saúde moral e física de cada indivíduo na família assegurado pelo seleção conjugal higiênica. Ver KEHL, Renato. "Certificado Médico Pré-Nupcial - Regulamentação Eugênica do Casamento". In: *Brasil - Medico*. Rio de Janeiro, Anno XLIV, Sodré & Cia Editores, 4/01/1930.

²⁷¹ Op. cit., p.193-208.

²⁷² Op. cit., p. 208.

²⁷³ Acerca da forte inserção dos ideais eugênicos de regeneração e embranquecimento da raça brasileira, marcadamente presentes em congressos médicos, em propostas pedagógicas e em discursos parlamentares nos anos 20-30 no Brasil, ver o trabalho de MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, Ed. Unicamp. 1994.

Conforme nos informa a historiadora, a definição da "honra feminina" baseada na determinação da virgindade foi precisada com rigor nos códigos penais, sobretudo no século XX, visando punir os crimes sexuais que ameaçavam tanto os códigos morais quanto o corpo social e o futuro da nação²⁷⁴.

Para Caulfield a jurisprudência, ao punir os crimes sexuais em "defesa da honra feminina" reforçava e difundia seus propósitos misóginos de normalização da sexualidade das mulheres, circunscrita ao modelo de "mulher honesta", moldada para se direcionar ao casamento em oposição a mulher pecadora/prostituta²⁷⁵.

Nesta perspectiva, seria necessário como demonstrava o discurso do conservador Renato Kehl, submeter o casamento à tutela dos padrões higiênicos através do exame pré-nupcial obrigatório, e assim, ampliar e reforçar a intervenção do poder público sobre as relações conjugais, e cada vez mais o Estado assumir um papel central na reconstituição da ordem familiar como forma de conter a contestação à hierarquia entre os sexos e submeter o gênero feminino à tutela masculina²⁷⁶. Pronunciava o médico:

Em setembro de 1920 apresentei a Academia Nacional de Medicina uma representação pedindo que fosse suggerida ao poder Legislativo a necessidade de defender a família brasileira pelo estabelecimento das exigencias já referidas, do exame pré-nupcial e a proibição matrimonial a todos os individuos inaptos para a procriação hygida. (...) sem a intervenção do poder publico, não haveria o que ponha termo a essa desgraça social²⁷⁷.

E mais ainda, a profilaxia do casamento ligava-se às estratégias implementadas pelos médicos eugenistas, articulados a um projeto político/nacional de definição e embelezamento da raça e de uma verdadeira cruzada de regeneração da sociedade brasileira.

²⁷⁴ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000 e ABREU, Marta & CAULFIELD Sueann. "50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular" (1890-1940). In: *Espaço Feminino*, Revista do Núcleo dos Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a mulher, UFU, Uberlândia, Vol.2, nº1/2, 1995.

²⁷⁵ Op. cit.

²⁷⁶ O controle do estado sobre a família se tornou mais forte com a tomada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, e a imposição do Estado Novo Autoritário em 1937 abriu caminho para o Estado assumir um papel central na reconstituição e defesa da família. Leis Federais e políticas com respeito à educação das mulheres, ao casamento, à organização familiar, à segurança, à saúde, ao controle da natalidade e ao trabalho ajudaram no fortalecimento da família nuclear na década de 30 do século XX no país. Ver Susan Besse. "Crimes Passionais", Op. cit., p.195 e Maria Valéria Junho Pena. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, 1981. Cap. IV.

De qualquer forma, o propósito dos eugenistas de adequar as uniões conjugais, de maneira que viessem produzir uma prole sadia e perfeita inscrevia-se numa empresa de saneamento biológico, regeneração moral do homem, e especialmente da mulher que, segundo Kehl, defendê-la quando grávida, era *cultivar a sementeira nacional, [era] proteger o futuro*²⁷⁷.

Esta perspectiva profilática da união conjugal só foi possível quando, na década de 20, o uso no Brasil, das teorias racistas começaram a afirmar que a "degenerescência obtida através da hibridação" não devia ser pensada enquanto fenômeno irreversível. Os mestiços passaram então, a ser divididos em "maus ou "bons", ou seja, os absolutamente enfermos, alcoólatras, loucos, epiléticos, não teriam outra solução a não ser sua separação da parte "boa" da nação²⁷⁹.

Neste sentido, o método, além da educação sexual, era a proibição de casamentos entre tarados e a segregação de deficientes, degenerados e criminosos, cujos exames de sanidade dos nubentes, dava ao médico o poder da decisão final da habilitação. Era dever do Estado, como insistia Kehl, proteger a família e, dos médicos, que se denominavam evangelistas da harmonia social, sanear fisicamente a raça humana, etapa necessária para conseguir o saneamento político²⁸⁰. Ao lado da introdução física como forma de obter a perfeição humana²⁸¹, a profilaxia matrimonial foi a base indispensável do saneamento da população brasileira no período.

Um grande cultor e propagandista da higiene matrimonial e veemente defensor do branqueamento e da melhoria da raça brasileira no período, o médico legista Afrânio Peixoto, além de encontrar na profilaxia do casamento a saída para a prevenção da criminalidade, propunha medicamentar todas as áreas de conhecimento, do direito à educação, e submeter os interesses individuais ao coletivo das leis eugênicas, legislando sobre todos os aspectos da vida humana, desde antes de sua fecundação (atestado médico dos nubentes para autorização do casamento)²⁸².

²⁷⁷ KEHL, Op. cit., p. 164.

²⁷⁸ KEHL, Renato. *Eugenia e medicina social*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1920.

²⁷⁹ SCHUARTZ. Op. cit., p. 216.

²⁸⁰ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, São Paulo, Papirus. p. 75.

²⁸¹ SOARES. Op. cit., p. 142-159.

²⁸² A monografia que concedeu o título de médico ao Dr. Afrânio Peixoto, aos 21 anos de idade, na faculdade de Medicina da Bahia, altamente elogiada por Nina Rodrigues, intitulada: *Epilepsia e Crime* (1889) cunhou o conceito de *medicalização do crime*, O traço comum deste conceito estava na estreita relação entre o crime e a sexualidade, mote que pautou toda a sua obra na área de medicina legal. Ver PEIXOTO, Afrânio. *Novos rumos da medicina legal*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1932; *Sexologia Forense*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1934.

Enfim, o Dr. Afrânio Peixoto fazia parte da geração de eugenistas e sanitaristas que lutaram contra os "vícios" e os "venenos sociais" numa cruzada eugênica, nas décadas 20-30 do século XX, no Brasil, cujo objeto de intervenção primeiramente era disciplinar higienicamente a realização dos casamentos e promover a educação sexual entre os nubentes, pois o interesse do indivíduo, da família, da prole, da raça e do próprio futuro da nacionalidade cabia à medicina e, portanto, à classe médica o dever de indicar o verdadeiro e legítimo caminho a seguir²⁸³.

É possível dizer que, se por um lado a maioria dos discursos masculinos da época contribuíram para ampliar na esfera pública o lugar social da mulher no casamento e afirmar a sujeição do gênero feminino, reforçados ainda mais nos anos 20-30 com a difusão da profilaxia matrimonial, proposto pelos eugenistas como garantia da herança biológica da espécie. Por outro lado, possivelmente o discurso de alguns homens tenha se modificado em relação às mudanças operadas por algumas mulheres que assumiram uma leitura crítica do casamento em seus escritos.

4.3 Higienizar o sexo no casamento

Se a necessidade de civilizar o amor estava presente na maioria dos discursos dos intelectuais nas primeiras décadas do século XX, igualmente importante era regradar as relações sexuais no interior do casamento. O abrandamento das paixões vinha acompanhada da preocupação de muitos médicos com a urgência em tratar dos problemas da sexualidade no seio conjugal.

O reconhecimento de muitos intelectuais de que a compreensão correta dos princípios do relacionamento sexual satisfatório eram essenciais ao bom êxito do matrimônio difundiam-se em muitos discursos médicos da época, sobretudo porque aumentava a preocupação de muitos intelectuais com as desarmonias conjugais e os possíveis desmoramentos dos casamentos oriundos da ignorância e dos erros na prática sexual.

É possível sugerir que as mudanças operadas por muitos discursos masculinos ao fazerem uma leitura da "questão sexual" conjugal tenham sido feitos em relação às crescentes aspirações

²⁸³VILHEMA, Cynthia Pereira de Souza. "Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano" In: *Revista de Faculdade de Educação*. São Paulo, v.19, nº1, p. 79-96, janeiro/junho de 1993.

das mulheres de vínculos amorosos mais compensadores, levantadas por muitas escritoras nos textos literários, no momento em que se ampliava o espaço de atuação feminina na esfera pública e as idéias, valores e concepções, especificamente femininos passavam a ser incorporados pelos discursos masculinos.

Neste sentido, alguns médicos mais progressistas como J. B. Olavarrieta, Afrânio Peixoto e Austregésilo Lima tematizaram a higiene sexual e a expressão saudável dos instintos sexuais como essenciais para casamentos estáveis e partilhavam um consenso entre eles, de que somente a vida sexual compartilhada entre homem e mulher seria capaz de garantir a harmonia e a felicidade matrimonial.

Esses médicos procuravam incorporar em seus escritos, a importância do marido e da mulher satisfazerem as necessidades sexuais do seu cônjuge e alertavam os homens a não relegarem para o plano inferior essa preocupação da sexualidade no casamento, no momento em que algumas mulheres manifestavam o descontentamento com a forma de organização conjugal.

O Dr. J. B. Olavarrieta publicou, em 1929, o livro *Hygiene Sexual*, uma espécie de manual de aconselhamentos endereçados aos nubentes²⁸⁴, no qual preocupava-se em discutir a satisfação do prazer feminino no casamento, denunciando inclusive, a indiferença dos homens em relação à sexualidade da mulheres.

A principal causa da anaphrodisia feminina é a falta de prazer durante a cópula. (...) reduz a mulher a suportar da maneira a mais austeramente possível, o contato com o homem, transformando as carícias em obrigações, quem sabe em repugnância ou dôr. Disto se deprende, claramente que a mulher foge, porque em vez de encontrar a necessária e lógica compensação que a natureza reclama, só encontra indiferença, sempre indiferença. Nasci dahi a frialdade sexual²⁸⁵.

A preocupação dos médicos com o prazer no casamento já tinha sido observado por Margareth Rago ao apontar, nas reflexões de alguns médicos nos anos 20 do século XX, a importância do prazer sexual nas relações contraídas pelo casal. A historiadora acrescenta que, visivelmente preocupados com as crises e as separações conjugais, os médicos defendiam a necessidade da educação sexual e elaboravam manuais de "higiene sexual" endereçados aos

²⁸⁴ OLAVARRIETA, J. B. *Hygiene Sexual*. São Paulo, A. C. Martin Editor, 1929.

²⁸⁵ Op. cit., 16.

homens, cuja ignorância em relação ao corpo e ao funcionamento desejante da mulher resultava em freqüentes desarmonias entre o casal²⁸⁶.

Conforme salienta Rago, o manual de *Hygiene Sexual*, de Olavarrieta apresentava-se como um guia para a realização dos prazeres entre o casal, tendo em vista a preservação do casamento, e procurava informar o público-leitor, constituído em sua maioria por homens, a respeito da fisiologia tanto do homem quanto da mulher, elucidando alguns pontos sobre o prazer sexual para ambos²⁸⁷.

O discurso de Olavarrieta procurava educar sexualmente os homens e informá-los das questões sexuais, convicto da necessidade da união sexual satisfatória entre marido-mulher no interior do casamento. Reiterava a urgência de uma nova educação sexual masculina em relação aos hábitos sexuais, cuja preocupação deveria ser a satisfação dos desejos femininos²⁸⁸.

O médico denunciava a hipocrisia de muitos homens que tratavam as esposas religiosamente sem o menor cuidado em satisfazê-las no ato sexual, preferindo deixar os refinamentos sexuais às suas amigas prostitutas. E propunha práticas sexuais mais prazerosas dentro do casamento, única garantia para a conservação do contrato estabelecido entre os cônjuges.

Erroneamente, o casado evita com sua mulher toda classe de refinamentos durante o acto sexual, crendo deste modo cumprir mais fielmente as obrigações de marido, já que a alegria, a satisfação, a recreação ficaram nos braços de suas amigas anteriores. Repetil-las com sua propria mulher, com a que vae a ser "mãe de seus filhos" seria insensato, equivaleria a tanto como insultal-a, offendl-a, quiza, prostituil -a. E esse nescio excesso de pureza, que não é pureza senão hypocrisia²⁸⁹.

Na perspectiva do médico, a conservação da estabilidade conjugal se daria pela "satisfação do apetite sexual" entre os cônjuges, principalmente da mulher. Mais preocupado em salvar a instituição conjugal do que propriamente com a satisfação dos desejos sexuais femininos, Olavarrieta contribuiu para estender a temática do prazer sexual no casamento no debate da época.

²⁸⁶ RAGO, Margareth. "O prazer no casamento". In: *Idéias*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências humanas da Unicamp. Campinas, Ano 2, nº 2, Ed. Unicamp, Julho/dezembro 1995. p. 69-88.

²⁸⁷ Op. cit., p. 77.

²⁸⁸ Alain Corbin realizou um estudo acerca destes manuais de aconselhamentos sexuais aos jovens nubentes produzidos pelos médicos franceses, Ver CORBIN, Alain. "A pequena bíblia dos jovens nubentes". In: *Amor e Sexualidade no ocidente*, Porto Alegre, LPM, 1992, p.201-211 e ADLER, Laure. *Segredos de Alcova (história do casal) .1850-1930*. Portugal, Terramar, 1983.

A preocupação com uma vida sexual satisfatória no casamento também estava presente nas reflexões de Austregésilo Lima. Em 1928, na obra *Neurastenia Sexual e seu tratamento*, o autor reiterava que o sucesso dos relacionamentos amorosos dependia da correta educação sexual e refutava a ignorância dos moralistas sexuais que desprezavam o papel benéfico da sexualidade na vida humana.

A etica sexual é questão de harmonia individual e social, e as rudezas dos moralistas prejudicam a leitura do grande capítulo da sexualidade, que continua podendo para a maior parte dos indivíduos e das religiões. (...) A educação exerce grande influência nas melhorias do instinto sexual, ou como diz Roux, toda a moral sexual se reduz a estas duas palavras: *sciencia e educação*.²⁹⁰

Seguindo os argumentos de muitos médicos na época, Austregésilo Lima se colocava a favor da educação sexual aos jovens e da urgência em submeter os instintos sexuais ao controle das prescrições normativas da higiene sexual, evitar os descontroles e os desvios da sexualidade, reafirmando o papel do educador nesta empreitada moralizante da vida sexual na sociedade.

A sexualidade em si não é moral; nem imoral; é o desejo, o instinto reprodutor da espécie. Os grandes desvios ou erros desta função podem prejudicar o bem, ou a saúde pessoal, ou a coletividade, o meio social e a humanidade. (...) Os moralistas sexuais devem ser antes de tudo bons pedagogos e generosos conselheiros, com ensinarem a educação do bem humano, altruístico, do sereno caminho útil, do amor cadinho da eugenica, do amor expressão sincera da alma, do amor que não fira o interesse sentimental ou etico de terceiros²⁹¹.

A saída para regular os desvios sexuais, no entender do médico, estava na profilaxia do casamento. Somente o cumprimento "natural" do casamento para ambos os sexos e os benefícios de uma vida sexual higienizada entre os casais seriam capazes de restabelecer a saúde moral dos indivíduos, e assim, garantir o aperfeiçoamento físico da raça, acrescentava Lima.

O casamento é bom caminho de cura, feito com amor e raciocínio. (...) Inegavelmente o casamento representa a melhor empresa para a higiene sexual, segundo acordam todos os autores que tratam

²⁸⁹OLAVARRIETA. Op. cit., p. 16.

²⁹⁰LIMA, Antonio Austregésilo. *A Neurastenia sexual e seu tratamento*. Rio de Janeiro, 2ª Edição aumentada, Francisco Alves, 1928. p. 154.

²⁹¹ Op. cit., p. 147-155.

da materia, como Kraft-Ebing, Forel, Egaz Moniz e muito mais; garante mesmo a longevidade, o vigor, a saúde relativa dos cônjuges²⁹².

A "questão sexual" dos casais, levantada por muitos escritos masculinos nas décadas iniciais do século XX, trazia em seu bojo uma forte preocupação com a garantia do casamento, e a reprodução higiênica das gerações futuras, de acordo com os ideais eugênicos de melhoramento da raça. Embora, cada vez mais era incorporado em alguns discursos dos médicos progressistas, precisamente na década de 20, a importância da "satisfação do apetite sexual" entre os cônjuges, como forma de evitar o adultério e as separações, que cresciam no seio da sociedade no período.

Neste sentido, Austregésilo Lima lamentava que o crescimento dos adultérios fossem oriundos da falta de satisfação sexual dos parceiros e difundia a necessidade do cultivo do prazer no casamento como moralmente correto e socialmente útil, ensinando aos homens como garantir o prazer feminino.

O amor deve ser compartilhado com dedicação e carinho. O exagerado pudor, certos escrúpulos femininos, a falta de paciência e compreensão da mulher amada, desejada, ou preferida, são embaraços quando não desastres dos pobres neurastênicos sexuais. A paciência e a carícia femininas, sobretudo a boa persuasão em que ela se finge desinteressada do prazer sexual, propriamente dito, aparecem como bons elementos psicoterapêuticos e dão animo aos pobres debeis genitais²⁹³.

Endereçando a crítica aos homens, como o Dr. Olavarrieta iria reforçar tempos depois, Lima lembrava que os maridos não poderiam relegar a segundo plano a sexualidade no casamento e serem indiferentes às necessidades sexuais das mulheres, questão central na convivência harmoniosa do casal.

O comércio apressado da carne, o materialismo desplantado das esposas na multidão, as palavras acusadoras, a frieza, a indiferença pelo êxito do homem, salientam-se como fatores depressivos na cura normal dos neurastênicos da sexualidade. Quanta vez a persuasão feita por mulher inteligente tem curado alguns de meus pacientes! A carne tem segredos que só o tempo pôde decifrar. Há caprichos e seduções que só a experiência ensina²⁹⁴.

²⁹² Op. cit., p. 145-146.

²⁹³ Op. cit., p. 145.

²⁹⁴ Op. cit., p.145.

Conforme registrava Rago, para estes médicos a indiferença pelos prazeres sexuais que se manifestava na mulher resultava tanto de uma educação errônea, que acentuava sua ignorância em relação às necessidades sexuais e aos deveres conjugais, quanto do egoísmo e do "excesso de pureza dos maridos"²⁹⁵.

Segundo Austregésilo Lima o que garantiria o regime monogâmico do vínculo amoroso entre os gêneros e a sua indissolubilidade, afastando o perigo do divórcio, seria a satisfação sexual compartilhada entre ambos, exemplificada pela escrita do médico:

Cumpra ao marido o estudo da sexualidade feminina aplicável à sua esposa e conhecer o grau de expansão e retraimento da companheira, para bem prendê-la; da mesma maneira a esposa procurará compreender o esposo para, fazendo concessões, prendê-lo o mais possível pelo lado sexual²⁹⁶.

Na direção destas preocupações, o médico Afrânio Peixoto também entendia que a educação sexual aos jovens entrava na ordem do dia e tornava-se prioridade à sociedade civilizada. Na obra *Sexologia Forense*, de 1934, o autor tematizou a profilaxia do sexo como uma etapa fundamental para sanear o casamento e, por extensão, a família da pátria em processo de regeneração social²⁹⁷.

No seu livro mais conhecido na área de educação, *A educação da mulher*, de 1936, o legista pedia a educação sexual e o ensino da puericultura desde o ensino primário, pois é na infância que as meninas mais se interessam pelas bonecas, e aprendendo a tratá-las, aprenderão do mesmo modo a cuidar de bonecas vivas de amanhã²⁹⁸. Numa visão misógina colocava a mulher como responsável pela melhoria da prole.

É importante salientar que o sexo e o comportamento sexual passaram então, para a centralidade das políticas de controle das raças, assumido pelos médicos eugenistas nos anos 20-30 do século XX no país, com papéis definidos para homens e para mulheres, com pressões sobre o uso e a identidade do sexo, sobre a procriação e sobre a higiene das famílias.

²⁹⁵ RAGO. Op. cit., p.78.

²⁹⁶ LIMA, Antonio Austregésilo. Comportamento sexual (1934) In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, Vol. III, 1945. p. 259.

²⁹⁷ PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1934.

²⁹⁸ PEIXOTO, Afrânio. *A educação da mulher*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1936. p. 189.

A sexualidade dependia de um controle disciplinário, individualizado, exercido na forma de vigilância permanente, pela família, pela escola e pela igreja, como por exemplo, os controles sobre a masturbação. Mediante seus efeitos de procriação, a sexualidade se inscrevia e adquiria eficácia nos amplos processos biológicos para a constituição da população na perspectiva do poder bio-político²⁹⁹.

Uma sexualidade indisciplinada e irregular, conforme descrevia Afrânio Peixoto, tinha duas ordens de problemas para a perfectibilidade da raça: o corpo desregrado sexualmente era atacado por doenças; o desviado sexualmente teria uma descendência perturbada, degenerada, colocando em risco o futuro e a identidade da nação. Assim, a profilaxia sexual, no interior do casamento inscrevia - se exatamente no entrecruzamento do corpo- indivíduo com a nação que se pretendia formar³⁰⁰.

A regularidade sexual no casamento se constituía, aos olhos do legista Afrânio Peixoto, como a medida profilática adequada à nação e fonte de saúde, vigor e longevidade à vida dos cônjuges, o que não aconteceria com os solteiros: *em todas as idades, morrem mais celibátarios e os viuvos do que os casados*³⁰¹.

Austregésilo Lima, já em 1928, recomendava a prática do sexo regular no casamento como fonte terapêutica e de cura aos neurastênicos, salientando as vantagens dos casados sobre a vida celibatária, *o celibatario sofre muito mais no conjunto morbido de sua sexualidade e da saúde em geral. O instinto sexual, no matrimônio, atinge o maior grau de intensidade e robustez*³⁰².

Se por um lado, a vida sexual regular no casamento se apresentava, para estes médicos como, a norma ideal de higiene das famílias e do corpo social da pátria, contribuindo para ampliar

²⁹⁹O conceito de bio-poder foi criado por Michel Foucault ao tentar demarcar nos fins do século XVIII a emergência das técnicas e das tecnologias do poder sobre o corpo, e sobretudo, sobre a sexualidade. Um tipo de poder que se apropriava do homem-espécie e o tratava em seus processos globais para cobrir os problemas específicos da vida, como o nascimento, a morte, a reprodução, a enfermidade, ou seja, um poder que não abandona a dimensão do homem-corpo individual, mas que se dá em direção ao homem espécie, o que Foucault vai denominar de bio-política da espécie humana. A tecnologia do bio-poder tratava, assim, de gestionar a vida, os processos biológicos do homem espécie, com o direito de intervir para fazer viver, intervir sobre os modos de melhorar a vida para controlar as deficiências e seus riscos, tendo a sexualidade como eixo estratégico de intervenção deste bio-poder. Ver FOUCAULT, Michel. *A história da Sexualidade: A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal, 1986. Capítulo V.

³⁰⁰PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. Op. cit., p.153-203.

³⁰¹PEIXOTO, Afrânio. *A educação da mulher*. Op. cit., p. 182.

³⁰²LIMA, Antonio Austregésilo. *A neurastenia sexual e seu tratamento*. Rio de Janeiro, 2ª. Edição aumentada, Francisco Alves, 1928. p. 146.

e reforçar na esfera pública o lugar cultural da mulher no casamento e manter as devidas hierarquias de gênero, por outro lado, é possível observar no discurso de muitos médicos a incorporação da temática do prazer no casamento no período.

Afrânio Peixoto incorporou em suas reflexões a necessidade da satisfação sexual no casamento, principalmente das mulheres. A exemplo de Austregésilo Lima, o médico legista responsabilizava os homens pela frigidez ou indiferença sexual feminina: *nas mulheres a frigidez vem igualmente da inversão; da incapacidade do marido ou amante, desastrado, brutal ou nescio, em lhes despertar a sensualidade A causa ordinária é que a sexualidade desperta tardiamente em certas mulheres*³⁰³.

Segundo o médico a ignorância dos homens em relação à sexualidade feminina resultava em decepções, adultérios e divórcios e a solução para corrigir este mal não estava no casamento monogâmico dissolvido, mas na prevenção dessas desarmonias conjugais através da educação sexual aos nubentes.

Uma das razões da precariedade do casamento é a ignorância relativa do amor, de um dos dois cônjuges. O marido, em geral já iniciado e mal iniciado, ou bem de mais, encontra a inexperiência e insciente, e se não tem finura e delicadeza, para apreciar essas prendas, desgosta-se da incapacidade relativa da esposa para o prazer. Ordinariamente ele é "culpado" de todas as decepções do casamento. (...) Por isso tantas mulheres tomam amantes, fogem para outros³⁰⁴.

Ao lado de Austregésilo Lima, J.B. Olavarrieta³⁰⁵, Afrânio Peixoto se colocava a favor do divórcio, pois acreditava como os demais, que as relações amorosas não deveriam ser reguladas pelo regime legal contraído pelos nubentes, mas pelo contrato estabelecido entre eles, de amor sereno e de satisfação sexual, única garantia de harmonia e felicidade entre os casais.

Segundo Besse, os argumentos pró-divórcios de muitos homens nesse período eram conservadores. Os profissionais acabaram concordando com as mulheres que exigiam o divórcio. Porém, enquanto as defensoras femininas do divórcio estavam preocupadas em proteger as mulheres contra a opressão e os maus-tratos, os defensores masculinos estavam preocupados em

³⁰³ PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. Op. cit., p. 154-155.

³⁰⁴ Op. cit., p. 14-15.

³⁰⁵ RAGO. Op. cit., p. 76.

fortalecer a instituição do casamento. Estes afirmavam que, apesar das restrições legais, a incompatibilidade e o adultério estavam destruindo casamentos, e às vezes, levavam a crimes domésticos violentos³⁰⁶.

Assim, o divórcio, legalizando e regulamentando a dissolução dos casamentos nefastos, ajudaria a moralizar e a legitimar a instituição. Considerava-se que segundas uniões felizes, estáveis e legítimas eram preferíveis a primeiros casamentos rompidos por conflito ou adultério e legalmente não-regulamentados entre adultos separados. Seus defensores masculinos esperavam que, ao se permitir a dissolução de casamentos disfuncionais e estimulando o reingresso de adultos separados em novas teias de coerções e obrigações familiares estas poderiam ajudar a reforçar a instituição da família³⁰⁷.

Incorporando a temática do prazer no casamento, alguns médicos nas décadas de 20-30, no Brasil, entendiam que poderiam diminuir os adultérios e as desavenças conjugais, tão em voga no período, atenuar as separações e legitimar moralmente a instituição matrimonial.

Isto quer dizer que possivelmente a educação amorosa e a "higienização do sexo" no casamento, presentes na maioria dos escritos masculinos, visavam reforçar a *ideologia da domesticidade*³⁰⁸ no Brasil. O que significava que a reconstrução ideológica do matrimônio reforçava os traços ditos "naturais" apropriados ao caráter feminino restringindo o desenvolvimento individual da mulher aos parâmetros de conduta estabelecidos na esfera doméstica.

É possível dizer que a ideologia da domesticidade, isto é, o desejo de redirecionar a mulher à esfera privada e circunscrevê-la no casamento, foi reforçada por alguns discursos

³⁰⁶ BESSE. Op. cit., p. 72.

³⁰⁷ Op. cit., p. 73.

³⁰⁸ termo este cunhado por Edward Shorter, para designar um conjunto de medidas que intervieram na caracterização da família nuclear moderna em contraponto a família tradicional. Shorter diz que preferiu o termo *domesticidade* que melhor demarcava a família moderna da tradicional na sociedade ocidental. A *domesticidade* significava a consciência que a família tem de si enquanto unidade emocional preciosa que deve ser protegida com privacidade e isolamento do intruso exterior. O amor romântico desligou o casal do controle sexual comunitário e virou-se para afeto. O amor materno criou um ninho sentimental dentro do qual a família moderna se aninhava e afastou muitas mulheres do envolvimento com a vida comunitária. Ver SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa, Terramar, 1995, p. 243-271.

masculinos na medida em que se abriam espaços na sociedade para muitas mulheres levantarem, em seus escritos, uma leitura crítica do casamento, favorecidas pela maior inserção do gênero feminino na esfera pública e a crescente interferência das idéias e concepções femininas na cultura brasileira da época.

Por outro lado, as reivindicações feministas nas décadas iniciais do século XX, contribuíram para um processo de feminização da cultura, abrindo espaço para algumas mulheres fazerem uma leitura crítica do casamento em seus escritos. É provável que tenham sido ouvidas pelo sexo oposto, e que muitos homens passaram a incorporar em seus escritos a temática do prazer no casamento, principalmente das mulheres, mesmo que a finalidade última desses homens fosse salvar a instituição matrimonial do que o prazer feminino.

O discurso médico sobre o casamento nas décadas iniciais do século XX se direcionou primeiramente em reforçar a ideologia da domesticidade, legitimando o casamento como instituição "natural" e socialmente necessária a todos, mais ainda às mulheres, responsáveis pelo patrimônio biológico da nação. Mas é possível também, que o discurso de muitos homens, tenha se modificado em relação às mudanças de atitudes de muitas mulheres ao reforçarem, em seus escritos, a crítica ao casamento.

A pesquisa sugere que, não somente algumas mulheres participaram e ampliaram, no espaço público, a temática do vínculo amoroso ao fazerem uma leitura crítica da relação conjugal em seus escritos, mas sobretudo, forçaram a incorporação de muitas "questões femininas" no discurso de muitos homens, na cultura brasileira do período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recortar a problemática do casamento na escrita literária feminina e no discurso médico e jurídico, entre 1900-1940, no Brasil, a pesquisa visava perceber a construção cultural engendrada por homens e mulheres e resgatar a experiência feminina e masculina no processo de modernização do casamento.

Este trabalho pretendia demonstrar as diferenças entre homens e mulheres no casamento, enquanto efeitos do processo de materialização das normas regulatórias produzidas pelos escritos masculinos, mas também apontar a singularidade da experiência literária feminina, cujos textos apresentavam um modo diferenciado de perceber o casamento em relação à fala dos homens.

Neste sentido, apontou-se a formulação de um discurso crítico feminino às relações conjugais presente nos escritos literários. No momento em que as crescentes reivindicações feministas no Brasil, contribuíram para a feminização da cultura no período e possibilitaram as manifestações de descontentamento de muitas mulheres com a relação conjugal.

O presente trabalho também investigou os mecanismos de dominação e sujeição do gênero feminino produzidos por alguns discursos médicos no contexto da modernização brasileira, mostrando o caráter misógino e autoritário presente na leitura de alguns homens sobre o vínculo amoroso ao reforçarem em seus escritos a ideologia da domesticidade, isto é, a constituição da identidade feminina a partir do vínculo conjugal, circunscrita à esfera doméstica.

Isto significa que a crítica ao casamento manifestada na escrita literária feminina, reforçou-se, ampliou-se, na medida em que se abriram outras oportunidades tanto individuais quanto profissionais às mulheres, o que levou médicos e juristas a reforçarem a ideologia da domesticidade no processo de reajustamento das relações entre os sexos, propondo reconduzir a mulher à esfera doméstica e justificando a exclusão feminina do espaço público.

Embora o discurso de muitos homens apontasse a necessidade de circunscrever o lugar da mulher no casamento, foi possível visualizar nesta pesquisa que muitas das aspirações femininas levantadas pelos escritos das mulheres foram incorporadas pelo mundo masculino e que, provavelmente, a leitura médica e jurídica sobre o matrimônio tenha se modificado em relação às

atitudes das escritoras de manifestar, em seus textos literários, um discurso crítico ao vínculo conjugal.

As literatas, ao tematizarem as relações conjugais, produziram uma percepção diferenciada da dos homens sobre o vínculo amoroso e estenderam a crítica às formas de cultura que definia o padrão de feminilidade a partir do casamento. Mas, sobretudo, forçaram a incorporação das lutas das mulheres em muitos discursos masculinos, mostrando a interferência das idéias, valores e concepções especificamente femininas na cultura da época.

Neste sentido, a pesquisa seguiu um percurso cronológico ao focalizar, primeiramente, o movimento de desestabilização das identidades de gênero nos anos 20 do século XX, no Brasil, decorrente da crescente entrada feminina na esfera pública e da formulação de um discurso crítico de muitas feministas, que passaram a questionar a lógica falocêntrica masculina - que destinava rigidamente o espaço público para os homens e o privado para as mulheres.

Os temas femininos foram enunciados pelas literatas, abrindo espaço para a sua interferência no mundo público dos anos 20, ao questionar categorias de significação e explicação sociais amplamente aceitas, isto é, as leituras misóginas e autoritárias médicas que reforçavam o lugar cultural da mulher pelo casamento e dessexualizavam cientificamente o seu corpo, contribuindo para forçar a incorporação das reivindicações feministas colocadas na agenda pública no período.

Enquanto que na década de 30, do século XX, a pesquisa mostrou a formulação de um discurso masculino médico em prol da estabilidade das identidades sexuais e da família nuclear moderna, destacando-se a emergência dos debates sobre a divisão dos papéis sexuais, a preocupação com os códigos de feminilidade e masculinidade e a manutenção das hierarquias de gênero, cujo objetivo era reforçar a ideologia da domesticidade e redirecionar a mulher à esfera domiciliar diante do avanço dos valores femininos na cultura da época.

Isto quer dizer, as lutas feministas enunciadas pelas mulheres desde o século XIX, provocaram a desestabilização das referências sexuais e culturais nos anos 20, do século XX, e foram silenciadas e excluídas pelo discurso masculino nas décadas de 30-40, ao propagarem a manutenção da estabilidade da família nuclear hierárquica. Assim, as mulheres tiveram que esperar

até os anos 1960/70 para as "questões femininas", novamente, ganharem visibilidade na esfera pública brasileira.

Pelos limites impostos ao próprio desenvolvimento da pesquisa, algumas questões não foram trabalhadas. No entanto, a partir das formulações apontadas, vislumbram outras possibilidades de análise.

Além de analisar a produção científica médica sobre o casamento se poderia deslocar o olhar para os literatos e observar se os homens de letras apontavam a necessidade da domesticação das relações conjugais nesse período, tentando evidenciar as dissonâncias entre discurso feminino e discurso masculino literário sobre o vínculo amoroso, situado no projeto de resgate das experiências de gênero na produção histórica.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias

Fontes Literárias - Romances

ABREU, Elisa Teixeira. *A viúva Barros*. São Paulo, Buhnaeds, 1900

COBRA, Ercília Nogueira. *Virgindade Inutil e Anti-higiênca*. Paris Societé D' Éditions, Ceuvres Des Maitres Cèlèbres, s/d.

DOLORES, Carmen. *A luta*, Rio de Janeiro. Livraria Garnier Irmãos, 1911

GALVÃO, Patrícia. *Parque industrial: romance proletário*. Rio de Janeiro, Alternativa, 1933.

MOURA, Maria Lacerda de. *Han Ryner e o amor plural*. São Paulo, Unitas , 1932.

_____. *A mulher é uma degenerada?* São Paulo, Typografia Paulista, 1924.

OLIVEIRA, Lola de. *Alma Branca*. São Paulo, Est. Graphico Rossolillo, 1934.

VILLARES, Laura. *Extasis*. São Paulo, Livraria Globo. 1927.

Literatura - contos e memórias

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1912.

_____. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.

_____. *Livro das donas e das donzelas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.

COELHO, Mariana. *Evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro, Imprensa Moderna, 1933.

DOLORES, Carmen. *Um drama na Roça*. Rio de Janeiro, Laemmert & C. Editores, 1908.

_____. *Almas complexas*. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934.

IRACEMA. *Cartas de Mulher*. Lisboa/Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana/Livraria Francisco Alves, s/d.

OLIVEIRA, Lola de. *Passadismo e Modernismo*. São Paulo, Graphico Rossolillo, 1932.

_____. *Na cidade das praias*. São Paulo, Graphics Rossolillo, 1931.

MOURA, Maria Lacerda. Prefácio. In: Júlio Barcos, *Liberdade sexual das mulheres*, São Paulo, Paulista, 1929.

Discurso médico e jurista

ALBUQUERQUE, José. *Educação sexual pelo rádio*. Rio de Janeiro, Círculo Brasileiro de Educação sexual, 1935.

_____. *O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade*. Círculo Brasileiro de Educação sexual, 1936.

BARRETO, Luis Pereira. "Meninas Feias e Meninas Bonitas: eugenina e esthetica". *Annaes de Eugenia*, São Paulo, Edição da Revista do Brasil, 1919.

GOUVEIA, Antonio. *A missão social do médico e da mulher em face da eugenia*. Ribeirão Preto, Typografia Selles, 1923.

KEHL, Renato. Certificado medico pré-nupcial - regulamentação eugenica do casamento. *Brasil - Medico*, Rio de Janeiro, Anno XLIV, nº. 14, 04/01/1930.

_____. *Eugenia e medicina Social*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1920.

_____. O casamento em face da eugenia. *Brasil-Medico*, v. 34, p.626-627, 1920.

_____. *Perguntas a um eugenista*. Rio de Janeiro. Canton & Berger, 1927

_____. *Como escolher um bom marido*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 2ª. Edição, 1935.

LEMONS BRITO, José Gabriel. *Psychologia do Adultério*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Livraria Jacinto Editora, 2. Edição acrescida e melhorada, 1933.

LIMA, Antonio Austregésilo. Comportamento sexual (1934) In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, Vol. III, 1945.

_____. Educação da alma (1932), IN: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, Vol. III, 1945.

_____. Perfil da mulher brasileira: acerca do feminismo no Brasil, (1922) In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, Vol. III, 1945.

_____. *A Neurastenia sexual e seu tratamento*. Rio de Janeiro, 2º. Edição aumentada, Francisco Alves, 1928.

LYRA, Roberto. *O amor e a responsabilidade criminal*. São Paulo, Saraiva, 1932.

OLAVARRIETA, J. B. *Hygiene Sexual*. São Paulo, Editor A C. Martin, 1929.

PEIXOTO, Afrânio. *A educação da Mulher*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. Crimes passionais. *Revista de Direito*, Rio de Janeiro, vol. CIII, Livraria Jacyntho, janeiro de 1932.

_____. Casamento e medicina legal. *Revista dos Tribunais*, Bahia, Anno X, vol.24, Oficinas da Livraria Duas Americas, Julho/dezembro de 1932.

_____. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1934.

_____. *Exame pré-nupcial*. Folha médica, v.12, p. 71, 1926.

_____. *Novos rumos da medicina Legal*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1933.

_____. Prefácio. In: LYRA, Roberto. *O amor e a responsabilidade criminal*. São Paulo, Saraiva, 1932.

SALGADO, Plínio. *A mulher do século XX*. São Paulo, Editorial Guanumby, 1946.

Revistas Femininas

A Mensageira - 1897-1900

Revista Feminina - 1914-1934.

Revistas médicas

Brasil - Médico - Rio de Janeiro - vol. 34, 1920 e ano XLIV 04/01/1930

Folha - Médica - Rio de Janeiro - vol.12, ano/1926.

Revistas jurídicas

Revista de Direito - Rio de Janeiro, vol. CIII, janeiro de 1932

Revista dos Tribunais - Bahia - anno X, vol. 24, julho/dezembro/1932

Fontes bibliográficas

ABREU, Marta & CAULFIELD Sueann. "50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular" (1890-1940). In: *Espaço Feminino*. Revista do Núcleo dos Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a mulher, UFU, Uberlândia, vol.2, nº 1/2, 1995.

ADLER, Laure. *Segredos de Alcova* (história do casal)1850-1930. Portugal, Terramar, 1983.

ALCOFF, Linda & POTTER, Elisabeth (org.) *Feminist epistemologies*. New York and London: routledge, 1993.

ALMEIDA, Angela Mendes de, CARNEIRO, Maria José & PAULA & GONÇALVES, Silvana. (org.). *Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes,1980.

AMARAL, Azevedo. *O estado autoritário e a realidade nacional* . Brasília, UnB, 1981.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Unesp, 1999.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.

ARDITTI, Jorge. "Analítica de la pós-modernidade". Prefácio. In: HARAWAY, Donna. *Ciencia, Cyborgs y mujeres. La reinvenção de la natureza*. Ediciones Catedra. Universidad de Valencia, Instituto de la Mujer, Madrid, 1991.

ARIÈS, Philippe & BEJIN, André (org.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo, Brasiliense, 1986. Ática, 1984.

_____. MASSAINI, Márcia Ignez. *O amor romântico e a família burguesa*. São Paulo, Contexto, 1989.

BADINTER, Elisabeth. *Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

_____. *Um é o outro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

BARRADAS, Ana. *Dicionário incompleto de mulheres rebeldes*. Lisboa, Edições Antígona, 1998.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo, Perspectiva, 1999.

_____. *O grau zero da escritura*. São Paulo, Cultrix, 1971.

BENATTI, Antonio Paulo. Jogo e subjetividade. In: *Educação, Subjetividade e Poder*, Porto Alegre, nº 5, vol.5, julho 1998, p. 76-83.

BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. *feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.

BERGAMANN, Emile. et alli. *Womem, culture, and politics in Latin America: Seminar on feminism and culture in Latin America*. Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press, 1990.

BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil - 1914-1940*, São Paulo, Edusp, 1999.

_____. Crimes passionais: A campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil -1910-1940. In: BRESCIANI, Maria Stella. *A mulher e o espaço público*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº18, agosto de 1989/setembro de 1989.

BITTENCOURT, Adalzira. *Mulheres e livros*. Rio de Janeiro, Catálogo da Biblioteca Pública Feminina Brasileira, 1948.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. *Meninos do Brasil: Idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*. Concurso de livre docência- USP, 1994.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1974.

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina?* São Paulo, Brasiliense, 1991.

_____. & BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro, Casa Maria Editorial, 1989.

BUTTONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo, Ática, 1986.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. In: *Cadernos Pagu*. Campinas (11)1998.

CAMPOS, Augusto. *Pagu: Patrícia Galvão: vida e obra*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. São Paulo, Papyrus, 1998.

CASTANHEIRA, Cláudia. Literatura, mulher e subjetividade: Clarice Lispector. In: RAMALHO, Christina. (org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Elo, 1999.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000.

- CORBIN, Alain. *Amor e sexualidade no Ocidente*. Porto Alegre, LPM, 1992.
- CORRÊA, Marisa. (Org.) *Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX*. Cadernos Pagu, Campinas, (12), 1999.
- _____. "repensando a família patriarcal". In: *Colcha de retalhos*. Brasiliense, 1982
- COSTA, Allbertina e BRUSCHINI, Cristina (org) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- COSTA, Cláudia Lima. O leito de Procusto: Gênero, linguagem e as teorias feministas. *Caderno Pagu*, 2:1994.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1999
- _____. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro Rocco, 1999.
- _____. "O sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral". In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, São Paulo, 7 (1-2): 1-14, Outubro, 1995, pp. 121-139.
- COUTO, Rita Cristina C. de Medeiros. Eugenia, loucura e condição feminina no Brasil, In: *Cadernos de pesquisa*, nº 90, agos/1994.
- D'INCAO, Maria Angela. (org.) *Amor e família no Brasil*. Contexto, São Paulo, 1989.
- _____. mulher e família burguesa. DEL PRIORE, Mary. (org). *história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Unesp, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. "Um retrato de Foucault". In: *Conversações*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- _____. A vida como obra de arte. In: *Conversações*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- _____. & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996, Vol. 3.
- DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas, Unicamp, 1999.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- DICAKARUNI, Chitra. *Irmã do meu coração* - romance, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres*. Madrid, Taurus, 1993.

- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro. 1840-1890*. São Paulo, Brasiliense.
- ENGELMANN, Magda Shirley C. *O jogo elocucional feminino*. Goiânia, Ed. UFG, 1996.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Epoque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas, Mercado das Letras, 1994.
- FLANDRIN, Jean-Loius. *O sexo e o ocidente*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1992.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Vol.1, Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- _____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Vol.2, Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- _____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Vol. 3, Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- _____. *O pensamento do exterior*. São Paulo, Princípio, 1990.
- FOX, Bonnie. *Family Patterns: Gender relations*. Oxford, University, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1992.
- GERGEN, Mary McCanney. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, Edunb, 1993.
- GILMORE, David. *Manhood in the making: cultural concepts of masculinity*. London, Yale University Press, 1990.
- GIMENES, Renato Aloisio de Oliveira. "Oswald de Andrade: literatura como política". In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloisio de Oliveira (orgs). *Narrar o passado, repensar a história. Coleção Idéias 2*, Unicamp, Campinas, 2001. pp.135-175.
- GOLDENBERG, Miriam. *Ser homem, ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro, Revan, 1991.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1993.

HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Emancipating the female sex. the struggle for women's rights in Brasil. 1850-1940*, Duke University Press, 1990.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvencción de la naturaleza*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1995.

_____. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*. Campinas, nº 5, 1995.

HEILBORN, Maria Luisa. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS, Tese de doutorado, 1992.

HERCHMANN, Micael. "A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo -1900-1937". In: HERCHMANN, M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messseder (Org). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

_____. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

_____. "A roupa da Raquel". *Revista de Estudos Feministas*. Vol.0, nº 0/92. CIEC/ECO/UFRJ.

HUNT, Lynn. Org. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800*. São Paulo, Hedra, 1999.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário- 1889-1930*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.

JACSON, David. *Afteward, em Patricia Galvão, Industrial Park*, Lincoln and London, Nebraska University Press, 1993.

JAQUAR, Alison M & BORDO, Susan. *Gênero, Corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Record, 1997.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

- LE RIDER, Jacques, *A modernidade vienense e as crises de identidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992,
- LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, São Paulo, Ática, 1984.
- LEMAIRE, Ria. "Repensando a história literária. In: In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LIPOVESTSKI, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- LOYOLA, Maria Andréa. (org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, coleção saúde & sociedade, 1998.
- LUCA, Eleonora. "o feminismo possível" de Júlia Lopes de Almeida. *Cadernos Pagu*. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, São Paulo, (12) 1999
- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- MACHADO, Roberto. *Foucault: a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
_____. *A danação da norma. A medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, 1978.
- MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre, Sulina, 1997.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo, Siciliano, 1995.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994.
- MARTINS, Ana Paula & TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. (org.) *Mulheres na História: Paraná séculos 19 e 20*. Curitiba, UFPR, 1997.
- MASIELLO, Francine. *Between Civilization And Barbarism: women, nation and literary culture in modern Argentina*. Nebraska University Press, 1992.
- MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidades de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/TUPERJ, 2000.
- MOSSE, George L. *The image of man: the creation of modern masculinity*. New York, Oxford University Press, 1996.
- MOTA, Joaquim Antônio César, LOPES, Eliana M. Teixeira, CÔSER, Silvana. Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947): ensaio biográfico. In: HERCHMANN, M. & PEREIRA, Carlos Alberto

- Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- MOTT, Maria Lúcia. "Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra". São Paulo, *Caderno Pesquisa* (58), agosto 1986.
- _____. & MALUF, Marina. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO. Nicolau. (org.) *História da vida privada*, Vol. III, São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- MURICY, Katia. *A razão cética: machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- NASH, Mary. *Maternidad, maternologia y reforma eugénica en España -1900-1939*. In: DUBY.G. PERROT. M. (org) *História de las mujeres*, Madrid, Taurus, 1993.
- NOLASCO, Sócrates. *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.
- NUNES, Silvia Alexim. *Medicina social e regulação do corpo feminino*. Dissertação de mestrado, Instituto de Medicina da UERJ, Rio de Janeiro, 1982;
- OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. *Educação, maternidade e progresso. Uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995.
- ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*, Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- OSTERHUIS, Harry e KENNEDY, Hubert. *Homosexuality and male Bonding in Pré-Nazi Germany*, New York-London: the Haworth Press, 1991.
- PARKER, Richard & BARBOSA, Regina Maria (orgs). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996.
- PEDRO, J. & GROSSI, M.P. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.
- PELBART, Peter Pál. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo, Iluminuras/Fapesp, 2000.
- PERRONE -MOISÉS, Leila. *Altas literaturas*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- Petrópolis, Vozes, 1980.
- PORTER, Roy & TEICH, M. *Conhecimento sexual, ciência sexual*. São Paulo, Unesp, 1998.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar, A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

_____. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

_____. "Trabalho feminino e sexualidade". In: DELPRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.

_____. "Epistemologia feminista: gênero e história". In: Org. PEDRO, Joana Maria. GROSSI, Miriam Pilar. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis, 1998.

_____. "As mulheres na historiografia brasileira". In: LOPES, Zélia (org.) *A história em debate*. São Paulo, Unesp, 1991.

_____. "A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil" (1900-32). *Revista Brasileira de História*. Espaço Plural, v. 5, nº 28, ANPUH- Marco Zero, São Paulo, 1995.

_____. "Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil". In: *Cadernos AEL*. Mulher, história e feminismo, Campinas, (3/4), IFCH-1995/1996.

_____. "O prazer no casamento", *Idéias*. Unicamp, Ano 2 (2), julho/dezembro 1995.

_____. "E se Nietzsche tivesse razão? A categoria do gênero no pós-estruturalismo". In: SCAVONE. Lucila. *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo, Unesp, 1996.

_____. Luce Fabbri e a experiência do exílio, São Paulo, 27/09/2000, mimeografado.

_____. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo, Unesp, 2001.

_____. RAGO, Margareth. "Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina". São Paulo, São Paulo em Perspectiva - Revista do Seade, 03/06/2001.

RAMALHO, Christina (Org). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Elo, 1999.

ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

SANT'ANNA, Denise B.de. (org) *Políticas do corpo*. São Paulo, Estação Liberdade, 1995.

SCAVONE, Lucila (org) *Tecnologias reprodutivas, gênero e ciência*. São Paulo, Unesp, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão Racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil da análise histórica". *Educação e Realidade*, Vol. 15, nº 2, jul/dez, 1990.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

_____. *O declínio do homem público*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa, Terramar, 1975.

SHOWALTER, Elaine. "A crítica feminista no território selvagem". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

_____. *Anarquia sexual*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SILVA, Ignacio Assis (org.) *corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo, Unesp, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil colonial*. São Paulo, Edusp, 1984.

SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

SOARES, Carmen. *Educação Física: Raízes européias e Brasil*. Campinas, Editora Autores Associados, 1994.

_____. *Imagens da educação no corpo*. Campinas, Editora Autores Associados, 1998.

SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana-1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

SOMMER, Doris. "Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Tendências e impasses: feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocio, 1994.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *Índice de dramaturgas brasileiras do século XIX*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1996.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello "The Brazilian Family", In SMITH, , T. Lynn & MARCHANT, Alexander. (org) *Brazil: Portrait of a Half Continent*. New York, Dryden Press, 1951.

STEPAN, Nancy. *"The hour of eugenics": race , gender, and nation in Latin America*. London, Cornell University Press, 1991.

_____. "Raça e gênero: o papel da analogia na ciência". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (org) *O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. pp.72-96.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

SWAIN, Tânia Navarro. "Por Mares Nunca Dantes Navegados..." Construção do gênero nos discursos do descobrimento do novo mundo. In: ALMEIDA, Jaime. (org). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília, ANPHLAC, 1998, p. 243-258.

_____. "Feminino-Masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico". In: *História no Plural*. Brasília, UnB, 1997.

_____. *O que é lesbianismo?* Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 2000.

TELLES, Norma. Encantações. *Escritoras e imaginação literária feminina no século XIX*. tese de doutorado, PUC/SP, 1986.

_____. Escritoras, escritas, escritoras. In: DEL PRIORE. Mary. (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto & Unesp. 1997.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro: *Mulheres de Curitiba na primeira república*. Curitiba, Farol do Saber, 1996.

VAIANFAS, Ronaldo (org) *História da sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

_____. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Coleção Histórias do Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

VARIKAS. Eleni. *Gênese d' une conscience féministe en Grèce*, tese de doutorado, Paris, 1986.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., 1920.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 30, pp. 53-75. In: SOUZA, Cynthia Pereira. Org. *História da Educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo, Escritura, 1998.

VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI -XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

VILHENA, Cynthia Pereira de Souza, Práticas eugênicas, medicina, e família no Brasil republicano, In: *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v.19, nº1, jan/jun.1993.

WOOLF, Virginia, *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Elódia. "Para Além do Cânone". In: RAMALHO, Christina. *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Elo, 1999

ZWANG, Gérard. *O sexo da mulher*. São Paulo, Unesp, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1 - Fotografia de Maria Lacerda de Moura, extraída do livro <i>A mulher é uma degenerada</i> , de 1924.....	140
ANEXO 2 - Gravura da Escritora Elisa de Abreu, extraída do romance <i>A viúva Barros</i> , de 1900.....	141
ANEXO 3 - Fotografia da escritora Júlia Lopes de Almeida, extraída do livro <i>Correio da Roça</i> , de 1913.....	142



A língua fôse grande
alma de idealista
sob o carácter
com o meu profundo
reconhecimento.

Maria Lacerda de Moura
Rio de Janeiro - Outubro - 7 - 1924
Paris, França - 1968

ANEXO 1 - Fotografia de Maria Lacerda de Moura, extraída do livro *A mulher é uma degenerada*, de 1924.



ANEXO 2 – Gravura da Escritora Elisa de Abreu, extraída do romance *A viúva Barros*, de

1900.



ANEXO 3 - Fotografia da escritora Júlia Lopes de Almeida, extraída do livro *Correio da Roça*, de 1913.